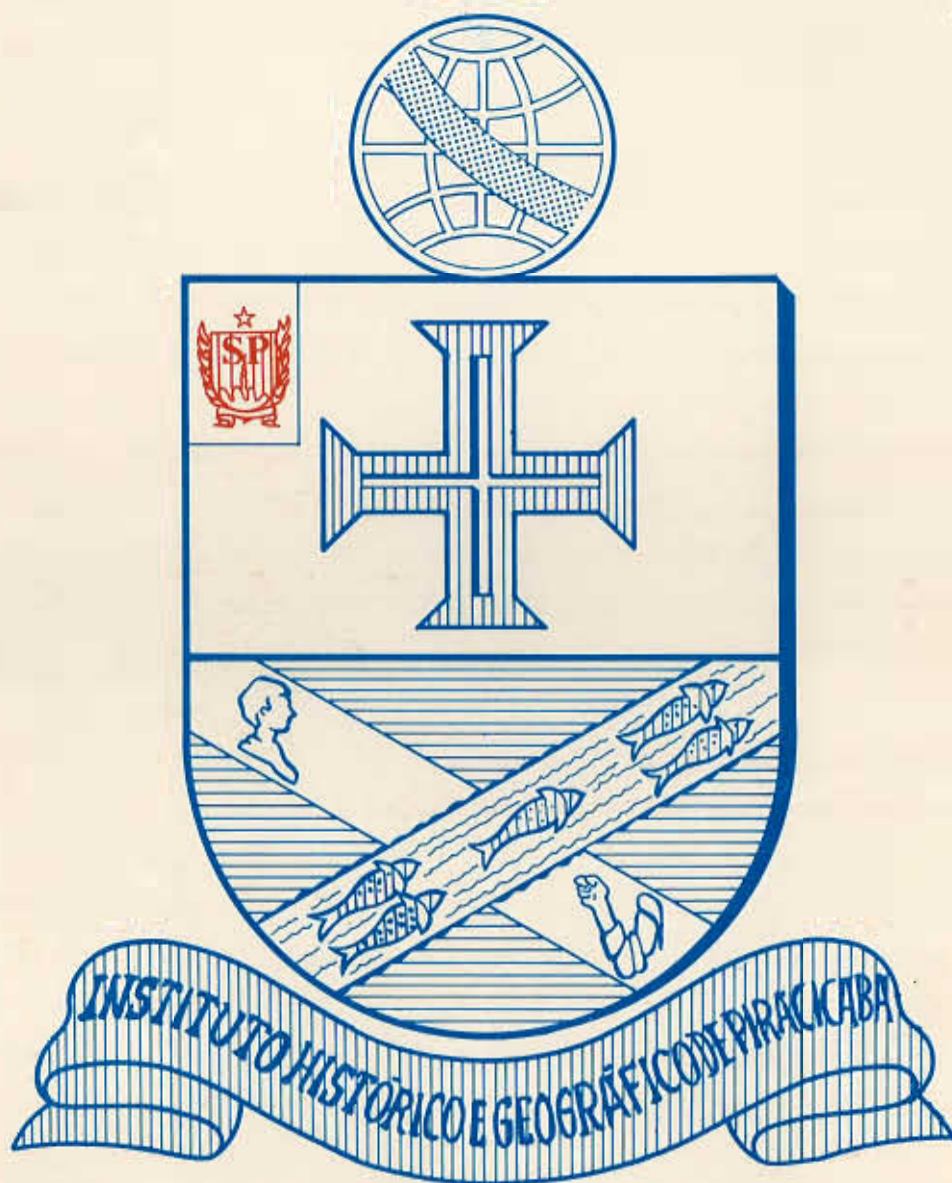
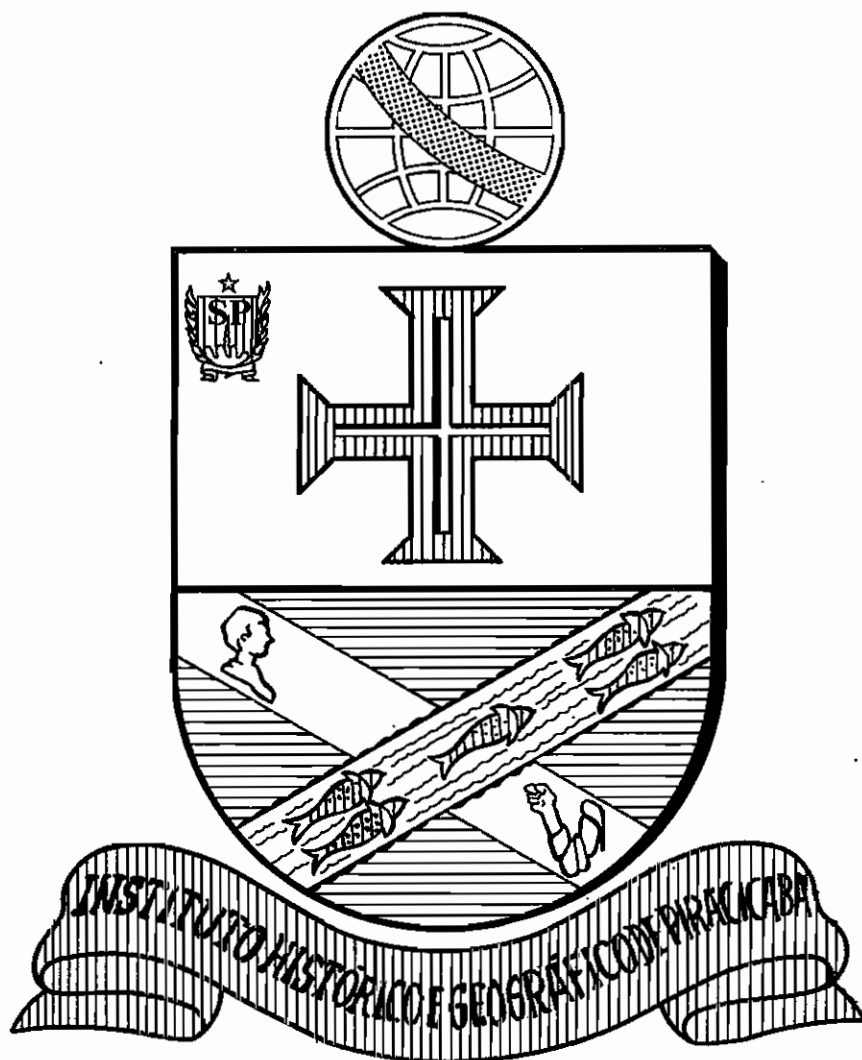


REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA



REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA



**REVISTA DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE PIRACICABA**

CGC 50853878/0001-48
R. do Rosário, 781 - 13400 Piracicaba, SP

EXPEDIENTE

Diretor Responsável

Prof. Hely de Campos Melges

Colaboração Especial

Prof^ª Mary Therezinha

Germano Perecin

Editor

Rev. Erasmo Prestes de Souza

Diretoria - 1991

PRESIDENTE

Hely de Campos Melges

VICE-PRESIDENTE

Hugo Pedro Carradore

1^º SECRETÁRIO

Myria Machado Botelho

2^º SECRETÁRIO

Noemi Silveira Wrege

1^º TESOUREIRO

Pedro Caldari

2^º TESOUREIRO

Fernando Ferraz de Arruda

BIBLIOTECÁRIO

Haldumont Nobre Ferraz

ORADOR

Erasto da Fonseca

COLABORAÇÃO

Esta revista é destinada praticamente à publicação de trabalhos de associados mas, havendo espaço, serão publicadas também colaborações de amigos do Instituto.

As colaborações deverão ser entregues à Secretaria para registro em livro especial e serão publicadas pela ordem de recebimento e registro.

Solicita-se que o trabalho não seja muito extenso para que haja possibilidade de participação por maior número de sócios.

Os trabalhos devem se referir exclusivamente a Piracicaba, seu povo ou fato que se ligue diretamente ao município e/ou à sua gente.

Há preferência para trabalho inédito. Ou, se publicado que o seja há muito tempo.

Solicita-se que as colaborações sejam datilografadas em papel sulfite em espaço 3 e com média de 70 toques por linha.

Tiragem: 500 exemplares

Composição e Impressão

Shekinah Editora e Gráfica

Tel.: (0194) 21-6766

ANO I - dezembro de 1991 - Nº 1

EIS A NOSSA REVISTA

Com este número inicia-se a publicação da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.

Trata-se de mais uma contribuição deste sodalício ao desenvolvimento cultural de nossa Terra.

É o fruto do esforço, do carinho e da dedicação dos sócios que vêm participando com seus estudos, suas pesquisas e das mais variadas formas para o engrandecimento do Instituto que, no anseio de alcançar seus objetivos, prossegue sem vacilar na sua caminhada cheia de lutas e de vitórias.

Esperamos assim, dar oportunidade de publicação a muitas pesquisas que acabariam amarelecidas pelo tempo, no fundo das gavetas, produzindo desestímulo e frustração aos estudiosos. Esperamos ainda, incentivar os valores jovens, pedras preciosas à espera de lapidação. Mas, isso não basta. Queremos mais. Queremos zelar pelo patrimônio cultural de nossa Terra e divulgar sua História e suas Tradições bem como os trabalhos que se realizam em nosso Instituto, através de intercâmbio com entidades congêneres. Queremos, finalmente, contribuir junto à juventude piracicabana na sua formação cívica. Este é o nosso alvo principal.

Este exemplar é apenas o primeiro número de uma série que, se Deus quiser e apoio de cada sócio não terá fim e, por ser o primeiro, é bem possível que, pela nossa inexperiência jornalística, muitas falhas venham ser encontradas.

Assim, humildemente, solicitamos sejam elas apontadas num espírito construtivo e, sem qualquer constrangimento, críticas e sugestões serão aceitas com satisfação uma vez que o nosso desejo é fazer o melhor.

Esperamos publicar esta Revista, trimestralmente e, numa hipótese de menor pretensão, a cada semestre.

Aproveitando a oportunidade, apresentamos nossos agradecimentos a todos aqueles que, de uma ou de outra forma, deram apoio à concretização deste velho sonho - a Revista do Instituto, inclusive ao Prefeito e aos Vereadores pela consignação de excelente verba destinada à Cultura, no orçamento deste ano.

Agradecimento maior ainda extemamos ao nosso Pai Celestial, pela fé, pela coragem e por tudo de bom que nos tem concedido e que nos permite repetir a frase do salmista: "Grandes coisas fez o Senhor por nós e por isso estamos alegres" - Salmo 126.3.

Sim, Deus tem estado conosco e por esta razão pedimos venha para aqui transcrever uma oração de nossa autoria, há vários anos e que tem estado sempre nos nossos lábios nas horas amargas e nos momentos de alegria.

O IMPORTANTE

O importante, Senhor, é que Tu estás comigo!

Tu não me deixas nunca.

Tu és meu pai, meu verdadeiro amigo.

Sim, meu Deus, porque:

quando me sinto só,

a Tua presença se manifesta;

quando me perco no labirinto de minhas indecisões,

Tu me apontas o caminho da saída;

quando os meus pensamentos se escurecem,

por entre eles surge um ralo de Tua luz;

quando as dúvidas me assaltam,

a Tua verdade se confirma;

quando o rancor envolve o meu coração,

sobre ele germina a semente de Teu amor;

quando o desânimo me abate,

a Tua palavra me estimula;

quando o orgulho quer me mascarar,

Tu me dás lições de humildade;

quando calo,

a Tua mão me levanta; -

quando me sinto fraco,

Tu me fortaleces;

quando tudo parece me faltar,

a Tua graça preenche o vazio que há em mim;

quando o espectro da morte me apavora,

Tu me mostras a realidade da vida eterna;

portanto, Pai, de nada mais preciso,

basta-me a tua presença.

O importante, Senhor, é que Tu estás comigo!

Sim, que este Deus, o verdadeiro Deus que sempre está conosco, nos guarde, nos abençoe e nos ajude a construir um novo ano de amor e de muita paz!

Hely de Campos Melges

A PROFESSORA DONA NINA

Helly de Campos Melges

A menina, aluna da famosa e respeitada mestra Olfvia Bianco, no Grupo Escolar "Barão do Rio Branco", em Piracicaba, nos primeiros anos deste século, já tinha um ideal que acalentou a vida toda e em cuja busca traçou o seu destino.

Era o ideal de ensinar, independente de hora, de local e até mesmo de condições adversas.

Já nos primeiros anos de estudo se dispunha a dar aulas a coleguinhas que, por qualquer motivo, se apresentavam com pouco aproveitamento e assim, a pequenina professora sentia a grande responsabilidade de tão importante missão - a de ensinar e que, para o perfeito desempenho desta nobre missão, precisava aprender e aprender muito bem. Fez-se pois aluna aplicada e ávida de conhecimentos.

Antonia Guilhermina de Campos, conhecida quando criança por Antoninha, procurava ler tudo o que lhe vinha às mãos e por ser membro de uma família pobre, irmã mais velha de outros seis menores, por falta de biblioteca e por não poder comprar os livros indicados pelos professores da escola complementar, passava horas e horas a copiar longos trechos dos que tomava emprestados das colegas, em papel de embrulhar pão. Fazia esta tarefa à luz de lâmparina de querosene, chegando a ficar com as narinas enegrecidas pelos resíduos da substância queimada. Depois, cuidadosamente ajuntava as folhas, fazendo grossos cadernos que guardava, lia e relia atenciosamente.

O problema maior que a menina enfrentava, não era entretanto o da pobreza, criando-lhe dificuldade para aquisição de materiais escolares e pagamento das taxas que naquele tempo se cobravam na escola complementar, hoje a tradicional Sud Mennucci. Havia um pior, a ignorância materna que, não entendendo o sonho da menina e não sabendo valorizar a educação, não só tentava dissuadi-la de estudar, bem como procurava impedi-la de ir à escola. Houve até uma

ocasião em que a mãe, ao esconder o único par de sandálias da menina, colocou-as no forno à lenha, (o único tipo de fogão da época), e que acabaram totalmente queimadas.

Para fazer frente às suas dificuldades financeiras, Antoninha trabalhava com ligeiras costuras que aprendera na adolescência e com o pouco que ganhava, ajudava em casa, pagava as taxas escolares, e comprava cadernos e outros materiais baratos.

A visão da adolescente era já bastante elevada no meio ignorante em que vivia. Quando houve um trabalho de vacinação anti-variólica, às escondidas, levou o seu irmão de idade logo abaixo da sua para ser imunizado. E foi a salvação da família. A varíola, conhecida como bexiga, alastrou-se pela cidade e graças a tal cuidado ela e seu irmão não contraíram a doença, podendo então cuidar de todos os seus familiares que, sem exceção, não escaparam da epidemia.

Em 1918, tendo por paraninfo, o professor Joaquim Silveira dos Santos, como homenageado, o professor Fabiano R. Lozano, ela e sua colegas recebiam das mãos do diretor, Dr. Honorato Faustino de Oliveira, o sonhado diploma de professora pímica pela chamada Escola Normal de Piracicaba.

Formavam-se naquele ano: José Mattéis, Décio Portella, José Ferraz de Toledo, Lavínia Assumpção, Maria José Souza Ferraz, Maria Rodrigues Moraes, Maria Adalgisa Pfuhl, Mathilde Brasiliense, Maria Isabel Oliveira, Veridiana R. de Moraes, Iraydes Pacheco Jordão, Maria Isabel Cotrin, Maria Antonieta Netto, Anna Cândida de Moraes Salles, Corina Ferraz, Francisca Alves Araújo, Olympia Moraes Rosa, Iracema A. Rodrigues, Rosa de Azevedo, Rosalina F. Nascimento, Rita de Cassia, Angelina Ušberti, Sebastiana R. Carvalho, Olfvia Silveira Leite, Maria do Carmo Oliveira, Branca Toledo Castanho, Maria Teresa Nucci, Maria José

Amaral, Victoria Martins de Toledo, Risoleta Dias Ferraz, Elvira Barros Pastana, Antonia C. de Campos, Maria Conceição Ferreira Melges (esta viria a ser cunhada de Antoninha), Isaura Souza Aguiar, Santina Mandelli, Alzira Nascimento, Augusta Fachada, Adelina Palma e Luiza Abreu Lima.

De posse do diploma já então casada com José Ferreira Melges, irmão de sua colega, o qual conhecera por estudarem juntas, Antoninha foi nomeada para exercer o magistério na Escola Isolada do Bairro da Baixada, no município de Ibitinga.

Naquele local, distante da cidade alguns quilômetros e onde foi morar, dava ela início à carreira que sonhara tanto, tornando-se desde então conhecida como a Professora Dona Nina.

Teve seu primeiro filho, o pequenino Luiz, nome do avô materno. Esta criança, quando faltavam seis dias para completar o primeiro ano de vida, veio a falecer por falta de recursos hospitalares e de satisfatório atendimento médico. Foi o grande golpe na vida da jovem professora.

A seguir, teve mais três filhos naquele município: Neydy, Nilsy e Heleny.

Quando a Nilsy nasceu, o Inspetor ao visitar a colega, no dia seguinte ao do parto, encontrou-a dando aula. Admirado e preocupado, carinhosamente, chamou-lhe a atenção dizendo-lhe: "Dona Nina, a senhora não precisa dar aula, a sua licença-gestante já está concedida pelo Delegado de Ensino e eu já providenciei uma substituta". Ao ouvir estas palavras ela apenas lhe disse: "Senhor Inspetor, agradeço-lhe pela sua preocupação mas enquanto a substituta não vier, as crianças não poderão ficar sem aulas". Isto valeu-lhe um termo de visita tão meritório em livro que ela guardou como verdadeira relíquia. Para ela, aquele termo valia mais do que qualquer precioso troféu. No dia seguinte lá estava a professora substituta a trabalhar.

Em 1928, voltava a professora Dona Nina para sua Terra Natal. Vinha para ser adjunta do Grupo Escolar Moraes Barros, lecionando no

período da tarde. Em Piracicaba nasceram seus filhos Helly e Noedyr.

Assim que voltou a Piracicaba, no seu anseio de ensinar, comprou carteiras, um grande quadro negro, outro menor e diversos materiais didáticos. Colocou-os no porão confortável do casarão onde residia e lá começou, pela manhã, a manter um curso de admissão ao ginásio com cerca de quarenta a cinquenta alunos. Naquele tempo, os exames de admissão ao ginásio apresentavam-se como verdadeira barreira aos que, concluindo o primário quisessem continuar os estudos.

Assim, dava aulas no período das 8 às 11 horas no curso de admissão e das 12,30 às 16,30 no Grupo Escolar.

Quando a Secretaria da Educação passou a exigir que os cursos de preparatórios aos exames de admissão fossem registrados, ela tomou providências imediatas e assim nasceu o famoso Curso Pré-Ginásial Bandeirantes que durou mais de 10 anos e só deixou de funcionar porque, em 1944, ela se removia para o Grupo Escolar de Itaquera, no município da Capital.

Durante os 15 a 16 anos em que lecionou em Piracicaba, ela se notabilizou pela didática, sendo uma das primeiras professoras a adotar o método analítico, ou melhor, globalizado de alfabetização. Em tempo recorde a classe inteira passava a ler e a escrever e a realizar as quatro operações. As crianças aprendiam com uma facilidade nunca vista.

Não foi porém só na alfabetização que ela se projetou. Deu aulas em todas as classes, de primeira à quarta, chegando a acompanhar alunos em todo o curso.

A metodologia adotada pela professora Dona Nina vinha em consequência do seu auto-didatismo, desejo de melhorar o seu trabalho e, especialmente, do amor à causa a que se dedicou. Ensinar para ela, era tudo o que de mais sublime uma pessoa podia fazer.

Na sua metodologia, desenvolveu o ensino, utilizando-se do que se chamava: Centro de Interesses. A Bandeira Nacional, hoje tão ultrajada, motivava aulas de aritmética, geometria, desenho, redação, história, geografia, canto, poesia,

civismo e tantas outras disciplinas inclusive as atividades de Educação Física.

As aulas de História eram dramatizadas e para cada matéria, a Professora Dona Nina tinha os materiais didáticos áudio-visuais que elaborara ao longo de sua carreira.

Só para se ter uma vaga idéia do que ela fazia, os cartazes a respeito de animais começavam com a grande divisão: Vertebrados e Invertebrados. Daí, referindo-se aos vertebrados apresentava outros cinco, com as grandes divisões: Mamíferos, Aves, Répteis, Batráquias e Peixes. Quanto aos mamíferos tinha cartazes referentes à sua divisão: Paquidermes, Felinos, Caninos, Ruminantes, Caprinos, Quadrúpedes, Quadrumanos, Marsupiais, Queirópteros e os demais. As classificações eram completas. O mesmo ocorria com as Aves e demais classes de vertebrados e invertebrados. No ensino dos vegetais, os cartazes referentes aos estudos das raízes, caules, folhas, flores e frutos eram completos. Praticamente, ela tinha cartazes para tudo. Possuía a sua mapoteca, materiais didáticos para o ensino da geometria, do sistema métrico e de outras unidades de medidas com seus múltiplos e submúltiplos. Quem não aprendesse tais assuntos com ela, não aprenderia com mais ninguém.

O trabalho da professora Dona Nina não se limitava só a dar aulas. Quando voltava à tarde para casa, fazia-se sempre acompanhar por duas ou três meninas que a ajudavam a carregar os cadernos que estavam sempre bem encapadinhos. Até altas horas da noite ficava a corrigi-los com tinta vermelha, anotando os erros e escrevendo ao lado o certo para observação dos alunos. Correção cuidadosa que os "atuais educadores de gabinete": baniram do ensino a fim de manterem as crianças nos erros que cometem.

A dedicação de Dona Nina não tinha limites. No final do ano, no dia 30 de novembro, ela levava as crianças para sua casa e fazia com as mesmas, festejos com cânticos, distribuindo-lhes doces e refresco. Se era conclusão do curso então as lágrimas das crianças unidas às dela rolavam abundantemente.

Chegadas as férias de fim de ano, como os

exames de admissão eram realizados em fevereiro, a professora dobrava o curso de admissão sem cobrar um cruzeiro a mais e assim praticamente foram 15 anos sem férias a não ser os 15 dias que se reservavam para o mês de junho.

O curso pré-ginásial Bandeirantes tinha sempre de 40 a 50 alunos o que deveria dar-lhe de retribuição financeira de 1200 a 1500 cruzeiros por mês uma vez que ela cobrava a mensalidade de 30 cruzeiros de cada aluno. Entretanto, atendendo às solicitações de pais pobres, desde que as crianças tivessem realmente vocação para o estudo, conhecida esta pelos testes que aplicava, abaixava a mensalidade para 25, 20 e até o ponto de muitos alunos estudarem gratuitamente e assim, em vez daquela retribuição prevista, ao somar as importâncias recebidas pelo seu trabalho, as mesmas não iam além de 600 cruzeiros por mês. Era sempre assim. Seu desprendimento não tinha medida.

Dona Nina, ao desenvolver o seu trabalho, tinha por hábito, chamar os pais de alunos, expor-lhes as dificuldades que os filhos encontravam e insistia mesmo para que eles a procurassem. Quando via que uma criança tinha vontade de estudar e o pai, pela ignorância, não se preocupava, ou até procurava impedir, ela ia falar com o mesmo e não saía de sua casa enquanto o seu pedido para que a criança pudesse estudar não fosse atendido. Conseguiu ela, pôr na cabeça de muitos jovens, que deveriam estudar e, acatando a sua sugestão e insistência, vários deles sempre vieram ser gratos a ela.

Independente do seu trabalho como professora do grupo Escolar e do Curso Pré-Ginásial, à noite, atendendo a pedidos de pessoas adultas, que, urgentemente, precisavam aprender a ler e a escrever, ou melhorar os conhecimentos para conseguir emprego ou progredir no serviço, gratuitamente ela as alfabetizava ou lhes dava aulas de reforço. Em sua casa, era muito comum a frequência de tais pessoas.

Os alunos da professora Dona Nina, ao final do ano, apresentavam-se em orfeão e exibiam belíssimas exposições de Trabalhos Manuais. A professora polivalente era completa.

Quando foi criado o MOBRAL, ingressando no quadro de voluntários, à noite, foi dar aulas de alfabetização, durante alguns anos, sem receber qualquer pagamento.

A professora Dona Nina acompanhava carinhosamente a vida social e política, participando assiduamente dos eventos. Em 1932, por ocasião da Revolução Constitucionalista, após o trabalho do dia, até altas horas da noite, a chorar, ajudou a costurar as fardas dos voluntários. Na segunda grande guerra participou de inúmeras campanhas. Sempre soube dizer "presente".

Em 1944, por motivos particulares e familiares, viu-se na iminência de transferir a residência para São Paulo, removendo-se para o Grupo Escolar de Itaquera e daquele para o "Carlos Escolar" onde veio se aposentar. Aposentadoria compulsória por motivo de doença que a impossibilitava de continuar seu trabalho. Não fosse referido impedimento e ela, por certo, só deixaria de lecionar com o falecimento.

Em São Paulo continuou a agir da mesma forma só que, em vez de manter o curso particular por conta própria, aproveitando o horário livre num dos períodos foi lecionar na Escola Particular Cesário de Carvalho e à noite continuou ainda por alguns anos a trabalhar gratuitamente nos cursos do MOBRAL.

Obteve maior vitória de sua vida, dando um diploma de professor primário para cada filho, sendo que os dois primeiros receberam-no através da antiga Escola Normal, hoje, Sud Mennucci.

Os filhos ao cursarem a Escola Normal, com facilidade tiravam nota 10 nas aulas de Prática de Ensino. E aquele sucesso acontecia porque, antes de ir dar a sua aula, cada filho recorria a ela. Pacientemente, ela orientava o plano de aula a ser apresentado e dava uma aula modelo que bastava ao filho, repeti-la diante do examinador. Era tiro e queda. Nota Dez!

A professora Dona Nina sempre valorizou apaixonadamente a Educação e o Magistério. Não havia para ela instituição mais importante do que

a Escola nem profissão mais nobre do que a de Professor. Sempre acompanhou os trabalhos das Escolas e no ano em que faleceu, 3 meses antes, já bastante doente, fez questão de assistir ao desfile das escolas na data magna da Pátria. Parou perto de uma motocicleta da Polícia Militar e o guarda, gentilmente, ofereceu-lhe o assento do veículo, merecendo tal fato um destaque num dos jornais da Terra. "Até a vovó veio prestigiar o desfile e o policial, carinhosamente, ofereceu-lhe assento em sua moto"!

Sua grande alegria, pouco antes do término de seus dias foi o de preparar o neto Carlos Umberto para os exames de admissão. Sua última vitória no trabalho de professora. Setenta anos depois de sua formatura, sua neta Elimara recebia o diploma de professora pela mesma escola. Pena ela não ter visto este acontecimento. Como ficaria feliz!

A sua memória maravilhosa ficou gravada de tal forma na lembrança de seus alunos que, em 1976, quando o autor destas linhas se elegeu vereador pela primeira vez, muitas pessoas, comovidas, vieram lhe dizer que tinham votado nele pelo fato de ser filho da Professora Dona Nina!

Com todo o trabalho que desenvolveu, não se sabe onde arranjava tempo, o fato é que foi uma mãe que jamais deixou de dar atenção na hora certa para cada filho, orientando-os muito bem para a jornada que tinham pela frente. Nem faltou jamais com a sua dedicação de esposa.

A Professora Dona Nina jamais quis ser diretora. Não escreveu livros de pedagogia. Ela viveu a pedagogia prática do dia a dia porque a sua vida além do lar só teve um única razão e uma só finalidade: dar aulas...

Hoje, lá no Céu, se houver alguma escola, não tenho dúvida de que Deus a terá nomeado em caráter efetivo. E isto eu posso afirmar com toda a convicção porque eu a conheci muito bem como mãe e mestra!

ESTAÇÃO DA PAULISTA

PIRACICABA - SP

ELEMENTOS HISTÓRICOS PARA PROCESSO DE TOMBAMENTO

*Hugo Pedro Carradore
Setembro/1991*

ANTECEDENTES

Na história das ferrovias paulistas, um nome tem um alto significado: Manuel Buarque de Machado.

Como tantos outros idealistas que plantaram o progresso em Piracicaba, o Dr. Manuel Buarque de Machado não era piracicabano. Veio vinculado à Fábrica de Tecidos e com os olhos voltados ao Engenho Monte Alegre. Convivendo com a cidade, encantou-se com a paisagem e com o seu povo. Desta forma, procurou contribuir de forma significativa para o seu progresso: deu à cidade o "Jornal de Piracicaba", fundou escola e cooperativa para os operários da fábrica de tecidos, e deu-lhes moradia mais digna. Contudo, ele sentia que Piracicaba, presa à Companhia Ituana, sofria com a falta de melhores meios de comunicação e transporte, o que lhe embargava o progresso.

Naqueles idos do início do século, o sonho dos piracicabanos era o de que a Companhia Paulista estendesse os seus trilhos até a "Noiva da Colina". Em 1896, a Câmara Municipal havia mantido contatos com a Companhia Paulista, sem, contudo, apesar de todas as justificativas, nada obter de positivo. Assim, é que Manuel Buarque de Machado teve a idéia de fundar a Estrada de Ferro Piracicaba, ligando Piracicaba à Vila Americana para alcançar a Companhia Paulista.

Em setembro de 1900, o engenheiro Manuel Buarque de Machado apresentou o Memorial justificativo de pedido de concessão de uma ferrovia,

por tração elétrica, ligando Piracicaba à Vila Americana. Esta foi uma das primeiras vezes em que no Brasil se falou em estrada de ferro movida a eletricidade. O projeto chegou a ser discutido na Assembléia Legislativa do Estado, contudo, segundo consta, a política local não envidou esforços no sentido de que o empreendimento se tornasse realidade, pois, desejava a primazia da idéia. Tanto assim que, em 1902, a Câmara manteve contato com o Sr. Antonio Prado, presidente da Companhia Paulista, do qual obteve a promessa formal de implantação de um ramal até Piracicaba, o que só veio acontecer vinte anos depois, em 1922.

O RAMAL

Em 26 de março de 1902, a Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Paulo de Moraes Barros, enviou à Companhia Paulista um ofício falando da necessidade urgente da construção do ramal, que devia ligar Piracicaba a todas as regiões produtoras servidas pelas suas linhas férreas.

Em 22 de abril de 1902, em sessão da Câmara presidida pelo Dr. Paulo de Moraes Barros, com a presença dos edis: Dr. João Baptista da Silveira Mello, coronel Aquilino José Pacheco, José Gabriel Bueno de Mattos, Antonio Pinto Coelho e Manuel Ferraz de Camargo, foi lido um ofício do Conselheiro Antonio Prado, presidente da Companhia Paulista, sobre o projeto da

construção do ramal. No documento o Conselho expunha as bases do projeto do ramal:

1 - A linha seria de bitola larga;

2 - Construída no prazo de um ano após a assinatura do contrato e aprovação da planta pelo Governo;

3 - As passagens seriam mais baratas do que as da Sorocabana;

4 - Construir-se-iam duas estações das quais, uma na cidade e outra no município, obrigando-se a Câmara na construção com a importância de 750 contos de réis, pagáveis em 10 anos, e de indenizar os proprietários dos terrenos e benfeitorias que seriam desapropriados em territórios do Município.

De acordo com as linhas gerais da proposta da Companhia Paulista, a Câmara delegou poderes ao seu presidente para iniciar as negociações.

No dia 30 de abril, a assembléia geral da Companhia Paulista aprovou o projeto que sofreu modificação em uma de suas cláusulas, porque a Companhia resolvera aceitar e conceder maior prazo para o pagamento da subvenção. O prazo proposto que inicialmente era de dez (10) anos, foi ampliado para doze (12) anos e os 75 contos de réis, deveriam ser pagos em prestações semestrais de 37.500\$ (trinta e sete contos e quinhentos mil réis).

A Imprensa Piracicabana registrou e a população recebeu com grande regozilho a notícia telegráfica da assinatura do contrato na tarde de 30 de abril de 1902.

"De vários pontos da cidade subiram aos ares inúmeros foguetes, e em algumas casas queimaram-se baterias. Em frente à redação de nossa colega "Gazeta"; foram queimados também muitos foguetes. A entrada de nossas oficinas em pouco tempo ficou cheia de populares. Mandamos então afixar o telegrama em lugar vistoso, em que pudesse ser lido por todos os que esperavam com impaciência. A frente desta redação foi também queimada uma bateria e soltados algumas dúzias de rojões. Foram levantados muitos vivas ao Dr. Antonio Prado, à Câmara Municipal, etc.

Hoje ruidosa alvorada despertará a população

desta cidade. Tocará em passeata pelas ruas uma banda de música" (Jornal de Piracicaba).

No dia 1º de maio de 1902, compacta massa popular reunida no Largo do Teatro, foi em caravana receber na Estação da Sorocabana, como verdadeiros heróis, os doutores Paulo Moraes Barros e João Conceição, acompanhando-os até a residência do primeiro, onde este foi saudado pelo Dr. João Sampaio.

INÍCIO DO PROJETO

No dia 05 de maio de 1902, encontrava-se em Piracicaba, o Dr. Hermelino Alves, engenheiro chefe designado para a construção do ramal que, em companhia do Dr. Francisco Feio, engenheiro municipal, fez uma excursão aos bairros da Batistada, Lambari, Quebra-Dentes, Recanto..., para escolher melhor traçado para o projetado ramal.

O traçado foi mais tarde apresentado por aquele engenheiro. A linha deveria passar pela Batistada, atravessar os ribeirões da Batistada e Tijuco Preto, passar no Quebra-Dentes, transpor o Lambari nas proximidades do Barbosinha e subir pela margem esquerda do Toledo até Santa Bárbara, acompanhar aquele ribeirão e depois transpô-lo nas proximidades de um seu afluente, por este seguir até alcançar as cabeceiras de um afluente do Córrego do Recanto, descendo pela sua margem esquerda até entroncar na linha da Paulista, entre Vila Americana e Pombal, hoje Nova Odessa.

A PARALISAÇÃO DAS OBRAS POR 12 ANOS

Tendo sido iniciados os trabalhos, esperava a população de Piracicaba, que iria ver concluído o ramal em tempo bem curto porém mal iniciada a obra foi paralisada pelo período de doze anos.

Em 24 de janeiro de 1914, sendo Presidente do Estado, Rodrigues Alves e o Dr. Paulo de Moraes, Secretário da Agricultura, Piracicaba teve a notícia de que a construção do ramal seria reiniciada sob a direção do engenheiro Alvimar de Magalhães Castro o que, aconteceu de fato no dia

25 do mesmo mês, ele já se encontrava em Santa Bárbara, a fim de providenciar o reinício.

Somente em 14 de julho de 1917, foi vencida a primeira etapa, com a ligação entre Nova Odessa e Santa Bárbara. Entre grandes festas, chegou ao vizinho município o primeiro trem da Companhia Paulista. Em nome da Comissão, falou naquela cidade o Dr. Sebastião Nogueira de Lima.

Naquela altura dos acontecimentos, a guerra que ensanguentava a Europa e na qual o Brasil teve também de intervir, desorganizaram-se todos os projetos do País. Mais uma vez os trabalhos foram interrompidos, e retomados em ritmo lento, sendo concluída a ligação entre Santa Bárbara e Piracicaba, em 1922.

Em 1919, com delegação da municipalidade, para tratar do assunto, o prefeito Fernando Febeliano da Costa seguiu para São Paulo, para a renovação do Contrato com a Companhia Paulista, que se obrigava a trazer o ramal até dois anos, a findar-se em 31 de dezembro de 1921.

A Câmara pagaria os mesmos 750 contos de réis, em prestações semestrais de 25 contos de réis, dando como garantia a hipoteca do imposto predial. De outra parte, a Companhia Paulista comprometia-se a pagar a multa de 20 contos por mês, excedente ao contrato.

Em fins de setembro de 1919, em Santa Bárbara, foram iniciados os serviços de escavação do leito, dirigidos pelos engenheiros Emydio Germano e Lima Pereira, que pouco depois foram substituídos pelos engenheiros Jayme Blandy e Carlos Pereira. O engenheiro chefe da construção foi o Dr. Alvimar de Magalhães Castro.

DADOS TÉCNICOS

(Publicados no "Jornal de Piracicaba" em 29 de julho de 1922)

"A linha de Santa Bárbara a Piracicaba desenvolve-se na margem esquerda do rio Piracicaba, acompanhando no seu início o valle do ribeirão dos Toledos e transpondo em seguida os valles do rio Lambary e dos ribeirões Tijuco Preto e Piracicamirim e do córrego Itapeva, chegando ao

seu ponto terminal com um desenvolvimento total de 33 kilometros.

As condições technicas a que obedeceu o traçado são optimas, havendo apenas três curvas de raio inferior a 500 metros e rampas nunca excedentes de 18 millimetros por metro.

Devido ao preço elevado dos trilhos, na época da construção, foram effectuadas modificações em alguns trechos da linha, tendentes a diminuir o seu desenvolvimento, mesmo com prejuízo de movimento de terras, resultando disso condições technicas ainda melhores pela suppressão de algumas curvas e melhoramento de outras.

A construcção foi iniciada em setembro de 1919, tendo sido os trabalhos de excavação de terras dividido em quatro trechos, com um volume aproximado de trezentos mil metros cúbicos cada um, o que, accrescido da excavação para a explanada de Piracicaba, perfaz um total de um milhão e trezentos mil metros cúbicos. Dada a sua extensão de 33 kilometros, resulta uma média de 39,3 metros cúbicos de excavação por metro corrente de linha que colloca o ramal de Piracicaba como sendo uma das linhas mais pesadas construídas no estado de S. Paulo.

Para attender ao elevado cubo de excavação, e auxiliar a conclusão dos aterros maiores, foi feita pela Companhia a instalação de dois excavadores mechanicos, sendo um do bairro do Quebra Dentes e outro junto à estação do Taquaral.

A abertura da maior parte dos cortes da linha exigiu o emprego de explosivos, sendo alguns destes cortes abertos em rocha viva.

Foram os trabalhos de excavação empreitados com os srs. Martins & Cunha, Domingos Ferreira Bento, drs. Arthur Maciel e Antonio de Mello Mattos.

Na travessia dos cursos dagua, foram construídas obras de arte de diversos typos sendo as mais importantes: -a ponte sobre o rio Lambary, de 12 metros de vão, com viga metálica em treliça; a ponte sobre o Piracica-mirim, com dois arcos de seis metros em alvenaria de tijollos e fundações de concreto; os pontilhões sobre o Tijuco Preto, o córrego da Barraca, o córrego da Baptistada, todos em aboboda de alvenaria de tijollos. Foi construída

uma passagem sobre a E. F. Sorocabana, na chegada de Piracicaba e outra sobre a rua da Glória, tendo esta 13,20 metros de vão livre, ambas com vigas de "alma cheia". Existe ainda um grande numero de passagens inferiores sobre os caminhos e cerca de dois mil metros de boeiros de diversos typos.

... ..

Os trabalhos de excavação foram dados por concluídos em Dezembro de 1921, época em que estavam abertos todos os cortes. As chuvas exageradas de Janeiro e Fevereiro do corrente anno causaram não pequenos estragos no leito da linha, occasionando desmoronamentos de barreiras, sendo de notáveis proporções o que se verificou no corte do kilometro 110, cuja desobstrucção exigiu um demorado e penoso trabalho; egualmente, mas em menores proporções deram-se quedas de barreiras no kilometro 116 (Taquaral) e 120 (Pompéia), sendo que esta última obrigou a construção de uma linha provisória, por cima da primitiva linha, que ficou soterrada em extensão superior à 100 metros.

Durante os trabalhos de construção não occorreu nenhum accidente no qual resultasse a morte ou ferimentos graves em trabalhadores".

OS IMÓVEIS

A Estação da Paulista e o armazém foram construídos por empreitada pelo construtor Domingos Borelli. Ainda, vinte casas, destinadas à residência dos empregados da ferrovia foram erguidas pelo empreiteiro Felicio Bertoldi.

Entre Santa Bárbara e Piracicaba ficaram três estações intermediárias: Caiubi, Tupi e Taquaral, todas elas com casas para ferroviários.

A área onde se encontra a Estação da Paulista, os barracões e os pátios foi doada pelo ilustre piracicabano dr. João Conceição, já falecido quando da festiva inauguração em 29 de julho de 1922.

O TREM INAUGURAL DIA 29 DE JULHO (SÁBADO) DE 1922

Da Estação da Luz, em São Paulo, partiu

no dia 29 de julho de 1922, às 13 horas, o trem inaugural.

A composição era formada por uma máquina e sete carros de passageiros, trazendo representantes de governo do Estado, da alta administração da Companhia Paulista, Senadores, Deputados Estaduais, representantes da imprensa da Capital e outros convidados ilustres.

Às 15h30, partiu da estação de Piracicaba um trem conduzindo os vereadores e autoridades locais, que foram até Santa Bárbara, onde aguardaram a chegada do trem inaugural, incorporando-se à comitiva, que saíra de São Paulo com destino à Piracicaba, onde chegaram aproximadamente às 19 horas.

Na Estação da Paulista, que se encontrava toda decorada e resplandecentemente iluminada, falou em nome da população o dr. Antonio Pinto de Almeida. De lá, atravessando um arco do triunfo construído especialmente para o evento, as autoridades e convidados dirigiram-se ao Hotel Central, onde foi oferecido um banquete. A banda da Força Pública do Estado de São Paulo também participou da recepção.

FESTIVIDADES NA INAUGURAÇÃO DO RAMAL - PROGRAMAÇÃO

19 horas - Chegada do 1º trem com as autoridades vindas de São Paulo.

Central para 100 talheres, oferecido pela Câmara Municipal, com a participação da Orquestra "Perfetti" sob a regência do maestro Tobias Perfetti. Faziam parte da orquestra os músicos: Erothides de Campos, João Baptista Vizioli, Antonio Correia, A. Romanelli e Wey. Também participou o "Jazz-Band Americana"

O banquete ofereceu o seguinte "MENU": Galantine de poulete; Consommé Royal; Filet de poisson sauce crevettes; Poulet á la Perigaud; Petit pois, Pommes pailie; Carré D'espinauds; Dinde á la bresilienne; Crème Spumone; Fruits: Raisins, Faises, pomme poces, oranges; Formages: Ementhal, Reino. Prata; Café; Liguers; Vins: Madeira, Graves, Sauternes, Clos de Couréjean, Laurmont, Champagne; Cigarros.

(SIC) (Jornal de Piracicaba, 30/07/1922)

22 horas - Início do Baile comemorativo ao evento no Salão Nobre da Escola Agrícola "Luís de Queiroz".

COMEMORAÇÕES NO DIA 30 DE JULHO (DOMINGO)

PARADA DE ESCOTEIROS

No desfile realizado às 14 horas tomaram parte mil e quinhentos escoteiros da VI região (várias cidades).

Percurso do desfile: Saída do Grupo Escolar "Moraes Barros" em direção à Rua 13 de Maio, seguindo pela Rua Santo Antonio até a frente do Teatro Santo Estevam, onde encontravam-se as autoridades do Estado e do Município, depois passaram pelas Ruas São José, do Comércio (hoje,

Rua Governador Pedro de Toledo), do Pescadores (hoje, Rua Prudente de Moraes) até o campo do Esporte XV de Novembro (hoje, Grêmio da Mausá), onde foram feitas diversas evoluções.

FESTA VENEZIANA

À noite realizou-se no rio Piracicaba, em frente ao Largo dos Pescadores, a "Festa Veneziana". Inúmeras embarcações decoradas com alegorias desfilaram pelo rio. Houve prêmios (taças) oferecidos pela prefeitura, para aquelas que se destacaram pelo gosto artístico e originalidade. O primeiro lugar foi conquistado pelo senhor Lara Campos, cuja lancha iluminada com luz elétrica, representava um cruzador.

Na margem direita do rio, às vinte horas foram queimados fogos de artifícios da Casa Baroni e Irmãos.

= JORNAL DE PIRACICABA =
= TERÇA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 1922 =

Horario dos trens no ramal de Piracicaba									
Estações	PI 3		PI 13		Estações	PI 2		PI 10	
	chegada	partida	chegada	partida		chegada	partida	chegada	partida
São Paulo		7,05		17,00	Piracicaba N		6,35		13,25
Jundiáhy S P R	8,14	8,21	18,02	18,09	Taquaral	6,51	6,53	13,41	13,43
Campinas	9,14	9,24	19,02	19,12	Tupy	7,06	7,08	13,56	13,58
Nova Odessa	9,56	10,07	19,46	19,56	Caiuby	7,18	7,20	14,08	14,10
Recanto		10,10		19,59	Santa Barbara	7,33	7,30	14,23	14,26
Santa Barbara	10,27	10,29	20,10	20,19	Recanto		7,53		14,43
Caiuby	10,41	10,43	20,31	20,33	Nova Odessa	7,56	8,12	14,46	15,03
Tupy	10,54	10,56	20,44	20,40	Campinas	8,51	9,00	15,37	15,47
Taquaral	11,12	11,14	21,02	21,04	Jundiáhy S P R	9,51	9,57	16,38	16,43
Piracicaba O P	11,30		21,20		São Paulo	11,05		18,06	

(Observações) - Correspondencia com as Cias. estranha

Trem PI 2 e P 2 - Em Nova Odessa, recebe os passageiros do Ramal de Piracicaba.

Conduz passageiros para Juquery, Taípas e São Paulo. Corresponde em São Paulo com S 10 que conduz passageiros para Braz, S. Bernardo e demais estações até Santos excepto Campo Grande.

Não transporta encomendas do trafego próprio, com exclusão das procedentes das estações das linhas de Im-00, de Araraquara, São Carlos, Rio Claro, Campinas e do Ramal de Piracicaba.

Corre em caracter experimental de Araraquara a São Carlos.

P 10 e P 10 - Estão em correspondência com os ramaes da Doudense S. Rita, S. Veridiana, Descalvado e B Piracicaba.

Estão em comunicação, em Baldeação e Campinas com a Cia. Mogyana.

Conduz passageiros para Campo Limpo, Juquery, Cayeiras, Pirituba e São Paulo, Secção Bragantina e Ramal de Piracaia.

Os passageiros para Lapa, Agua Branca e Barra Funda passarão em Pirituba para S U 22.

Corresponde em São Paulo com S 18 que conduz passageiros para Braz, S. Bernardo, Ribeirão Pires, Alto da Serra, Piassaguera e Santos.

Descarrega encomendas procedentes das estações dos ramaes de Descalvado, S. Veridiana, S. Rita, Descalvadense e Piracicaba e da Cia. Mogyana - via Baldeação.

Os trens P 2, P 10 e P 13 têm carro de luxo de Nova Odessa a S. Paulo.

Têm carro restaurant, P 3 e P 10 entre S. Paulo e Cordeiro.

P 13 entre S. Paulo e Rio Claro.

P 2 entre São Paulo e Campinas.

(Transcrito conforme o original)



CONTRIBUIÇÃO TIROLESA AO MUNICÍPIO

Lino Vitti

Ao historiador piracicabano não será lícito esquecer de registrar nas páginas da formação desta comunidade, a existência dos bairros cuja população tem raízes fincadas na imigração trentina, exatamente de famílias originárias da região do Tirol, do qual o adjetivo pátrio a eles pespegado de "tirolezes".

A maior contribuição histórica nesse sentido devemos-la ao Professor Guilherme Vitti, cujos estudos na busca daquelas origens têm ensejado um conhecimento quase perfeito dos núcleos habitacionais, aspectos físicos e psíquicos dos bairros de Santana, Santa Olímpia e Néгри. Este escriba também, através de numerosas crônicas publicadas na seção "Prato do Dia", do Jornal de Piracicaba, teve oportunidade de focalizar em estilo literário, mais do que histórico e informativo, a terra, a gente, a vida, os costumes dos tirolezes piracicabanos, pensando dessa forma haver contribuído com um pouco de seus conhecimentos, na divulgação dessas prósperas comunidades sediadas em território municipal de Piracicaba.

O DIALETO

Até uma dezena ou pouco mais de anos atrás, os trentinos dos mencionados bairros viviam como que isolados, distantes da vida da urbe, parecendo estar envolvidos num casulo estranho. Apesar de haverem eles sido aquinhoados com um grupo escolar, hoje denominado "Dr. Samuel de Castro Neves", os tirolezes persistiam em falar o dialeto nas conversas entre si e nas famílias, criando-se interessante dualidade de línguas: uma, para uso doméstico; outra, para uso na sala de aula com os professores e pessoas visitantes, isto é, no relacionamento com quem falava o português. Nesse dialogar ou conversar podia-se facilmente perceber o profundo sotaque do dialeto tirolês, ou trentino, mormente nas sílabas anasaladas ou no ê com circunflexo, quase sempre proferido

como é, aberto. Assim, você, o tirolesinho pronunciava você.

Hoje, o dialeto é apenas de uso dos mais velhos dos bairros, já que as gerações sucessivas foram assimilando mais e mais o português, passando a ser atualmente de uso corrente. Para que isso entretanto ocorresse, foi necessária uma assimilação linguística de mais de cem anos, sucedendo-se, no mínimo, cinco ou seis gerações. Nesse aspecto, fico a pensar como deve ter sido difícil às mestras e mestres do Grupo Escolar "Dr. Samuel de Castro Neves", meter na cabeça da criança que falava 20 horas o dialeto e apenas 4 o português.

A LAVOURA

Os trentinos dos bairros de Santana, Santa Olímpia e Fazenda Néгри começaram sua lavoura tratando, plantando e colhendo cafezais. O café estava no auge da economia brasileira e as terras ainda cobertas de florestas se prestavam ao trato daquela plantação. A rubiácea se estendia em imensos talhões, ocupando toda a mão de obra dos tirolezes todo o dia e durante o ano todo. Plantava-se, carpia-se, formava-se, colhia-se, peneirava-se, ensacava-se, carregava-se, vendia-se café. O casarão, onde viveram escravos e senhores, tinha ao lado uma enorme construção, onde labutava diuturnamente um benefício de café. Cheguei a conhecer algumas das máquinas daquelas indústrias. O edifício posto a baixo só está na lembrança dos mais antigos. É que a indústria e a lavoura cafeeiras, tiveram seu declínio, o que obrigou os tirolezes piracicabanos a outros meios de ganhar a vida e sustentar a família. Depois do café, foi tentada a lavoura variada. Milho, arroz, feijão, batatinha, algodão. Foram os cereais os mais cultivados. Cada família tinha a sua vaca leiteira, sua horta e o chiqueiro onde vivia sempre um capado no ponto de faca. Criavam-se galinhas, perus e alguns patos.

As terras, entretanto, foram emagrecendo. O húmus absorvido pelas sucessivas safras, já denunciava esgotamento. As lavouras não vicejavam com a mesma imponência de anos atrás. Deu-se então, e com a idade pretérita de 10 anos mais ou menos, a procura de outro tipo de lavoura: a cana-de-açúcar.

O CICLO CANAVIEIRO

É sabido que a cana-de-açúcar não é muito exigente em matéria de uberdade de solo. Mesmo com poucas chuvas e terras magras, a conhecida gramínea completa seu ciclo vegetativo e chega a render algum lucro ao plantador. Com o esgotamento das terras, ocorrido em virtude dos sucessivos anos de aproveitamento, os lavradores dos bairros tirolezes de Piracicaba se entregaram a cuidar da cana. Ajudou-os nesse desiderato, a projeção que esse tipo de cultura teve no país, com especial destaque, no Estado de S. Paulo. A proliferação de usinas de açúcar atestam esse crescimento.

A indústria usineira, que em Piracicaba é evidente, encorajou os sitiantes ao plantio de gramínea. De tal sorte que hoje somos vistos como um dos maiores produtores de açúcar e álcool. Em referida indústria e lavoura se insere grande parte da cultura do Município. Santana, Santa Olímpia e Négri não fugiram à regra geral e ao que parece, o ciclo canavieiro se expandiu com rara felicidade por todas as terras municipais, trazendo ao homem que cuida da cana, novas e alentadas esperanças, maior tranquilidade de trabalho e de vida.

A mecanização agrícola é fator preponderante no enriquecimento do homem do campo piracicabano, hoje acompanhando de perto a arrancada do progresso e dos confortos materiais. Tem-se a impressão que o ciclo da cana se deu muito bem nos terrenos dos referidos bairros rurais, inclusive tem propiciado um crescimento excelente de moradias, de novas residências, de reformas substanciais nas antigas, enfim, há como que um sopro de felicidade pelos lados daqueles municípios, que têm recebido, inclusive, todas as atenções dos poderes públicos piracicabanos, cercando-os das obras necessárias à facilidade de vida.

A CULTURA TIROLESA

Graças aos trabalhos dos mais antigos moradores junto aos políticos da cidade (o nome bem mostra que foi assim: "Grupo Dr. Samuel de Castro Neves"), os unidos bairros puderam ver-se presenteados com a sua primeira Escola Reunida, lá pelos idos de 1923, a família Jorge Vitti, da qual, meu saudoso pai foi o filho mais velho e o primeiro servente da escola, doou o terreno e arrebanhou mão de obra e material para a construção do prédio, um excelente edifício com 4 amplas salas de aula, dois escritórios para a diretoria, um grande pátio para os recreios.

Os filhos dos tirolezes começaram a ter contato com a cultura. Eu, Guilherme Vitti, Mario Vitti, Valter Vitti, Rubens Vitti, Dom Moacyr, bispo de Curitiba, Pe. Artur Vitti, e incontáveis descendentes, netos dos primeiros imigrantes que vieram de Trento, do Tirol. Foi na generosa escola que aprendemos as primeiras letras. Foi lá que tiveram início os meus sonhos. Foi lá que lá que tiveram início as carreiras de muitos que hoje militam em Piracicaba, contribuindo com a sua cultura, seu trabalho, seus conhecimentos para humanizar a vida da cidade.

Este que escreve estas notas, aprendeu no hoje Grupo Escolar "Dr. Samuel de Castro Neves", que iniciou sua atividade com o nome de "Escolas Reunidas de Santana". Quem diria que um dia, o filho do servente José Vitti, ocuparia o cargo de Diretor Geral da Secretaria da Câmara de Piracicaba; escreveria em Jornal da cidade; produziria 3 livros de poesias?! Quem cogitaria que o primeiro aluno matriculado na Escola Reunida de Santana, Guilherme Vitti, viria a ser o professor de Latim, o historiador do Município e da Cidade, o Secretário de Administração da Prefeitura de Piracicaba, o vereador de Piracicaba, o escritor e jornalista de Piracicaba, uma rara inteligência a serviço da cultura piracicabana e nacional? Quem diria que o mano Valter Vitti que ajudou a gente do sítio a apanhar café, algodão, capinar milho e arrancar batatinha, iria ser o gerente das Casas Pernambuco, depois o professor, e aposentar-se como Diretor de Grupo Escolar? Quem diria que Rubens

Vitti, que foi quase Padre, chegaria a ocupar o cargo de Diretor Geral da Secretaria da Câmara de Piracicaba, onde se aposentou? Quem diria que o menino Moacyr Vitti, brilharia na carreira sacerdotal e um dia chegaria a bispo de uma das capitais brasileiras, Curitiba? Quem diria que o mano Artur Vitti, o mais moço dos irmãos que frequentaram o seminário de padres, viria a ser vigário de uma Paróquia - Santa Edvirges - do Rio de Janeiro? Quem diria que Jair Vitti, humilde filho de pedreiro, hoje brilharia como estrela de primeira grandeza no manejo musical, onde é perito no saxofone e que está agora procurando transmitir aos meninos a sua cultura musical e artística? Quem diria que centenas de jovens santanenses, banquistas e negrinos, estariam espalhados por aí, lecionando, trabalhando como técnicos industriais, dando aulas em estabelecimentos de ensino, desenvolvendo mil e uma atividades culturais, industriais, técnicas, religiosas, políticas, sociais e humanas?

Tudo, fruto da modesta escolinha plantada por Samuel Neves ao lado de meu pai. É claro que no relato sucinto que aí fica, há muita coisa ainda a acrescentar, do que pedimos escusas porque o espaço não comporta, e o elevado número de descendentes não mo permite.

SANTANA E O MUNICÍPIO

Se demorou muito aos moradores dos bairros,

objeto deste estudo, um contato mais efetivo com a cidade, as obras públicas municipais entretanto não se fizeram esperar. Assim é que hoje eles contam com rede de água e esgoto, assistência tecnológica rural, modernos templos religiosos e melhoramentos de suas estradas. Ultimamente tem-se cogitado o asfaltamento das estradas vicinais que ligam os bairros a rodovias estaduais já asfaltadas, e a prefeitura, como um de seus últimos empreendimentos, tem levado à vila de Santana, o que deverá se estender a Santa Olímpia e Négri, o benefício das guias e sarjetas. É a presença do Município, é a caracterização da importância que se dá àquelas comunidades progressistas participantes da vida, da história, da cultura, do engrandecimento de Piracicaba.

E graças ao trabalho do Prof. Guilherme Vitti, hoje está estabelecido um intercâmbio histórico-cultural entre os moradores de Santana, Santa Olímpia e Négri e os tiroleses de Trento, na Itália. Numerosos municípes daquelas comunidades já viajaram para as plagas trentinas em visita a parentes. O próprio professor Vitti foi premiado com uma viagem ao Tirol, mais precisamente, a Cortezano, onde vivem descendentes e parentes dos antepassados, o que vai enriquecer ainda mais a sua pesquisa e os seus conhecimentos sobre as tradições, fatos e pessoas trentinos, dando-lhe oportunidade para acrescentar muito neste relato, que por deficiências do autor, deixa de ser completo.



DAVID ANTUNES E PIRACICABA

Jairo Ribeiro de Mattos

Piracicaba, preocupada em perpetuar a história dos seus eméritos cidadãos, quer o sejam por nascimento ou adoção, tem-se valido de depoimentos como este, publicados em datas históricas, que são documentos preciosos para a vida de uma população a qual norteia, nesses bons exemplos, seu rumo de vida.

David Antunes nasceu em Santa Branca - SP, em 1891. Casou-se com a piracicabana, Prof^a. Ida de Moraes Barros (Titinha), em 1918. Foi Gerente do Banco do Brasil, nesta cidade, época em que, sendo amigo do meu pai, tornou-se meu padrinho de batismo (1932).

Fez brilhante carreira bancária e, ao se aposentar, em 1947, veio residir em Piracicaba, tendo morado aqui até 1958, quando faleceu sua esposa. Desgostoso, mudou-se para Campinas, pois, sem filhos, foi residir com um casal de sobrinhos: Marta-Renê Emiliano Carneiro e sobrinhas-netas: Telma, Tânia, Eliana, Titinha e depois Martinha que tanto amava.

Conhecer esse homem, para todos, era uma satisfação, a ponto de seu amigo Flávio Toledo Piza escrever em "Saudades de David (I)", que o privilégio do seu convívio, considerava uma das bênçãos mais gostosas que ele chegou a desfrutar. Eu fui mais favorecido ainda, pois o conheci desde menino, através de cartas ou por ter feito de sua casa, por um significativo período, minha residência.

Como literato, destacou-se muito mais do que como excelente bancário, embora financeiramente o Banco tenha-lhe garantido uma vida tranqüila, bem como a de dois outros irmãos: Américo e Elvira, solteiros, que ele manteve até falecerem.

Em 1922, publicou seu primeiro trabalho literário, uma novela, seguindo-se muitos outros entre romances e contos, todos de ficção, mas com fundos de verdade e históricos, em estilo peculiar. Assim, na novela histórica "Piracicaba", editada

pelo Departamento Municipal de Cultura de Piracicaba, relatou fatos de nossa cidade, ocorridos no fim do século passado e no início deste. A artística capa, a bico de pena, é de Angelino Stella, representando a nubente piracicabana (sua noiva Titinha), bordando o enxoval, tendo ao fundo a Casa do Povoador e o então lindo rio Piracicaba.

Foi louvado por muitos artistas contemporâneos, sendo que Zédosreis Gomes Maia, na revista "Moeda e Finanças", ao descrever destacadas pessoas do Banco do Brasil, considerava David como o Machado de Assis do século XX, tanto pela pureza de estilo, quanto pela correção de sua linguagem.

Quero contar alguma coisa que sei de sua vida, aqui em Piracicaba (1947-1958), fruto de nossa íntima convivência. Ele não gostava de falar mal de ninguém, em nenhuma hipótese, pois, sua bondade ultrapassava as raias do franciscanismo e todos que o conheciam, direta ou indiretamente, eram privilegiados, quer pelo seu diálogo, quer pela sua prontidão no servir, principalmente através das mensagens otimistas que transmitia.

Privavam de sua amizade, todos os tipos de pessoas de bons e maus costumes, o que tão bem revelou em seu livro "Briguela".

Aqui fez muitos amigos e, dos freqüentadores de sua casa, lembro-me: Eugênia da Silva, João Chiarini, Sebastião Ferraz, Losso Neto, Flávio Toledo Piza, Dr. Lula, Angelino Stella, Newton de Mello, Archimedes Dutra, Acary de Oliveira Mendes, Manoel Rodrigues Lourenço, Izidoro Polacow, Afrânio Garboggini, Ben-Hur de Carvalhaes Paiva, Altemira e Olívia Gil, Benedita Pinto Cesar, Deca Salles, Prof. João de Souza Ferraz, de Limeira, além de outros de quem não me lembro o nome.

Havia ainda um crioulo, cantador de cururu, apelidado de Santão, que ligava David aos demais curureiros como: Nhô Serra, Pedro Chiquito,

Lazinho Marques, Parafuso e outros e, principalmente, aos moradores da Rua do Porto, os quais o escritor gostava de ouvir e deles registrar depoimentos verdadeiros.

Recebia a todos, gente daqui e de fora, famosos ou humildes, com a mesma fidalguia e estima. O casal era notável: David e sua esposa Titinha viviam em perfeita harmonia, tanto em seu próprio mundo quanto no externo, ele com sua literatura e ela com a direção da casa, suas peças de tricô, crochê, seu cachorrinho Dunga, seu canarinho do reino, muitas plantas decorativas, sua coleção de xícaras e muitas amizades.

Senti a estima que eles tinham pelos seres vivos, quando (1942) fui levado a passar as férias escolares em São Paulo, no seu apartamento da Rua Martim Francisco. Meu padrinho não deixava de se despedir da Cocota, pássaro preto (Vira) que o esperava para que, entre os arames da gaiola, coçasse-lhe a cabeça. Após o que, o pássaro cantava trechos do Hino Nacional que havia aprendido ouvindo disco.

David e Titinha gostavam de música, principalmente óperas e sua coleção de discos era selecionada.

Aqui em Piracicaba, dentro de casa tinham o Dunga, um vira-latas tamanho médio, peludo, preto, com uns pelos brancos na cabeça, meio estrábico, que entendia tão bem os dois e que só falava falar.

Minha madrinha tinha uma coleção de tinhorões (Caladiuns). Na época de verão, a folhagem era uma beleza e, se não me engano, havia setenta e seis variedades, em vasos dispostos na forma de degraus, enfeitando a casa da Rua Governador pertencente a Justo Moretti, hoje Sede da Associação Comercial. De lá, eles se mudaram para um apartamento da Rua Boa Morte, 1466, pois a esposa doente, com diabetes, começava a sofrer as primeiras dificuldades de visão, tornando-se-lhe difícil conduzir a casa grande de que tanto gostava.

Depois, mudaram-se na mesma Rua Boa Morte, para a casa número 1332, vizinho ao Dr. Lula, que prestava cuidados médicos à D. Titinha, além da generosa amizade de sua esposa, D. Lili.

Lembro-me de muitas passagens que julgo interessantes e peço licença para citar algumas, antecipadamente, pedindo desculpas se magoar alguém, pois, não é essa a minha intenção, já que pretendo relatar simplesmente fatos acontecidos.

David ficou muito amigo de João Chiarini e pouco demorou para que, nas edículas do casarão da Rua Governador, tivessem ensaios folclóricos, com modas de viola, com permissão do David e com sua contemplação.

Acontece que, certo dia, David foi denunciado por fazer reuniões do Partido Comunista em sua casa, o que ele por completo ignorava. O escritor, como um liberal que era, achava um absurdo a proibição ditatorial em oficializar o Partido Comunista, embora não concordasse com as idéias defendidas por esse partido. No entanto, foi obrigado a tomar providências, suspendendo as reuniões do João Chiarini em sua casa, qualquer que fosse o pretexto, pois o João era militante do PC da época, partido que se reunia na clandestinidade.

Certa vez, descíamos a Rua Alferes e, no cruzamento da Rua Ipiranga, num bar, encontramos o Prof. Newton de Mello sentado na soleira da porta.

David me disse:

– Jairo, vamos levar o Newton para casa? Ao aproximarmos dele, Newton disse:

– David, deixe-me aqui, considere a vergonha que eu estou passando perante a sua presença.

David riu e fomos embora. Muitas outras vezes, o Newton de Mello e o Angelino Stella, a convite do David, iam bebericar em sua casa, sendo que a batida de coco (especialidade dele) era chamada "leite de camelo".

Na festa do Divino, em um passeio de barco, este virou. David e mais três, que não sabiam nadar, foram ao fundo; felizmente, ninguém morreu. Titinha, esposa de David, que mal tinha percebido o acidente da margem do rio, quase morreu de susto, enquanto ele teve uma crise de riso que o abalou por algumas semanas.

Ele costumava prever, com muita benevolência, o futuro dos outros e, não raras vezes, o fato era confirmado. Conhecia bem a

quiromancia e era grande admirador do pensador indiano Krishna Murti, o que o fazia manter dele um grande retrato no seu escritório.

Muitas pessoas o procuravam para saber o futuro e ele, apesar de saber que o futuro é incerto, transmitia aos interessados, informes sobre um futuro promissor. Assisti, certa vez, a uma deficiente receber dele a informação de que iria se casar bem, pois isso é o que ela mais desejava. Não demorou muito para que ela trouxesse o noivo para David conhecer, então, a sós, ele me disse filosoficamente:

— O querer ajudado, vinga melhor!

Certa vez ele me contou que um seu amigo fazia previsões sobre o sexo do bebê, antes do nascimento. Quase sempre acertava, porém tinha um registro em livro, sempre ao contrário do que afirmara. Após o nascimento, se a pessoa reclamasse do erro da previsão ele mostrava o registro que nunca dava errado. — "previsões", dizia ele, "são assim mesmo, certeza só depois que as coisas acontecem".

David acreditava no mundo da ficção e permanentemente conversava com seus personagens, familiarizando-se com os bons e os maus. Quando o mau crescia demais, precisava ser eliminado, mas antes ele lhe dava um castigo como doenças, por exemplo, para ver se o personagem que ele criara se recuperava. Não dando certo, ele o sacrificava e isto lhe custava uma verdadeira tormenta mental.

Gostava muito das artes, de um modo geral, porém, me parece que grande talento, só tinha para a literatura. Era, porém, um excelente contabilista. Tentava esculpir, certa vez, e ao vê-lo retratar um nordestino, sentindo sua dificuldade, disse-lhe:

— Isso é fácil, mas tem que ter prática.

Ele me respondeu:

— Se você é capaz, eu posarei quando você quiser.

No dia seguinte, com o barro retirado do Itapeva, comecei a modelar sua cabeça em tamanho próximo ao natural. Ao reiniciar o trabalho que estava semi-concluído, resolvi desmanchá-lo. Lamentando, ele me disse:

— Ontem, quando você se foi, o Stella esteve aqui e disse que estava bom. Por que você o desmanchou? Eu ri e falei que seria capaz de fazê-lo mais parecido. Isso foi realmente conseguido por mim e o trabalho foi exposto no Salão de Belas Artes de nossa cidade (1956).

David foi retratado por Archimedes Dutra, a crayon, e por Angelino Stella, em óleo de respeitável valor. O quadro do Stella já tinha sido pendurado para seçar, quando uma criança que estava na casa, olhando-o, disse:

— Como o "Seu" David está vermelho!

Angelino Stella então pediu:

— Desçam o quadro, pois vou corrigi-lo. Nunca tive uma crítica tão sincera quanto esta. E corrigiu, lá mesmo, o quadro.

Numa das viagens ao rancho do Dr. Lula, no Bairro Itaperu, Archimedes Dutra pintou uma paisagem e doou-a ao David, obra esta que ornamentou sua sala até os últimos dias de sua vida, pois, representava-lhes a estimada lembrança de Piracicaba e de seus amigos.

David protegia os jovens e, não raras vezes, encaminhava aqueles que tinham pendor para a literatura. Entre eles, Waldemar Iglésias Fernandes, que foi seu orientando. Tinha pena daqueles que desejavam ser escritores ou redatores e não percebiam a sua falta de talento, referindo-se a eles como os de "fôlego curto". Também censurava os que se valiam da redação para, exclusivamente, tentarem se promover pessoalmente ou fazerem críticas destrutivas.

Minha vida foi por ele influenciada; o casal me ajudou muito. Chamavam-me de "Fac totum", pois era o consertador das coisas quebradas ou fazia alguns melhoramentos em sua casa.

Certa vez ele me deu um envelope fechado com um cartão dentro, dizendo-me:

— Aqui tem uma previsão do seu futuro.

Eu tinha dezessete anos e ele me disse:

— Daqui a alguns anos você vai abrir e confirmar.

Depois de uns dois anos eu o abri e estava escrito no verso de um antigo cartão seu:

"Jairo de Mattos - Juiz de Direito de Piracicaba".

Voltei a ele e lhe disse:

– Pedrinho, não vou ser Advogado, pois nunca havia pensado em estudar Direito.

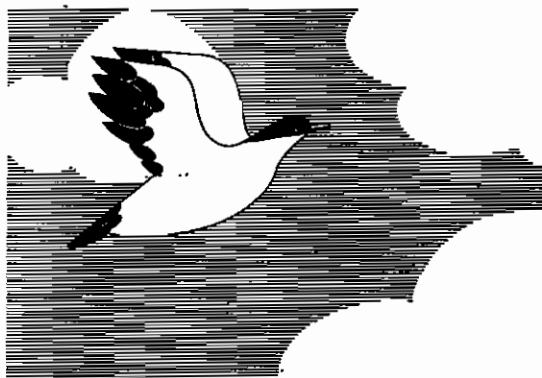
– Só o futuro pode desmentir isso!

Em 1955, nas festividades comemorativas do aniversário de Piracicaba, David foi o presidente do III Salão de Belas Artes, realizado no externato São José, reunindo mostras de pinturas, fotografias e filatelia. Fui por ele escolhido para ajudar Archimedes Dutra e Manoel Rodrigues Lourenço a montar o Salão. Na abertura, fez um pronunciamento histórico, homenageando Frei Paulo Maria de Sorocaba, recém-falecido.

Por mérito, ele é nome de rua em Piracicaba e Campinas. Em 4 de dezembro de 1991 deu-se o centenário de seu nascimento.

Ao falecer em 19 de novembro de 1969, na cidade de Campinas, diversos piracicabanos que compareceram ao funeral, solicitaram através do Prof. Acary de Oliveira Mendes, que seus restos mortais fossem trazidos a Piracicaba, para ficar junto à sua esposa Titinha, no Cemitério da Saudade, mas, infelizmente isso não aconteceu, somente os restos mortais de sua esposa é que ficaram em Piracicaba, pois, seus sobrinhos expressaram o desejo de tê-lo mais perto, em Campinas.

David Antunes foi um cidadão modelo, literato de escola, servidor permanente das boas causas, merecendo, portanto, ser reverenciado, já que sua vida e seus livros levaram-no à imortalidade.



ASPECTOS DA EXPANSÃO URBANA DE PIRACICABA NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX

Maria C. T. Mendes Torres

A partir de 1900, Piracicaba contava com dois bons jornais a GAZETA, o mais antigo, e o Jornal de Piracicaba, inaugurado naquele ano.

Pela leitura diária do seu noticiário pode-se avaliar como se processou a expansão urbana e fazer uma idéia do que foi a nossa cidade em determinados momentos.

A expansão urbana de Piracicaba não se fez de maneira uniforme, num mesmo ritmo mas na dependência de fatores diversos.

Em fins do século XIX, alguns bairros mantinham um certo aspecto rural, diferente do centro-urbano que se desenvolvera em torno da Igreja. Enormes terrenos cercados de pau a pique, às vezes, meio desmantelados, ruas enlameadas em tempo de chuvas ou envolvidas em nuvens de poeira na época de seca.

À direita do córrego do Itapeva, uma rua de maior trânsito, a rua Direita, como parte da Estrada Geral, ligando o Centro à parte alta da Cidade, ao Bairro Alto - no linguajar piracicabano, conhecido como Bairro Arto, - com suas chácaras com "valos e alvoredos de espinho", na pitoresca linguagem dos documentos, ou "cercas que mal se mantêm em pé".

Tais terrenos, localizados "acima do Itapeva" podiam ser divididos em dois setores distintos: um primeiro setor tinha como baliza, do lado do Centro, o córrego do Itapeva, e à direita deste, o Largo de Santa Cruz. Colina acima, até o Cemitério, um outro setor subdividido em duas áreas distintas, uma, da rua Santa Cruz ao Largo da antiga Estação da Ituana, outra, até o Cemitério.

O desenvolvimento não era uniforme. Prendia-se a certos fatores que, sendo preponderantes em determinados momentos, alguns anos depois perderiam seu poder de atração.

O advento da ferrovia, em fins do século XIX, e a abertura de ruas entre esta e o Cemitério,

contribuíram para a urbanização do Bairro Altomas, ao se iniciar o século XX, as chácaras ainda seriam seu traço característico.

Como muitas dessas propriedades se mantiveram nas mãos dos mesmos proprietários, das mesmas famílias, não sendo, portanto, vendidas em sua totalidade - alguns lotes passaram para outras por troca, venda ou herança; nem sempre todas constam dos livros de notas por nós consultados.

Ainda nos primeiros anos do século XX o Bairro Alto não passará de um subúrbio, embora seu afastamento do rio Piracicaba, cujas enchentes eram normais, pudesse ser um elemento favorável a uma urbanização mais rápida.

Do lado da atual avenida Carlos Botelho, que não era mais do que um "caminho" para os lados da Fazenda São João da Montanha, alinhavam-se enormes lotes, frentes de chácaras ou simplesmente terrenos semi-abandonados.

Com o desenvolvimento do Engenho do Monte Alegre e a fundação da Escola Prática de Agricultura nas terras doadas ao Governo do Estado por Luiz Vicente de Souza Queiroz, a Cidade expandiu-se no sentido do Bairro Alto, para os chamados "Bairros dos Alemães e do Piracicamirim".

Em 1901, Vicente Montera comprava de Conrado Hebling uma chácara de trinta e três alqueires limitada pela estrada do Monte Alegre e terras pertencentes à Municipalidade.

Lentamente a grande propriedade ia se desintegrando, vendidos grandes lotes ao longo desse caminho.

Para a expansão urbana nesse sentido foi fator decisivo a fundação da Escola Prática de Agricultura "Luiz de Queiroz" que, desde fins do século XIX, já tinha seus campos de experiência iniciados, ainda, quando Luiz de Queiroz se mudara para a Fazenda com sua dedicada esposa, D. Her-

melinda Ottoni de Queiroz, levando trabalhadores e ferramentas.

Inaugurada festivamente, em 1907, a sede da Escola Agrícola, o vasto prédio atraía visitantes extasiados pela beleza da arquitetura, pelo traçado do Parque e pelo viço dos arvoredos.

Assim, o antigo caminho, continuação da rua Santa Cruz passou a ser a avenida Carlos Botelho, numa muito justa homenagem a quem muito fizera para se chegar àquele dia glorioso.

Algumas ruas mudaram de nome. A antiga rua Nova tornou-se Saldanha Marinho, desde o Itapeva até a rua Santa Cruz. A avenida Carlos Botelho recebeu cascalho e piçarra, a partir da rua Nova numa extensão de mil e duzentos metros, até o portão principal do Parque da Escola Agrícola, em novembro de 1905. Para se conseguir uma linha reta, José Silveira Mello cedeu, gratuitamente, o terreno que é atualmente a praça em frente ao portão.

À medida que a urbanização se estendia para os lados da Escola Agrícola, do Monte Alegre e da Fazenda São João da Montanha, as grandes propriedades iam se dividindo em lotes, exigindo, naturalmente, novos cuidados da Intendência, assim como, aos poucos, a rede de esgoto e alguns postes de iluminação.

Em continuação à rua do Sabão, atual Luiz de Queiroz, foi aberta uma estrada a partir da atual rua Rangel Pestana "até encontrar, no ponto conveniente, a estrada para Botucatu (1906)".

Deu-se, também, atenção ao Cemitério Municipal, "com valas abertas e ossadas esparlamadas", nos dizeres dos documentos. As águas foram canalizadas por condutos subterrâneos e construídos tanques para irrigação. Cuidou-se também da arborização.

Em 1901, quando o tenente coronel Aquilino Pacheco era intendente, ficou resolvido a formação de um Parque em um terreno de dois alqueires situado abaixo do Cemitério - local onde se encontra atualmente o Estádio Municipal. Ao Cemitério já se tinha anexado o Cemitério dos Protestantes, mas, de um modo geral faltava o verde, essencial, não só como fator paisagístico,

mas muito importante para uma cidade de clima relativamente quente.

Para tais obras a Prefeitura autorizou a permuta de um terreno junto ao Cemitério, por um quarteirão pertencente à chácara de Zeferino Bacchi, entre as ruas XV de Novembro e Moraes Barros.

Para a execução do projeto do Parque, Aquilino Pacheco recebeu mudas do Jardim Botânico, através do Dr. Paulo de Moraes Barros. Conseguiu, também, por intermédio do Dr. Cândido Rodrigues, Secretário da Agricultura, um lote de mudas do Instituto Agrônomo de Campinas.

O Parque desapareceu com o tempo. Interesse mais forte contribuiu para sua substituição por um amontoado de cimento armado denominado Estádio, para alegria dos amantes do futebol e tristeza dos "saudosistas" que conheceram as belas árvores que ali medraram e se encheram de flores, só ficando a magnífica "Sapucaia", protegida pela lei.

Somente em 1905 se cogitou de um portão para o Cemitério, isto é, um portão artístico, conforme planta de Zanotta e Corso. Segundo Guilherme Vitti que escreveu uma excelente série sobre os Cemitérios no Jornal de Piracicaba, foi construído o portal com figuras angelicais descritas como querubins e serafins.

Em 1890, João José da Silva era proprietário de uma boa parte do quarteirão formado pelas ruas Rangel Pestana, São João, XV de Novembro e Santa Cruz. Essa área, aos poucos foi sendo subdividida, ficando Antonio Ribecco com uma boa parte, com frente para a rua Santa Cruz.

Ali foi construído um sobrado com um vasto jardim, com grade de ferro e plantada uma linda palmeira imperial de cada lado do portão na rua Santa Cruz.

Nesse sobrado, nos anos vinte, um médico italiano, Dr. Orestes Pentagna estabeleceu uma clínica beneficente denominada "PRÓ-INFANTIA" que prestou incalculáveis serviços a centenas de crianças carentes, contando com a colaboração da sociedade piracicabana que a todo momento organizava festivais no Teatro Santo Estavão,

rifas, leilões, etc. Os fundos desse terreno quase atingiam a rua São João onde seria construído o novo prédio da Escola Normal, atual "SUD MENCUCI".

Um grupo de alunos da Escola Normal, mais ou menos, em 1926, obteve autorização do dr. Pentagna para se reunir em uma das salas da frente para sessões de uma pretensiosa Academia de Letras com apoio total de dois queridos professores: dr. Antonio Pinto, professor de Literatura e Latim e dr. Acacio de Paula Ferreira, professor de Português. Mamãe forneceu uma mesa e o patrono convidado foi Martins Fontes que, naquela época esteve em Piracicaba fazendo belas conferências e nos visitou, dizendo, com sua bela voz, lindas poesias.

À medida que se sobe, no Bairro Alto, as chácaras vão aumentando de tamanho, principalmente nas proximidades do Piracicamirim. São lotes de antigas fazendas conhecidas pelos nomes dos proprietários.

Acima da antiga Estação da Ituana (Sorocabana), conhecida como Estação Velha depois que se construiu a nova Estação nas proximidades do Itapeva, hoje terrenos ocupados pelos onibus urbanos, as terras eram conhecidas pelos nomes de antigos donos, os Viana, os Ferreira, os Queirozes, os Ferraz de Barros, etc.

Os lotes que formaram o Bairro dos Alemães são mais conhecidos por nomes de origem germânica.

Algumas famílias enraizaram-se "acima do Itapeva", isto é, na parte alta, à direita do córrego, e seus descendentes ainda vivem nessa parte da Cidade.

Algumas ruas têm nomes em homenagens a pessoas que prestaram serviços à Cidade, ou num sentido mais amplo, ao Estado ou ao País.

A rua Direita tornou-se rua Moraes Barros, um dos convencionais de Itú. A rua dos Pescadores tornou-se Prudente de Moraes, primeiro presidente civil da República. A rua da Misericórdia que tinha esse nome porque nela se situava a Santa Casa, recebeu o nome do fundador, José Pinto de Almeida. A rua do Hospital tornou-se Manuel Ferraz de Campos, o grande benfeitor

dos leprosos. Os Müller, os Fischer, os Hebling e outros de origem suíça ou alemã povoaram os terrenos entre a Escola Agrícola, o Bairro dos Alemães e o Cemitério.

Deve-se lembrar ainda que, em torno da Estação Velha havia além das chácaras, olarias e oficinas.

Um ângulo muito poderoso não pode ser deixado de lado - a ação da Igreja Católica, colaborando de maneira decisiva para o progresso do Bairro. Desligando-se da Paróquia de Santo Antonio, criada a paróquia do Bom Jesus, cada vez mais firme em seus alicerces com um bom programa religioso e cultural. As festas religiosas e profanas exerceram benéfica ação sobre o Bairro. Um belo exemplo dessas festas eram as comemorações em homenagem a Santa Cecília, padroeira da Música, em que tomavam parte jovens instrumentistas ao lado das melhores vozes da Cidade, nem sempre residentes ao lado da Igreja, mas, como se dizia, "no Centro ou do outro lado".

Uma parte do Bairro foi, durante muito tempo, conhecida como "chácaras dos franceses". Luiz Bion, por exemplo, é sempre um ponto de referência nas escrituras desde fins do século XIX.

No início do século XX, quando ainda não tinha sido criada a paróquia do Bom Jesus, eram muito populares as festas da capela de Santa Cruz, tanto profanas como religiosas, realizadas durante o mês de agosto.

A inauguração da Escola Prática de Agricultura concorreu para uma série de melhoramentos urbanos.

O estabelecimento de uma Escola do porte da "LUIZ DE QUEIROZ", longe do centro da cidade, iria representar um polo de atração, concorrendo para uma decisiva expansão urbana, incluindo uma verdadeira revolução no sistema de transporte.

A Comissão de Obras Públicas, nas sessões da Câmara Municipal, deu parecer favorável à indicação do Dr. Paulo de Moraes Barros sobre a abertura das ruas da Misericórdia e Nova até a divisa da Fazenda São João da Montanha, "autorizando a construção de uma linha de bondes

que, partindo do ponto conveniente, vá terminar na ESCOLA AGRÍCOLA LUIZ DE QUEIROZ".

Aprovado em primeira discussão, dispensado de interstício, a requerimento de Pedro Alexandrino de Almeida, o parecer foi aprovado.

Enquanto a Escola Agrícola, desde cedo, esteve sob o patrocínio de altas autoridades, obtendo condições para se instalar em moderno prédio destinado a fins pré-determinados, com espaço suficiente para futuras instalações, a Escola Normal permanecia na Rua do Rosário, no antigo prédio da Sociedade Propagadora da Instrução, sem condições de se adaptar às modernas exigências da Pedagogia.

A Câmara Municipal tinha autorizado a Prefeitura a adquirir os terrenos da Chácara Laport, no Bairro Alto, para construção de um novo prédio para a Escola Normal e seu Grupo Modelo, pois o parecer nº 14 de 1912, analisando uma indicação do Dr. Paulo de Moraes Barros, embora concordando com as vantagens da aquisição da chácara para nela ser instalado um Parque, lembra que a Municipalidade, tendo já oferecido terrenos para a construção de um prédio para a Escola Normal e Grupo Modelo, "só poderá tornar efetiva a doação se fizer a aquisição projetada. Por sua localização e continuidade da Cidade são o que melhor se apresenta para a função".

A indicação foi aprovada pela Comissão de Obras públicas a 6 de abril de 1912.

Sendo norma do Governo do Estado só instalar Escolas onde a Municipalidade doasse o terreno, a Prefeitura preferiu deixar o terreno para o Parque para uma outra oportunidade e oferecer os terrenos da Chácara Laport para a construção do prédio para a Escola Normal, tão precariamente instalada.

Adquirida a Chácara, a escolha dos lotes necessários à Escola Normal recaiu no quarteirão formado pelas ruas Rangel Pestana, São João, XV de Novembro e Bom Jesus.

Aprovadas as plantas, logo se iniciaram as obras que culminaram com a inauguração do novo edifício da Escola Normal, considerado, como

outros edifícios construídos na mesma época, pelos críticos, como um dos palácios que o Estado de São Paulo pôde construir, graças ao extraordinário surto da lavoura cafeeira.

A verdade é que havia, na Cidade, muitas áreas de total desconforto, sem água encanada, desprovidas de esgoto, problemas aventados em todos os momentos pela imprensa da oposição política que insistia na crítica à administração municipal, clamando por um maior interesse pelo conforto da população.

No Bairro Alto, acima da Alfredo Guedes, não havia tais melhoramentos e um dos característicos do bairro era a total falta de segurança.

Estes aspectos dos problemas, amplamente debatidos, foram postos de lado quando, em abril de 1913, o Jornal de Piracicaba anunciou a abertura da rua São João "que estava dando bons resultados." Muito bem situada, logo se abria ao trânsito. "Terrenos nas proximidades estão sendo divididos em lotes e vendidos a prestações", segundo o anúncio.

Uma nota do Jornal de Piracicaba de 18 de abril de 1913 termina afirmando que "sabemos que a Secretaria da Agricultura facilitará o estabelecimento de bondes que resolvam a questão de transporte para a Escola Agrícola".

Paralela à rua Santa Cruz, cuja continuação no sentido da Escola Agrícola seria a avenida Carlos Botelho, a rua São João estava situada na área da chácara Laport.

As obras da Escola Normal foram autorizadas no período presidencial do Conselheiro Rodrigues Alves, sendo Secretário do Interior dr. Altino Arantes, e Secretário da Agricultura dr. Paulo de Moraes Barros.

Em Piracicaba, o prefeito municipal era Fernando Febeliano da Costa, sendo presidente da Câmara Municipal Manuel da Silveira Correia. O Diretor de Obras Públicas era o engenheiro pela Escola Politécnica, dr. Eduardo Kiehl. Trabalhando ao mesmo tempo, em obras da Escola Agrícola e da Escola Normal, Dr. Kiehl montou seu escritório em ponto estratégico, da rua São João, entre os dois locais.

Inaugurado o novo prédio da Escola Normal, em 1916, alterava-se o aspecto do bairro, com um novo surto de povoamento, com maior movimento comercial, pois as duas Escolas serão dois polos de atração e as duas ruas São João e Santa Cruz logo se urbanizarão, com novos sistemas de transportes, como bondes e automóveis.

Não se pensa, todavia, que tais meios de transportes tivessem realmente substituído os trolés, carroças e carroções, pois muitos carros de bois nelas passavam com seu ruído peculiar, transportando madeira para as marcenarias, como, por exemplo: só para lembrar uma das que demoraram a desaparecer, a dos Guerrini, na rua Santa Cruz.

Tornava-se imprescindível uma via de contorno, o que seria uma novidade numa cidade em que as ruas se cruzavam em ângulo reto. Pensou-se, naturalmente, numa linha de bondes...

Preferível uma larga Avenida a cortar terrenos não arroteados ou não loteados, cuja desapropriação seria mais rápida e não muito dis-

pendiosa. Não era uma utopia, pois as linhas do bonde que existiam poderiam ser ampliadas posteriormente à medida das necessidades e possibilidades financeiras.

Planejada pois, uma grande avenida, a futura Avenida da Independência, inaugurada como parte dos festejos comemorativos do centenário da Independência do Brasil, ligando a entrada da Cidade pelo Piracicamirim, passando ao lado do Cemitério da Saudade, junto ao Parque Serra Negra, onde atualmente se situa o Estádio Municipal, descendo para o Centro da Cidade, depois de passar em frente à Santa Casa e obras da Igreja dos Frades, e outras obras importantes.

As obras da Avenida Independência tiveram apoio de autoridades e do povo, pois sua utilidade era indiscutível, não apenas no sentido de ação social, mas de caráter religioso e educacional, servindo a importantes instituições ao longo de um caminho que iria contribuir para o desenvolvimento também de "bairro da Paulista", cuja Estação se localizava no alto da rua da Boa Morte.



LARGO DE SANTA CRUZ

Prof. Guilherme Vitti

Um dos mais antigos largos citadinos, fazendo face com a Rua Morais Barros, primeira via pública da cidade, por ser o antigo caminho para Mato Grosso, aparece com seu nome citado pela primeira vez, na ata de 2 de maio de 1836. A existência de uma cruz, chantada no local, seria em memória de algum cidadão ali falecido?

Os vereadores, respondendo a uma indagação do Prefeito, assim se manifestaram na ata retro citada:

"...e que, quanto às rezas da Santa Cruz, a Câmara não acha analogia nem a aplicação no artigo onze das Posturas, porque não considera o culto externo dos fiéis como compreendido em as vozerias e tumultos do mesmo artigo, sendo certo que, sem se restringir a reza, pode tolher-se os abusos de imoralidades e os tumultos, por meio de uma exata observância do artigo dez e onze das mesmas posturas..."

Quando a Câmara, em 1843, estabeleceu os limites do perímetro urbano para a cobrança do imposto predial, ela citou o local com o nome de -Largo de Santa Cruz, provando isso já ter projeção na paisagem urbana.

O assunto só reaparece nas atas em 1869. Antes daquela data, porém, há um documento interessante no arquivo, em o qual o cidadão piracicabano, Francisco Assis Pinto de Castro apresenta um desenho da igreja de Santa Cruz, declarando que ela está voltada para o sul. Os traços são toscos. A construção é simples, com uma porta única na frente e sem janelas. Ao lado há um puxado aberto onde estão pendurados dois sinos. Atrás, uma casinhola com porta e janela.

Uma informação esquisita apresenta a ata de 23 de maio de 1869, que diz:

"Foi lido um requerimento de José Custódio Gomes, pedindo para aforamento gratuito ou não, vinte braças de frente com vinte de fundo de terreno à rua do Monte Alegre, para nele edificar uma casa para guardar uma cruz que, naquele

lugar, os fiéis fixaram. A Câmara, ouvindo informações do arruador Bento Barreto, membro da comissão de obras públicas, concedeu o aforamento, que será gratuito, se o terreno servir para o citado fim, devendo o suplicante, dentro do prazo de três meses, dar princípio à edificação da casa, mas que o suplicante pagará 200 réis por braça do dito terreno, se não realizar a edificação referida."

Uma informação esquisita, foi dito lá atrás, pois se já havia a igreja própria, por que uma casa para guardar a cruz? Estaria a mesma ameaçada na sua integridade por devotos interessados em levar uma lasca da madeira santa?

Outra longa ausência de notícias.

Lê-se na ata de 2 de agosto de 1885:

"O sr. vereador, Dr. Manoel de Morais Barros mandou à Mesa a seguinte indicação: Alguém tem-se arrojado o direito de, todos os anos, por ocasião da festa da Santa Cruz, nesta cidade, alugar o largo da igreja aos muitos que ali estabeleceram botequins, cobrando um tanto por palmo de terreno quadrado ou linear, e impondo também uma taxa às muitas bancas de jogos, ditas de canequinhas, que funcionam ao relento; e, além disso, trata de estender o mesmo abuso ao largo da igreja da Boa Morte, cuja festa está próxima, convidando, por um anúncio no "Piracicabano", a entenderem-se com ele todos os que ali quiserem estabelecer botequins. E tendo esta Câmara o dever de coibir semelhante especulação, por serem aqueles largos terrenos municipais e por ser ela - Câmara - o único, além da Coletoria Geral e Provincial, que tenha o direito de cobrar impostos neste Município, indico que sejam tomadas as seguintes providências, ou outras que pareçam mais eficazes:

1ª - Tornar público que é livre o estabelecimento de botequins provisórios naqueles largos, sem outra obrigação mais, que a de pagar

os impostos municipais, provinciais ou gerais, estabelecidos nas respectivas leis.

2º - Que todos os anos o Fiscal da Câmara demarque e distribua os terrenos desses dois largos aos que quiserem abrir botequins, cobrando o Procurador os impostos que forem devidos à Câmara por suas posturas.

Discutida a indicação supra, o sr. Dr. Presidente informou que os botequins foram edificados em terrenos particulares, e não no largo, como se refere a indicação. À vista do que a Câmara deliberou que seu Presidente nomeasse uma comissão para examinar a informação. Foram nomeados, para este fim, os srs. Drs. Canuto Saraiva e Morais Barros"

Na ata do dia seguinte:

"O sr. Dr. Manoel de Morais Barros, na qualidade de relator da comissão incumbida de verificar se o terreno em aberto, em frente ao Colégio da Assunção é público ou particular, diz que a mesma comissão verificou que esse terreno é particular e propriedade do Major Fernando Ferraz de Arruda e do Vigário Francisco Galvão Paes de Barros, que compraram dos herdeiros de Miguel Arcanjo Benício Dutra, por escritura de 22 de fevereiro de 1882, nas notas do Tabelião França..."

O estranho é que a comissão nada disse sobre o terreno da Santa Cruz, objeto deste estudo. Assim fica-se sem saber se o largo era praça pública ou pertencia a particular.

O assunto ficou parado até o dia 3 de maio e 1886:

"O sr. vereador, Dr. Manoel de Morais Barros pediu as informações que devem ser prestadas pelo Fiscal e pelo Procurador da Câmara sobre os seguintes pontos:

Quem demarcou o Largo de Santa Cruz para o estabelecimento de botequins ali? Quantos são os botequins existentes naquele lugar? Quantos pagaram impostos e de quanto?

Discutida é aprovada."

E na ata do mesmo mês, no dia 23: "O Fiscal da cidade, João Teodoro Monteiro, ratificou a informação que prestou relativamente aos terrenos do Largo de Santa Cruz, comunicando que,

melhor informado, soube que Albano Leite do Canto, já falecido, comprou acerca de 6 ou 7 anos, de Henrique Schemilling, todo o terreno, com exceção da rua que fica no meio do largo e fez deste doação à igreja do mesmo nome, sob a condição de se continuar fazer ali a festa de sua invocação. Não se passou, porém, escritura, nem de compra a Henrique, nem de doação àquele igreja. Adiada a discussão."

As medidas tomadas pela Câmara acerca do uso do Largo de Santa Cruz não surtiram os efeitos desejados, pois o local continuava pretendido pelos donos das barraquinhas e mesas de jogos vários.

Transcreve-se aqui o forte ofício encaminhado pelo Presidente da Câmara ao chefe de Polícia local, Dr. José Cardoso de Almeida:

"Com o fim de evitar prováveis conflitos com a polícia local, levo ao vosso conhecimento o seguinte fato: os jogadores desta cidade e diversos pontos do Estado, há alguns meses que assoalham o boato de que, este ano, haverá nesta cidade a festa de Santa Cruz, com todo o seu cortejo de jogatina e devassidão desenfreadas.

Com confirmação desse boato, desde ontem, nota-se desusado movimento nas imediações da Capela de Santa Cruz, estando-se dividindo diversos terrenos particulares em lotes para a construção de barraquinhas, segundo claramente afirmam. Ora, há mais de dez anos que, vencendo extraordinários óbices, as autoridades municipais e policiais têm conseguido impedir essa perniciosa festa, de modo a podermos afirmar que, toda a nova legião de adolescentes, que essas 1600 crianças que frequentam as escolas da nossa cidade, não conhecem os jogos proibidos, nunca viram as cenas da devassidão campeando impunes.

A Câmara Municipal, em cumprimento de suas posturas, não pode, pois, consentir em tal festa, aliás altamente desmoralizadora, e tratará de impedir, a todo o transe, a sua realização.

Como meio, porém, de evitar atritos inconvenientes entre as autoridades locais, como meio de prevenir prováveis conflitos, solicito-vos

providências, de modo a impedir que a autoridade policial dê licença para essa festa.

Confiando em vosso patriotismo é que vos solicito essas providências, em nome da moralidade administrativa deste município, em proveito da geração nova, ainda pura e inocente.

Saúde e fraternidade.

(assinado) Dr. Paulo de Moraes Barros - Presidente".

No ano de 1902, conseguiram as autoridades harmonizadas impedir a desvirtuada celebração religiosa.

No ano seguinte, porém... mas vamos aos fatos:

Tudo começou com o que consta da ata de 23 de abril de 1903, assim redigida:

"Declarou o Presidente haver convocado a presente sessão, a fim de dar conhecimento à Câmara de ocorrências lamentáveis relativas a falta de cumprimento de posturas municipais, acoroçado pela polícia local.

Ontem, tendo-se ausentado da cidade em serviço o sr. Intendente Municipal, foi o presidente informado pelo fiscal do Norte que, no Largo de Santa Cruz e em terrenos particulares, vizinhos, tinha-se dado começo aos trabalhos preliminares para a construção de barracas para a anunciada jogatina.

Acompanhado pelo Fiscal dirigiu-se ao local e intimou aos operários que se ocupavam na construção de um rancho, que deixassem o serviço que ficava embargado desde esse momento, no que foi obedecido; em frente à capela achava-se um conhecido desordeiro que declarou estar fazendo a capinação do largo por ordem de terceiro; foi intimado a deixar o serviço, sendo apreendidas e recolhidas ao depósito as suas ferramentas. Pouco depois compareceu o delegado de polícia que, em altas vozes, declarou à turba de desocupados que o acompanhavam que podiam fazer a festa como entendessem.

Depois de trocas de palavras, em que o presidente fez ver ao delegado, que estava aconselhando o desrespeito a leis municipais e federais, ambos se retiraram. Foi informado que, logo depois, compareceu ao local uma força de polícia de 15

praças para garantir o serviço dos jogadores, e, então, julgou oportuno comunicar por telegrama o fato aos drs. Chefe de Polícia e Secretário do Interior e convocar a presente sessão, a fim de a Câmara resolver coletivamente qual a atitude a tomar, diante da posição sediciosa da polícia.

Depois de todos os srs. Vereadores se manifestarem no sentido de serem cumpridas as leis municipais que proibem os jogos de azar, ficou deliberado por unanimidade de votos que o sr. Intendente Municipal ficasse autorizado a lançar mão de todos os recursos legais, para tornar efetiva a execução da lei respectiva, que deverá ser publicada pela imprensa.

Ficou mais deliberado reunir-se a Câmara amanhã, em sessão extraordinária, com o fim de resolver novas providências requeridas pelo caso."

O telegrama acima aludido está assim redigido:

"De Paulo de Moraes a Dr. Antônio de Moraes Barros

Rua Direita, 10 C. São Paulo

Joaquim Moreira, Manoel Pedreira, João Pedreira voltaram S. Paulo dispostos fazer festa-jogatina Santa Cruz, afirmando pedirem apoio Chefe Polícia. Festa religiosa proibida. Consta amanhã tentarão construir barraquinhas. Procure interferir Chefe Polícia, Secretário Interior, comunique fato, peça providências.

Câmara Municipal disposta impedir jogatina todo transe. Telegrafei Chefe Polícia. Responda. Piracicaba, 17 de abril de 1903. Assinado - Dr. Paulo de Moraes Barros."

O telegrama foi repetido no dia seguinte.

Assim está redigido o telegrama ao Chefe de Polícia:

"A Dr. Chefe de Polícia - São Paulo

Grupo vagabundos jogadores pretende construir Largo Santa Cruz e em terrenos particulares barraquinhas para jogos proibidos, contra disposição expressa leis municipais, contando apoio polícia.

Não há motivo nem pretexto para construção tais barraquinhas, porque não será realizada festa alguma religiosa. Câmara Municipal fará respeitar suas posturas custe o que custar. Peça

providências urgentes a fim de evitar conflitos. Jogadores fazem constar terem obtido licença vossa Excelência para jogos proibidos.

Piracicaba, 17 de abril de 1903.

Assinado - Dr. Paulo de Moraes Barros - Presidente da Câmara."

Com data de 24 de abril, foi encaminhado o ofício seguinte:

"Cidadão

Dr. Firmiano de Moraes Pinto, M.D. Secretário do Interior e Justiça

A Câmara Municipal desta cidade, em sessão de hoje, resolveu representar-vos as seguintes graves ocorrências, acoroçadas pela autoridade policial, e que importam em desrespeito e violação flagrante de uma lei municipal e de leis gerais.

Há muitos dias corria na cidade insistente boato de que iam ser construídas barraquinhas no Largo de Santa Cruz e adjacências, para nelas funcionarem bancas de jogos proibidos.

Ontem as construções foram iniciadas e, tendo sido embargadas por funcionário municipal, de acordo com a lei, compareceu o delegado de polícia, rodeado de jogadores e desocupados, e diante do presidente da Câmara, em exercício do cargo de Intendente, em altas vozes declarou que podiam continuar o serviço e fazer a festa. Pouco depois chegava ao mesmo largo um contingente de quinze praças, a fim de garantir a construção das barraquinhas, que, sob esta escandalosa proteção, continuou a ser feita.

Os foros de adiantamento e moralidade, de que goza este município, clamam contra o ato sedicioso da polícia local.

Desde 1892 que, à custa de muita tenacidade e esforços, foi este município completamente expurgado dos jogos proibidos; desde 1892, não mais se realizou a perniciosa festa de Santa Cruz que, abusando do nome da religião católica, apenas servia de pretexto para a jogatina, a mais desenfreada e para a mais torpe devassidão de costumes.

São estes perniciosos vícios, desconhecidos da atual geração de moços deste município, que se pretende fazer reviver, contra disposições expres-

sas de leis municipais e federais, e reviver sob o imediato patrocínio da polícia local.

Nem os atos religiosos podem, este ano, ser invocados, como pretexto, porquanto foram proibidos pela autoridade eclesiástica. E a polícia local, incumbida de velar pela fiel execução das leis e da moralidade pública, tornou-se a protetora dos jogadores e desrespeitadores da lei, aconselhou publicamente a sua violação, tornou-se francamente sediciosa.

O povo deste município, acostumado a respeitar e a ver respeitados os atos da sua representação municipal, está assistindo o espetáculo pouco edificante de vê-la ensovalhada pela autoridade policial.

Em nome da moralidade administrativa, em nome do regime republicano, confiantes em vossa ação, solicitamos vossas providências, no sentido de cessar este degradante estado de coisas que, com certeza, não é o mais próprio para justificá-lo.

Saúde e fraternidade."

Apesar dos dramáticos apelos da Câmara, as medidas corretivas tardavam. As autoridades policiais da cidade tergiversavam. É o que revela a ata de 4 de maio, pela fala do Presidente:

"Relativamente aos jogos ilícitos em Santa Cruz, o presidente comunicou que, continuando a correr o boato de que nas imediações do Largo de Santa Cruz iam se realizar ostensivamente jogos ilícitos e, tendo verificado que jogadores da profissão para lá conduziram, à vista do público, os respectivos objetos, e bem assim que o delegado de polícia local aconselhava abertamente, na praça pública, o desrespeito às leis penais e municipais, prometendo garantir as bancas de jogos ilícitos com as praças do destacamento local, levou estes fatos ao conhecimento do Dr. José Roberto Leite Penteado, 1º delegado auxiliar, no dia 30 de abril, fazendo-lhe ver que, se a Câmara havia suspenso as medidas para tornar efectivo o cumprimento das leis municipais, foi confiando na palavra das autoridades superiores do Estado que garantiram formalmente que seriam cumpridas as leis proibitivas dos jogos de azar, e que autoridades locais tinham ordens nesse sentido.

O Dr. 1º delegado auxiliar prometeu-lhe categoricamente impedir os jogos ilícitos e apreender os seus objetos, no caso de vê-los funcionando. Entretanto, no dia 1º de maio, à tarde, foi o presidente informado que os jogos ilícitos funcionavam desenfreadamente e mais, que o Dr. 1º delegado auxiliar dissera ter pressa de voltar a S. Paulo, mas que só iria depois que visse funcionando a primeira roleta.

Debalde procurou o delegado auxiliar desde 6 horas da tarde até a meia noite desse dia; o dr. delegado auxiliar escondera-se propositadamente, fazendo seu agente secreto acompanhar o presidente da Câmara, para verificar quando a porta do hotel ficaria desembaraçada da presença deste.

Desejando verificar se teria fundamento o boato de que essa autoridade se retiraria para S. Paulo depois de garantir o funcionamento da primeira roleta, foi a estação de Ituana, no dia 2, e aí encontrou-se com o Dr. 1º delegado auxiliar, que, tendo cumprido à risca a sua palavra, retirava-se para a capital, deixando assegurado o funcionamento dos jogos ilícitos. O Dr. 1º Delegado auxiliar era conivente com a prevaricação da autoridade local.

Por telegrama comunicou esta ocorrência aos Drs. Secretário da Justiça e Chefe de Polícia, reclamando o cumprimento de suas promessas formais, que nada mais eram do que o cumprimento da lei. Com satisfação pode hoje trazer ao conhecimento da Câmara que, em resposta recebeu do primeiro daqueles funcionários o telegrama que apresenta, transmitindo cópia de outro do Dr. Chefe de Polícia, ordenando ao Delegado local que reprimisse energicamente os jogos ilícitos.

No dia e ainda continuavam os jogos, cada vez mais às escâncaras e em maior número, apesar do telegrama ser do dia 2. O delegado de Polícia, procurado pelo Intendente Municipal e Juiz de Direito em exercício, declarou-lhes que mantinha a sua resolução de permitir e garantir os jogos ilícitos e agora levaria a sua cruz ao Calvário, desobedecendo por essa forma às ordens superiores.

À noite do mesmo dia, constara-lhe que havia

assumido o exercício do cargo de delegado de polícia, o 1º suplente, que, logo depois, se dirigira às imediações do Largo de Santa Cruz, tornando efetivo o cumprimento das ordens recebidas relativamente às roletas, sem encontrar o menor embaraço, sem o menor pretexto, ficando provado que, se não fora o apoio criminoso das autoridades - delegado de polícia local e 1º delegado auxiliar, os jogadores não se abalanchariam ao desrespeito ostensivo das leis.

Assim, tendo verificaddo que só a estas autoridades cabe a responsabilidade destas ocorrências deprimentes, e que tanto o Dr. Secretário da Justiça como o Dr. Chefe de Polícia procederam com toda a correção, obrigando em definitivo aos seus subalternos a respeitarem e cumprirem as leis penais e as deste município, sendo certo que a essas duas autoridades devemos o regozijo da população da cidade, por vê-la restituída à calma e à ordem habituais, depois de três dias de jogatina desenfreada, indico que a Câmara officie aos Drs. Secretário da Justiça e Chefe de Polícia, agradecendo-lhes os valiosos serviços prestados a este município, com as providências eficazes e prontas, que púseram termo a tão anormal estado de coisas.

Esta indicação foi unanimemente aprovada." (Seguem-se as assinaturas dos vereadores)

No mesmo dia 4 de maio a Câmara officiou às referidas autoridades:

"Cidadão, Dr. Chefe de Polícia

Graças a vossa enérgica e eficaz intervenção, está felizmente terminado, com honra para a administração pública do Estado, o lamentável incidente que veio perturbar profundamente a vida municipal de Piracicaba, alarmando seriamente o espírito de sua população ordeira.

Foram, ontem, proibidos os jogos ilícitos, inaugurados no dia 1º do corrente, nesta cidade, com o nome de festa de Santa Cruz, sob o patrocínio imediato do delegado de polícia local, com a conivência provada do sr. Dr. 1º Delegado auxiliar.

Esta Câmara Municipal, jubilosa com este fato bem significativo da correção com que mantendes o prestígio do vosso espinhoso cargo, vem

manifestar-vos os seus profundos agradecimentos pelo exemplo altamente moralizador que destes, fazendo respeitar a lei e as autoridades constituídas.

Saúde e fraternidade.

(Assinado pela Câmara)"

"Cidadão, Dr. Secretário da Justiça

É com grande regozijo que vos comunicamos a proibição feita ontem, graças à enérgica intervenção do sr. Dr. Chefe de Polícia, dos jogos ilícitos, inaugurados no dia primeiro do corrente mês, nesta cidade, sob o nome de festa de Santa Cruz, e que tanto alarmaram a população.

Foi com intensa mágoa que esta Câmara Municipal viu menosprezadas as leis penais e as deste município pelo delegado de polícia local que, não contente em consentir jogos ilícitos, colocou-os sob o imediato patrocínio de sua autoridade, garantindo-os com as praças do destacamento policial. Foi com profunda tristeza que esta Câmara municipal viu associar-se a tão insólito, quanto inglório procedimento, o sr. Dr. 1º Delegado auxiliar, esquecido da alta missão de ordem e prestígio à lei, que lhe fora confiada.

Hoje, restituída a calma e a confiança ao espírito de toda a população ordeira desta cidade, cumprimos o grato dever de apresentar-vos os sinceros agradecimentos desta Câmara Municipal, pelas providências acertadas e eficazes que puderam pôr cobro a tão anormal estado de coisas, e cuja lembrança perdurará como um belo exemplo de civismo com que exercestes o vosso elevado cargo.

Saúde e fraternidade.

(Assinado pela Câmara)"

Com a proibição dos festejos, celebrados da forma que se viu, perdeu seus encantos a capela de Santa Cruz que entrou em fase de ruína. Dez anos depois desses acontecimentos, os vereadores trataram deste assunto na ata de 15 de janeiro de 1913. Diz ela:

"O projeto fala na demolição da capela situada no Largo de Santa Cruz, para ser construída uma casa de diversões. Ora. Além de aquela praça não fazer parte da chácara, seria esse serviço dispendioso para a municipalidade, trazendo não pequena cópia de dificuldades para a sua execução.

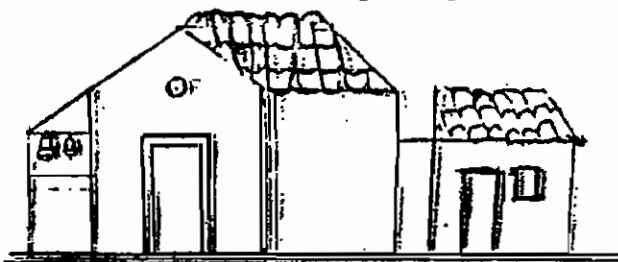
Refere-se o projeto à construção de uma igreja Santa Cruz, no Largo Bom Jesus. Pelos mesmos motivos já expostos, coisa alguma deve a Câmara resolver sobre esse assunto."

A transcrição acima expõe matéria um tanto confusa. A nós parece que algum cidadão pediu à Câmara a cessão do terreno do Largo de Santa Cruz para nele construir uma casa de diversões à sua custa. Em troca, o interessado cederia terreno no Largo do Bom Jesus para a construção de uma igreja, levantada às custas da Edilidade.

A partir deste ponto, as notícias sobre o Largo de Santa Cruz vão rareando, prendendo-se ao trabalho corriqueiro de uma administração municipal, como seja: limpeza do terreno, colocação de guias e sarjetas, pavimentação etc.

Na década de 40, um Prefeito demoliu o cruzeiro primitivo que substituíra a capela demolida, mandando construir um outro mais artístico.

Esse aí não permaneceu por longo tempo, pois, outra autoridade municipal, removeu-o para a Vila Progresso, colocando-o junto à igreja de São Dimas, onde ainda se acha... por enquanto...



"Capela de Sta. Cruz na rua do Bairro Alto, com a frente para o sul com um pequeno pátio limpo." (Ilustração do texto do Padre Mestre Francisco Assis Pinto de Castro, datado de 1858)

PIRACICABA POÉTICA

CIDADÃ DE PIRACICABA

Trouxeram-me de lá muito pequena,
Da terra amiga, a terra onde nasci.
Sei que é formosa e chama-se LORENA.
Amo-a, porém jamais a conheci.

Nestas colinas de beleza amena
Junto a meus pais e irmãos, feliz, cresci.
Sem conhecer da mágoa a rude pena.
E um mundo novo se me abriu aqui.

Hoje um ditoso orgulho infla minh'alma:
Eis que recebo aurifulgente palma
O mais brilhante e honroso galardão.

Posso me unir a ti, seguir teus trilhos,
Terra de meu esposo e de meus filhos,
PIRACICABA do meu coração.

AO RIO PIRACICABA

Oh! velho rio das manhãs de outrora
Nós te queremos ver em santa paz.
Há de brilhar pra ti serena aurora
E uma existência plena ainda terás.

Nada receies, não! Isso de agora
Não é teu fim, querido, volverás
A ser aquele da primeira hora,
O grande rio dos teus Payaguás.

Escuta aqui, impávido guerreiro.
Esse teu salto - altivo seresteiro -
Será de novo o nosso trovador.

Pois nossa prece e a dor de nosso peito,
Hão de aumentar as águas do teu leito,
Há de aumentar tua força o nosso amor.

RUA BOM JESUS

Oh! rua Bom Jesus, tu foste aquela
Que quando lá no alto te implantaste,
Abriste para nós uma janela
E para o nosso bem, nunca a fechaste.

De nossa igreja o nome tu levaste
Ela era então apenas a capela.
Hoje, da terra, qual palmeira, a haste
Aponta o céu, serena, altiva e bela.

Os teus primórdios foram nossa aurora...
Quanta ternura nesse doce outoral
Quanto bebemos da incipiente luz!

Berço feliz de nossa mocidade,
Agora és pranto, és emoção, saudade,
Oh! tão querida rua Bom Jesus.

OLHAI OS CÉUS

De madrugada, quando a lua desce
E há um leve tom violáceo além, distante,
É tão bonito o quadro, tão tocante,
Que o nosso ser em êxtase emudece.

Terno momento de saudade e prece
E o por-do-sol, mais um sereno instante,
Quando da fé a luz inebriante
Dentro em noss'alma docemente cresce.

A natureza é uma gloriosa tela
Onde o Supremo Artista se revela
Ao rico, ao pobre, aos reis, aos tabaréus.

Mas, oh! pesar! há tanto indiferente
Que não contempla a madrugada e o poente
Nem acha tempo para olhar os céus.

Branca Motta de Toledo Sachs

A VELHA PRAÇA

(Ao querido amigo Cobrinha e aos saudosistas de nossa terra)

HELLY DE CAMPOS MELGES

Vamos dar voltas na praça?
Vamos quadrar o jardim?
Era assim que se falava...
Vieram depois forasteiros
trazendo a palavra "footing"
mas o termo não pegou...

Juntos na mesma calçada
e pelo meio da rua,
os moços iam de um lado
e as moças vinham do outro,
duas, três horas quadrando,
dando voltas pela praça...

Era a praça dos encontros
e dos que tiravam linha
enquanto, casamenteiro,
a mexer os seus pauzinhos,
entre arvoredos ficava
Santo Antonio trabalhando...

Era a praça colorida
pelos grupos de estudantes:
branco-azul das normalistas
branco-amarelo do Pira,
branco-marron da Cristóvão
e os blusões do "A" encarnado...

Era a praça das crianças
dos que saíam das missas,
dos casais de toda a idade,
dos doutrores e operários,
da Banda União Operária,
a banda do Peterman...

Velha praça consagrada
aos ideias do civismo
de onde a bandeira paulista
altivamente saiu
à frente dos pelotões
dos heróis de trinta e dois...

Praça José Bonifácio,
a praça do chafariz
de mármore de carrara
a gojetar suas águas

PIRACICABA

ESSE RIO DE NOSSA VIDA

Nélio Ferraz de Arruda

Meu rio! Meu rio! Quem retalhou teu manto?
Quem te despiu e silenciou teu canto?
Quem denegriu o teu glorioso feito?
No teu andrajo, há um clamor de espanto!
Grito de dor, na lágrima de pranto
A te descer, no rosto do teu leito.
Quem te escondeu o nhanduti de espuma?
Salsaparrilha, não se vê nenhuma!
Prá onde foi o teu famoso véu?
Já não te vejo, ó cinturão de prata
À luz da lua, recortando a mata,
No teu espelho, refletindo o céu!
E as histórias das Monções se calam?
E das Bandeiras, as lições não falam
De lutas tantas que viveram em ti?
Humildemente, sem nenhum queixume,
Não reclamaste, pelo teu volume,
O teu direito sobre o Anhembi.
A bruxa infame, onde a maldade medra,
O teu cardume transmudou em pedra,
Aos olhos baços do teu ribeirinho!
Triste lembrança tu me dás, agora,
Do esplendor que já tiveste, outrora,
Tão bem gravado por um Miguelzinho!
Mas isso basta! Que ninguém se cale!
Que se levante toda a voz do Vale,
Na luta santa dos reclamos teus!
Não se verbera um herói, na sorte!
Pois, esse rio, bem fez maior no porte,
Este Brasil, tão só menor que Deus!

como quem chora saudade
do bom tempo que se foi...

Vamos, meus amigos, vamos
vamos dar voltas na praça?
Vamos quadrar o jardim?
E assim vou eu pela vida,
sempre a dar voltas na praça
que ficou dentro de mim!

O TEATRO EM NOSSA HISTÓRIA

Prof. Guilherme Vitti

É bastante um burgo entrar na senda do crescimento, para logo surgir, entre seus habitantes, a idéia de uma casa de divertimento público. Outrora era o teatro a entrar na linha da preferência, desejo que só com esforço constante passava à realidade. Hoje, a primeira escolha recai sobre uma sala de cinema, preferência que, aos poucos, está sofrendo sério desgaste.

Piracicaba de outrora também embalou a idéia de ter o seu teatro, tentativa que só surge em 1852, como revela a ata de 29 de fevereiro desse ano.:

"Foi lido um requerimento do Capitão Ricardo Leão Sabino, pedindo a proteção da Câmara para lhe conceder um terreno no Largo da Forca, para levantar um teatro. Posto em discussão, foi adiado."

Cidadão de idéias um tanto avançadas para aquela época esse senhor Sabino. Foi o primeiro professor de latim da então vilazinha da Constituição. Exquisição como era, não se deu bem com seus morigerados moradores, além de ser impontual em seu ofício, mantendo-se o mais que podia na Vila de São Carlos, hoje Campinas.

Seu pedido foi atendido prontamente, como se infere da ata de 7 de março daquele ano. O projeto, contudo, ficou só no desejo e no papel.

As atas voltaram ao assunto em 20 de julho de 1853, da forma que segue:

"Indicou mais o sr. Ferraz que, não havendo nesta Vila nenhum divertimento público que sirva de recreio aos seus habitantes e, sendo o teatro o único que aqui se pode ter, é porisso de parecer que esta Câmara representa ao Exmo. Presidente da Província a este respeito, pedindo a suspensão interina do artigo de Posturas que condena com a pena de multa aos que dão espetáculos, ficando sujeitos só os estrangeiros que o quiseram dar, até que se reúna a Assembléia Provincial, única que pode revogar esse artigo. Posto em discussão, passou."

Percebe o leitor a eterna dependência do município aos Poderes Superiores, quando se trata de realizar obras de maior fôlego, em razão de suas diminutas rendas. Não se encontra, no livro próprio, o ofício em referência.

O assunto tratado pelos vereadores já deveria ter sido agitado na vila, naqueles dias, e com solução já engatilhadas, tanto é verdade que, na ata do dia seguinte, aparece um requerimento apresentado por uma Sociedade Fundadora de um Teatro, pedindo um terreno à Câmara... "Que faz frente à Rua dos Pescadores (atual Prudente de Moraes) e atrás da cadeia desta Vila, para ali fazer-se uma casa para teatro. Posto em discussão, a Câmara deliberou que informa o suplicante ou marque o terreno que precisa para edificar essa obra."

Um dia após o secretário da Sociedade dava os informes exigidos pelos vereadores, sobre o lugar e o tamanho da área,... "cujo tamanho é de cento e cinquenta palmos de fundo, com setenta de largura." a decisão foi adiada para outra sessão, e a ata desse dia 23 reza:

"Quanto ao requerimento da Sociedade do teatro, que ontem ficou sobre a mesa, entrando em discussão, teve o seguinte despacho: deferido, debaixo das condições seguintes: Ficando a Sociedade, do seu representante, sujeita ao pagamento dos emolumentos que forem devidos, como se pagam as datas, e estas sirvam de termo de proporção, e quando, por ventura, se extinguir a Sociedade, o terreno ocupado pelo teatro ficará sempre pertencendo à Câmara, e a Sociedade só poderá dispor das benfeitorias, ficando igualmente a Sociedade sujeita ao artº 2º das Posturas de 1º de março de 1844, ficando igualmente a cargo do arruador e fiscal da câmara, demarcar o terreno pedido."

Resolvido o problema do terreno, a Sociedade entrou em brios, e um prédio modesto,

no formato de um casarão com duas águas, surgiu logo atrás do prédio da cadeia pública, prédio este sobradado, onde se abrigavam a Câmara, a escola e a cadeia. A porta principal do teatro fronteava com a Rua Prudente de Moraes.

Felizmente há um desenho do teatro, de autoria do Padre Francisco Assis Pinto de Castro, morador desta cidade em 1858, que ele remeteu a um seu amigo de São Paulo, seguido dos informes devidos: "Casa do teatro, atrás da cadeia, com frente para o norte, na Rua dos Pescadores, com 3 ordens de camarotes; não é forrado e nem assoalhado; os bancos são táboas toscas, sobrepostas em pedaços de vigas." Descrição clara, simples e precisa do teatro de que nossos antepassados dispunham para seus divertimentos artísticos. Além da porta principal, a porta da frente apresentava cinco janelas bem altas e uma pequena rosácea. Nas paredes laterais, quatro janelinhas.

O citado padre, além de sua específica função de sacerdote, era professor de latim e francês, conforme se lê nas atas de janeiro de 1856.

No ano de 1856, há uma referência indireta sobre o teatro, porém, interessante, pois a Câmara determinara que, encostadas a uma de suas paredes, fossem levantadas casinhas provisórias, destinadas aos lavradores que quisessem vender seus produtos diretamente ao povo. Essa medida cessou em dezembro do ano seguinte, visto ter-se normalizado a oferta dos frutos da lavoura, voltando, porém a ser reativada em 1862. (At. 8/10/1862)

Como se vê, nada de novo sob o sol, referente à venda de produtos ao povo, com a finalidade de seu barateamento.

Mal se tinham passado 10 anos, e a obra, com paredes de taipas, já apresentava perigo para os seus frequentadores, merecendo por isso, o seu responsável, intimação da Edilidade para demolí-la, no prazo de sessenta dias. Caso a ordem não fosse executada, fa-lo-ia a Câmara, ficando as despesas por conta do proprietário ou responsável. (At. 11/1/1865)

Na sessão do dia 11, mandou a Câmara que os detritos provenientes da demolição fossem colocados numa cova, formadora de um pantanal, existente diante da casa de um tal Francisco Lobo.

Pela data do dia 12, conhece-se o responsável pelo teatro. Era Miguel Arcango da Assunção Dutra, famoso artista polímorfo, que Piracicaba honrosamente hospedou, adotou e guardou, a quem foi dirigido o ofício da intimação. A ordem foi cumprida, ficando a Vila novamente sem casa de diversão pública.

Como o divertimento está entranhado no ser humano, é claro que os piracicabanos procuravam outros meios e lugares para satisfazê-lo. Em razão disso, representações eram levadas a efeito em casas de particulares. Deduz-se o aludido do constante da ata de 2 de dezembro de 1865, que, por ser interessante em seu aspecto social e cultural da época, vai transcrita abaixo, em sua totalidade:

"Indicação

O sr. Vereador Pinto de Almeida fez a seguinte observação.

Contra a expressa disposição do artº 109 do Código de Posturas desta Câmara, os dois irmãos Francos, músicos franceses, deram, nesta cidade, há poucos dias, duas noites de espetáculos, cobrando a entrada de cada pessoa 2\$000 rs., não estando munidos da precisa licença da Câmara. Por este fato foram justamente multados pelo Fiscal. No entanto, publicamente se diz que estes artistas foram aliviados não só da multa, como também dispensados de tirar a licença.

A ser isto verdade, eu protesto contra o procedimento do camarista ou empregado da Câmara que, ilegalmente, usou de uma atribuição que só competia à própria Câmara, o que levo ao conhecimento dos srs. Vereadores, a fim de obrarem o que entenderem de justiça.

A Câmara exigindo informações do sr. Fiscal, o qual se achava presente, a respeito do ocorrido, respondeu este o seguinte: Que entendendo cumprir com seu dever, procurou pelos artistas aludidos e, encontrando-os, sem a competente licença, os multou como infratores do artº 109 do Código de Postura, ao que responderam que não pagavam a multa, alegando que o espetáculo não foi público e que era apenas um concerto particular entre famílias para tal fim convidados, tanto assim que, na porta de entrada onde executaram o concerto, não venderam bilhetes, mas

que, apesar disso, iam consultar ao Dr. Prudente se estavam ou não obrigados a qualquer multa; então lhes respondeu o fiscal que ficava muito satisfeito com o que resolvesse o Dr. Prudente.

Dirigiram-se, então, os dois artistas a consultar com aquele doutor acerca do ocorrido e, voltando, disseram que o sr. Dr. Prudente lhes tinha dito - que em nada estavam comprometidos e que a multa, neste caso, não era admissível. O fiscal, para mais bem se tirar da dúvida, foi também à casa daquele doutor, o qual lhe respondeu, dizendo que - aqueles artistas eram seus recomendados e que, por isso, se tornava suspeito, podendo o sr. Fiscal consultar a algum outro advogado, mas que, apesar disso, entendia que os artistas não deviam ser multados.

O Fiscal que já tinha dito que ficava satisfeito com a decisão do dr. Prudente, retirou, então, qualquer pretensão que antes tinha.

O sr. Vereador Pinto de Almeida, obtendo a palavra, disse que considerava o espetáculo, público, porisso que, como já disse, os artistas cobravam 2\$00 por pessoa, e que o fato de ter sido o espetáculo em casa particular, entendia ser por falta de outro público, como a de teatro, e que porisso, era de parecer que o Fiscal fizesse efetiva a multa, a fim de os nossos munícipes não terem o direito de dizerem que a Câmara é para com eles, severa, ao passo que, para os estrangeiros é por demais indulgente.

A Câmara mandou que subsistisse a multa imposta pelo Fiscal aos dois artistas irmãos." (At. 2/12/1866)

Somente em 1890 reaparecem notícias sobre o teatro, na ata do dia 10 de março, e desta forma:

"Foi lida uma representação assinada por grande número de cidadãos desta cidade, chamando a atenção da Intendência Municipal para o Teatro Santo Estevão, cujo estado vergonhoso e ruinoso está pedindo a execução do artº 22 do Código de Posturas.

Na brilhante exposição que fazem os distintos cidadãos que formaram essa representação, do estado daquele edifício em completo abandono, lembram, ao menos, a execução do artº 29 do

mesmo Código de Posturas, que aos signatários parece ter bem aplicação ao caso.

À Comissão de Obras Públicas para dar parecer.

A representação não consta da ata, mas felizmente é um dos poucos papéis dos expedientes da Câmara desse ano, guardando na caixa nº 2 do arquivo camarário. Ei-la:

"Cidadãos Dr. Presidente e mais Membros do Conselho de Intendência Municipal

Os abaixo assinados, residentes e estabelecidos nesta cidade, usado do direito que assiste a todos de concorrerem com o seu contingente para o bem-estar de seus concidadãos, e para o adiantamento da terra onde residem, vêm representar-vos sobre o seguinte, fundados no artº 22 do Código de Posturas em vigor:

Há muitos anos que o edifício, conhecido nesta cidade pela denominação de - TEATRO SANTO ESTEVÃO - acha-se em estado de ruína, com as paredes fendidas e abaladas, ameaçando perigo, sem que os poderes competentes, anteriores, providência alguma dessem, no sentido de evitar o desastre iminente a que, por esse edifício em ruína, se acham expostos os transeúntes, em lugar central como aquele, de grande concorrência pública.

Improficuamente a imprensa local se tem cansado em demonstrar a necessidade, cada dia mais urgente, de arrasar esse casarão que nos ameaça com seu desabamento e que tão mal nos recomenda aos nossos visitantes, para, no terreno, levantar-se um teatro digno deste nome, ou proceder-se à sua conclusão, o que, entretanto, já se tornou impossível, por sua emprestabilidade.

Os abaixo assinados, fundados na opinião de profissionais insuspeitos, podem assegurar-vos que o edifício, em questão, ameaça ruína, dando-se, portanto, o caso previsto pelo citado artigo 22 do Código de Posturas. Quanto, porém, assim não fosse, aí temos, na legislação municipal, o artº 29 que, se fosse observado, outro seria o aspecto do denominado - teatro.

Sem embargo do serviço que, ao tempo de sua construção, embora sob uma arquitetura sui generis, manifestaram-se respectivos

proprietários, desejar prestar ao desenvolvimento do gosto pelo palco em nossa terra e às demais artes constitutivas do belo, que num edifício desse gênero podem ter execução, os abaixo assinados, parte da sociedade piracicabana, acreditam que vós, representantes legítimos dessa sociedade que se levanta cheia de vida, compreendendo o desejo de caminhar sempre, a que tendem os povos e notadamente a moderna geração de nossa pátria, ordenareis ao funcionário competente que torne, sem demora, afetiva a disposição do artº 22 da lei municipal, em relação ao edifício de que se trata, seguindo-se os ulteriores termos do processo respectivo, até o final.

Sabeis, cidadãos Intendentes, que o teatro é um dos padrões por que se mede a civilização da localidade que o possui. Esse, porém, que Piracicaba infelizmente ainda vê de pé, ofuscando a sua invejável beleza, não é, não pode, por forma alguma, ser padrão do adiantamento e civilização desta cidade que tão dignamente representais, como legisladores que sois, a prol de seu progredir.

Fala-se que o mencionado prédio pertence a uma associação anônima, entretanto, por mais que o primeiro dos abaixo assinados se esforçasse, não lhe foi possível descobrir a lei que devia existir como base dessa associação.

Há, porém, pessoas que têm funcionado como proprietários ou usufrutuários desse edifício ruinoso, destacando-se o cidadão Clarindo José da Silva, que auferes os proventos do mesmo, cobrando o excessivo preço de 50\$000 rs., por noite, às companhias ou grupos particulares que se sujeitam a ali exhibir-se como artistas ou como simples amadores, mesmo sendo estas sempre em benefício de instituições pias e de caridade.

Os signatários abaixo, dirigindo-vos a presente, esperam de vosso amor a esta terra tão querida e tão merecedora, que fareis cumprir o artº 22 do vosso Código, em relação ao edifício apontado, com o que prestareis relevante serviço às artes e ao público, por promoverdes a resolução de problema que, até hoje, tem sido um obstáculo à prova completa de nossa civilização, isto é, a

construção de um bom teatro, em Piracicaba, podendo ser no mesmo terreno, uma vez verificado pertencer este ao município.

Suprimido o atual, que é uma aberração do gênero e que provoca as mais ridículas apreciações, não faltarão iniciativa e capitais para o levantamento, em prazo relativamente curto, de outro teatro digno ao nome de nossa terra e dos artistas que ilustram o palco brasileiro.

Os abaixo assinados pedem-vos que façais a costumada justiça.

Piracicaba, 23 de fevereiro de 1890."

Seguem-se 66 assinaturas.

A ata do dia 18 de março desse ano traz o parecer da comissão encarregada de pronunciar-se sobre a representação. Está assim lavrado:

"A comissão encarregada de estudar a matéria da representação em referência ao Teatro Santo Estevão deu seu parecer do modo seguinte: A comissão, desarmada de conhecimentos técnicos que a habilitassem a expender, só por si, juízo seguro sobre os fundamentos da representação solicitou, para o desempenho da tarefa que lhe foi confiada, as luzes de profissionais. O parecer destas pode ser resúmiado nos seguintes termos: Tão precárias são as condições de solidez do Teatro Santo Estevão que, a não se tratar de sua demolição completa, em prazo breve, urge que sejam adotadas providências no sentido de se substituir parte de suas paredes.

Subscrevendo, sem reservas, este modo de pensar, entende a comissão da necessidade que, em primeiro lugar se averigue quais cidadãos que têm interesses ligados àquele edifício, e qual a natureza desses vínculos, para, munida desses elementos, a Intendência resolver sobre seu procedimento ulterior.

Piracicaba, 18 de março de 1890.

Joaquim Fernandes de Sampaio

Joaquim Moreira Machado de Oliveira

Publiquem-se os editais lembrando os artigos 22 e 23 do Código de Posturas."

Como era de se esperar, o dono do teatro apareceu e, nada mais nada menos que o Barão de Rezende que o mandara construir, tanto que o prédio levava o seu nome. Cientificou ao Presi-

dente da Câmara que ia encetar imediatamente os reparos de que carecia. (At. 31/3/1890).

Apesar do exposto acima, a ata do dia 17 de junho traz, o seguinte:

"Terminado o expediente, o cidadão Dr. Paulo Pinto, Presidente, tomando a palavra, dirigiu-se aos cidadãos Intendentes, mais ou menos nos seguintes termos:

Ainda há poucos dias, deram-se os fatos, com os quais se relaciona uma resolução adotada pela Intendência, motivo pelo qual cumpro o dever de vir expô-lo a esta corporação.

Tendo chegado ao meu conhecimento que a Companhia Silbon tencionava exhibir-se ao público, no teatro Santo Estevão, tomei as providências atinentes a impedir que os espetáculos, visto como uma comissão de membros da Intendência, encarregada de dar parecer sobre as condições de solidez do teatro, e tinha declarado em estado de ruínas, parecer em respeito ao qual já, anteriormente, me tinha oposto a que um concerto musical se efetuasse no teatro.

Preveni ao funcionário a quem eu incumbira de tornar efetiva aquela proibição, de que pedisse à autoridade policial o apoio que, porventura, se tornasse necessário, para que não fosse desrespeitada a intimação. A polícia asseverou que seria mantida a resolução tomada pelo Presidente da Intendência.

Efetivamente, no dia designado para a primeira exibição da companhia, tendo os representantes dela solicitado do cidadão dr. Delegado autorização para o espetáculo, foi-lhe esta negada, e o teatro não foi aberto ao público.

Horas depois desta recusa, a autoridade policial conferenciou sobre o fato com o Presidente da Intendência, a quem comunicou que a companhia estava disposta a requerer fosse feito novo exame no teatro, consultando ao mesmo tempo se considerar-me-ia desautorado, sendo dada permissão para o espetáculo, caso o resultado desse exame fosse favorável à pretensão dos artistas.

Respondi, imediatamente, que de modo algum sentir-me-ia desprestigiado o Presidente da

Intendência se, nas condições expostas, fosse concedida licença para o espetáculo.

A comissão de peritos que, após este acordo, foi nomeada pela Polícia, declarou que o teatro não apresentava perigo iminente, à vista do que, os espetáculos tiveram lugar.

Entendi do meu dever comunicar-vos estas ocorrências porque, se as ignorásseis, poderíeis supor que suscitou-se um conflito entre a autoridade policial e o Presidente da Intendência, tendo como resultado o sacrifício deste e, portanto, o desprestígio desta corporação.

O cidadão Intendente, João Augusto de Brito, disse que, depois da exposição sucinta e clara que acabava de fazer o Presidente, tomava a palavra para estranhar que a autoridade policial tivesse tido, nessas ocorrências, outro proceder que não o de sustentar a resolução correta que havia tomado o Presidente da Intendência.

O sr. Paulo Pinto insistiu em que, se a companhia obteve licença para trabalhar, obteve-a depois de um acordo pela maneira exposta, entre o representante da polícia e o da administração municipal.

O cidadão Brito redarguiu que era em virtude desse mesmo acordo que ele limitava a estranhar o procedimento da polícia.

O dr. Paulo Pinto respondendo disse que, uma vez que o procedimento da polícia teve por base esse acordo com o Presidente desta casa, a este e não àquela, cabe a censura, se neste incidente cabe censura a alguém, acrescentando que, se desprezando a resolução do Presidente da Intendência, o cidadão dr. Delegado houvesse facultado os espetáculos, seria o Presidente da Intendência o primeiro a convocar uma reunião de seus colegas, para propor-lhes a exoneração coletiva dos membros desta corporação."

Retorna o assunto na ata do dia 13 de setembro desse ano:

Usando ainda da palavra, o cidadão dr. Presidente dirigiu-se aos cidadãos intendentes, nestes termos: Em sessão da Intendência, efetuada há aproximadamente três meses, tratou-se do fato de ter sido aberto ao público o teatro Santo Estevão, depois de haver esta corporação adotada um

parecer, declarando-o em ruínas. Por essa ocasião julquei-me obrigado a vir expor aquela ocorrência e explicá-la, por achar-me convencido que o prestígio desta casa era parte interessada na questão, e declarei-vos que, se a autoridade policial, desprezando a nossa resolução, houvesse permitido espetáculos no teatro por nós interdito, viria eu propor-vos o abandono coletivo destas cadeiras.

Ultimamente, durante a estada, aqui, do pres-tidigitador Kif, julgando verificada a nossa exautoração, e, procurando estudar melhor, para vê-los expor os fundamentos da atitude que parecia-me devermos assumir, foi que capacitei-me da sem razão da doutrina em que, até então, me inspirara.

Na hipótese, a ação da polícia, sei-o agora, e o da autoridade municipal, giram em esferas completamente diferentes. "Aquela, e a ela só, compete, sob sua responsabilidade exclusiva, dar, ou negar licença para os espetáculos públicos, e se, usando dessa atribuição, abre ao público as portas de um edifício que a administração municipal entende ruínosa, é que discorda da opinião desta, e nada... mais. Mas essa discordância, por mais pronunciada que possa ser, de modo algum poderá neutralizar os efeitos que esta corporação teve em vista, com o parecer que adotou e mantém.

Folgo ter-se-me proporcionado ocasião para, assim, ratificar o que vai de errôneo nos conceitos por mim externados, por ocasião em que aqui nos acupamos com o incidente suscitado pelos espetáculos da Companhia Silbon."

Posta em discussão, foi aprovada a ratificação feita pelo Dr. Presidente.

Um officio da Câmara ao Poder Legislativo do Estado, com data de março de 1893, dando informes sobre os bens da Santa Casa, há este tópico: - "O teatro, único da cidade, por acabar, doação do Barão de Rezende, ainda não legalizada."

O Dr. Morais Barros indicou, na sessão do dia 2 de abril de 1893, que os espetáculos, dados do Teatro Santo Estevão, ficassem isentos de impostos, a fim de que a Santa Casa de Misericórdia, a quem pertence, confira do mesmo todo o rendimento que puder dar. Aprovada.

A ata do dia 1^o de setembro do ano anterior traz esta notícia sobre o teatro. Vereadores requereram que a municipalidade concorresse com 1:000\$000 para a reconstrução do mesmo, numa subscrição popular, lançada para isso. Aprovada para o próximo orçamento.

Em junho de 1893, há uma indicação propondo o acréscimo de mais 4 contos à verba de um conto que já constava do orçamento, porém, com uma alteração profunda na destinação, pois a verba passava para a Santa Casa, que era a proprietária do teatro. A proposição foi aprovada no dia 6 de julho.

É também deste ano a autorização para a abertura de portas laterias. Em 1904, foi cogitada a construção de calçadas em volta do teatro, assim como a arborização de seu largo. Um bebedouro foi instalado atrás do prédio em 1908, e em 1911 aparece pedido para retirada do mitório existente ao lado do teatro, composto de quatro bacias.

Eis o que consta da ata de 5 de maio de 1913:

"Constando que o edificio, ora em construção, no Largo do Jardim, é destinado a ser um teatro, e, não estando nessas condições, de acordo com as Posturas Municipais e Código Sanitário do Estado, indico que a Câmara tome disso conhecimento, certificando-se do caso, para fazer cumprir a lei.

Que prédio seria esse? é a nossa indagação.

Lê-se, na ata do dia 15 de janeiro de 1914, que o mitório ainda não fora removido, conforme resolução havida em 1911.

Informe interessante traz a ata de 7 de fevereiro de 1916, onde se lê que havia campanhas nos teatros, não podendo tocar mais de 3 vezes no espaço de cinco minutos.

A Santa Casa de Misericórdia, proprietária do teatro, solicitou à Câmara área de terreno para ampliação dele (At. 18/7/1921)

Sobre este pedido a comissão deu este parecer constante da ata de 1^o de agosto de 1921:

"A Santa Casa de Misericórdia desta cidade é proprietária do Teatro Santo Estevão, situado no Largo do Teatro. Essa casa de espetáculo, porém, não tem correspondido aos fins artísticos a que foi destinada, exclusivamente, por serem exíguas as

suas acomodações, quer parte referente ao público, quer no que se refere à caixa do teatro. Por esse motivo a proprietária do teatro Santo Estevão acredita que vem daí a insignificante renda que o mesmo lhe dá. Uma reforma do teatro, pensa a Santa Casa de Misericórdia, e pensa muito bem, que vise o aumento das suas acomodações, trará conseqüentemente, não só vantagens para seus cofres, tão sobrecarregados de despesas, como também proporcionará à cidade de Piracicaba a posse de um teatro que esteja na altura do seu progresso e civilização. Para o aumento projetado faz-se necessário uma faixa de terreno nos fundos do teatro com a largura total do edifício e cerca de dez metros no sentido do comprimento, em prolongamento do prédio.

Esse terreno, que é de propriedade do Município, a Santa Casa vem de pedir à Câmara Municipal, nos termos do requerimento de 16 de julho do corrente, que lhe foi dirigido, e sobre o qual a comissão de Finanças vem dar seu parecer.

A Câmara deve atender o pedido da Santa Casa de Misericórdia. Assim entende a Comissão. Caso a Câmara não queira dar ao mesmo ouvido sobre o assunto, deu a sua informação favorável, declarando que o aumento do teatro Santo Estevão, projetado pela Santa Casa de Misericórdia não prejudica o logradouro público, onde está situada essa casa de espetáculos.

A Comissão de Finanças, por isso, apresenta o seguinte projeto nº 22: -

Artº 1º - A Câmara Municipal de Piracicaba cede, a título gratuito, à Santa Casa de Misericórdia desta cidade, proprietária do teatro Santo Estevão, situado no Largo do Teatro, uma faixa de terreno nos fundos do mesmo, correspondente às dimensões da frente do edifício, por dez metros de fundo, necessária à reforma dessa casa de espetáculos.

Artº 2º - A Santa Casa de Misericórdia entrará na posse do terreno, somente depois de aprovado o projeto de reforma do teatro, e quando se iniciarem as respectivas obras.

Artº 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 24 de julho de 1921."

Aprovado em primeira discussão a votação nesse dia, e, em segundo, no dia 3 de agosto.

A Mesa Administrativa da Santa Casa agradeceu a doação, conforme consta da ata de 19 de setembro.

O entusiasmo da entidade, todavia, ficou no papel, pois, no ano seguinte, a ata de 20 de fevereiro, traz a notícia de que a Santa Casa estava publicando editais na imprensa local, para a venda do teatro. Não convido à Prefeitura que o prédio caísse nas mãos de particulares, entrou a mesma em contato com a Mesa Administrativa da entidade, para a sua aquisição.

Revela a ata de 5 de junho de 1922, ter o Prefeito conversado com a direção do nosocômio sobre o assunto. Por ofício de 19 de abril, fez a Santa Casa a proposta abaixo:

1º - Vender o imóvel, com todos seus acessórios e mobiliários, pelo preço e quantia de 80:000\$00;

2º - O produto dessa venda será depositado na própria Câmara, sob o nome de - Depósito Barão de Rezende - como justa memória ao benemérito doador do aludido imóvel à Santa Casa;

3º - A referida quantia, vencerá juro anual de 6%, pago trimestralmente.

Relato assim o objeto em pauta, a Comissão de Finanças é da parecer que a Câmara adquira o teatro São Estevão, nos termos da proposta feita. Essa aquisição, sobre ser feita em condições financeiras muito vantajosas para o Município, é, além disso, um gesto feliz em prol da conservação da arte em Piracicaba, concorrendo ao mesmo tempo, para conservação do patrimônio da Santa Casa, em moeda corrente, de giro e rendimentos mais prontos e eficientes.

O Teatro Santo Estevão, nas suas condições atuais, não pode servir às exigências do teatro moderno, notadamente na parte referente à sua caixa, sem falar nas acomodações do público, que são relativamente exíguas.

Ao adquiri-lo, a Câmara Municipal deverá promover as suas urgentes reformas, a fim de que a cidade seja dotada de uma boa casa de espetáculos. Adquirido, certo, fica de nenhum

efeito a cessão que o Município fez a Santa Casa, de terreno no Largo do Teatro, necessário a seu preojetado aumento. Ao Prefeito incumbirá resolver sobre a melhor forma da ocupação dessa casa de espetáculos, por particulares ou empresas, mediante as cautelas recomendáveis a essa espécie de contrato, fazendo-o por concorrência pública.

De acordo com o presente parecer, a Comissão de Finanças apresenta o seguinte projeto de lei nº 18:

Artº 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a adquirir da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia desta cidade, pelo preço de 80:000\$000, o teatro Santo Estevão, com todos os seus acessórios e mobiliários, incorporando-o ao patrimônio municipal.

Artº 2º - O preço da aquisição ficará em depósito permanente nos cofres municipais, escriturado sob o título - Depósito Barão de Rezende - vencendo juros anuais de 6%, pagáveis trimestralmente.

Artº 3º - Para a execução desta lei, no presente exercício, a Prefeitura Municipal fará as necessárias operações de crédito, devendo, nos orçamentos vindouros, consignar verba especial para o pagamento dos juros estipulados no artigo anterior.

Artº 4º - O Prefeito fica igualmente autorizado a reformar o teatro Santo Estevão, mediante planta e orçamento de aprovação da Câmara Municipal.

Artº 5º - A ocupação do teatro, por particulares ou empresas teatrais, por aluguel diário ou mensal, fica a critério da Prefeitura, enquanto que o seu arrendamento anual será feito por concorrência pública. Em qualquer hipótese, o teatro será administrado de forma a render não só os juros a que o Município fica obrigado como, sendo possível, os do capital empregado na sua reforma.

Artº 6º - Fica de nenhum efeito a cessão do terreno no Largo do Teatro, feita pela Câmara de Santa Casa de Misericórdia, o que se refere a Lei nº 272, de 16 de agosto de 1921.

Artº 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de maio de 1922,"

Aprovado em primeira discussão nesse dia e em segunda, no dia 19 de junho, indo imediatamente à sanção e publicação, sob o nº 299, com data desse mesmo dia.

A planta para a reforma do teatro e proposta de arrendamento foram apresentadas pelo Executivo somente em fevereiro de 1923. Sobre essa matéria manifestou-se a Comissão de Finanças no mês de março, concluindo, preliminarmente, que o assunto fosse estudado por um técnico.

Informa a ata de 16 de abril que uma Sociedade intentava construir um teatro moderno, porém pedia à Câmara que designasse alguns vereadores para a mesma entrar em contato com eles. Resolveu a Câmara que ela se entende-se, antes de mais nada, com o Prefeito.

Pela ata desse mesmo dia, sabe-se que o bebedouro de animais que até pouco tempo estava no Largo da estação da Paulista, estivera, em outros tempos, no Largo do Teatro.

A tal sociedade acima citada voltou à carga com os vereadores. O pedido, encaminhado às comissões competentes, foi assim apreciado, como relata a ata de 6 de agosto.

"As comissões de Finanças, Polícia e Higiene, tomando conhecimento do que foi requerido pelos dr. João O. do Canto, Júlio César de Mattos, srs. Eduardo C. Sampaio, José B. Ferraz, e Dr. Otávio Mendes, referentes à construção e exploração de um teatro moderno, nesta cidade, observaram que o fim principal do pedido é referente ao Teatro Santo Estevão, que é hoje, um próprio municipal.

As comissões, antes de tudo, louvam o propósito dos particionários. Mas para poderem dar o seu parecer definitivo, têm de aguardar a solução do arrendamento do referido teatro, cujas propostas recebidas em concorrência pública, estão dependendo de estudos da Prefeitura, como tal foi resolvido pela Câmara.

Até que isso se resolva e tome forma jurídica a sociedade anônima de que falam os

particionários em requerimento anterior, as comissões, oportunamente, darão seu parecer."

Passou-se o tempo e somente na ata de 28 de dezembro de 1925 aparece notícia sobre o teatro. O Prefeito assim se manifestou:

"Não tendo sido possível arrendar-se o nosso teatro a quem se propusesse reformá-lo, de acordo com os editais publicados e projeto apresentado pela Câmara, estando ele até hoje, fechado, tendo sido poucas vezes ocupado e ainda assim, quase sempre gratuitamente, a Prefeitura acha que a proposta de arrendamento apresentada pelos srs. A. Campo & Cia., por ser vantajosa e equivalente aos juros que a Câmara paga normalmente à Santa Casa, deve ser aceita, pelo prazo estipulado, até que a Câmara possa fazer, em ocasião oportuna, as reformas projetadas, pedindo, por isso, à Câmara a aprovação do seu ato, por ter assinado o referido contrato de arrendamento. Piracicaba, 21 de dezembro de 1925. Fernando Febeliano da Costa, Prefeito Municipal."

Em razão, todavia, de profunda alteração na direção administrativa do Município, por ter sido derrotado o partido situacionista, esse projeto parece ter morrido em seu nascedouro.

Em 1930, setembro, a Câmara autorizou a construção de um posto de gasolina na pequena área atrás do teatro, sendo proprietário o sr. Esmeraldo Müller.

Relata-se ata de julho de 1932, que os vereadores autorizaram concorrência para aluguel dos altos do teatro. Apareceram duas propostas: uma do Sindicato de Operários do Engenho Central, oferecendo a quantia de 120\$000 mensais, com o fito de instalar no local, a sede da entidade; a outra do Sindicato de Fiação e Tecelagem, com a oferta de 130\$000 por mês. Foi esta última a preferida.

No expediente da sessão de 24 de outubro de 1935, uma proposta para a pintura do salão do teatro foi feita pelo Centro do Professorado. A Câmara negou.

Suprimido o funcionamento das Câmaras pelo poder ditatorial, desapareceu o assunto - teatro - do arquivo camarário, retornando somente em 1948, com a reabertura política. Em

dezembro desse ano, criou a Câmara uma taxa de aluguel do teatro, conforme a ata de 20 do mês.

Projeto de importância surge em junho de 1951, propondo a doação, por concorrência pública, do prédio e terreno do teatro, em troca da construção nesse lugar, do edifício com mais de cinco andares. Depois de muitos debates foi a matéria aprovada. Tornou-se, todavia, inócua pela ausência de interessados.

Em 1952, setembro, um vereador inventou a idéia da demolição do prédio, construindo-se outro teatro na parte ampliada da praça. Aprovada a sugestão que também ficou só no papel.

Em maio do ano seguinte, renasce, desponta a idéia de um teatro municipal, conjugado, porém, com prédios para o paço da Prefeitura. No mês seguinte, requerimento de vereador solicita formalmente a demolição do teatro, assunto discutido em todas as reuniões do referido mês. A idéia vingou, sendo o prédio demolido, conforme se lê na ata de 10 de agosto de 1953, após o mesmo ter sido vistoriado por comissão adrede nomeada.

A necessidade de se construir prédio para espetáculos público, tornou-se obsessão. Deu-se início, então, a batalha para a sua localização, ficando a solução indefinida por muito tempo.

Novidade traz a ata de 7 de setembro de 1953. Um vereador apresentou a vantagem de se comprar o Teatro São José, propriedade particular. A lembrança não vingou em razão de forte oposição, ressurgindo, contudo, em 1957 e em 1959.

Como o Município não se decidisse, a Câmara tentou ajuda, recorrendo à Assembléia Estadual. Projeto do Executivo desse ano, desapropriando o Teatro São José, foi rejeitado pelos vereadores em dezembro desse ano.

A ata de 17 de fevereiro de 1964, informa que o Município firmara um acordo com a Comissão Estadual de Teatro para a construção de um teatro nesta cidade.

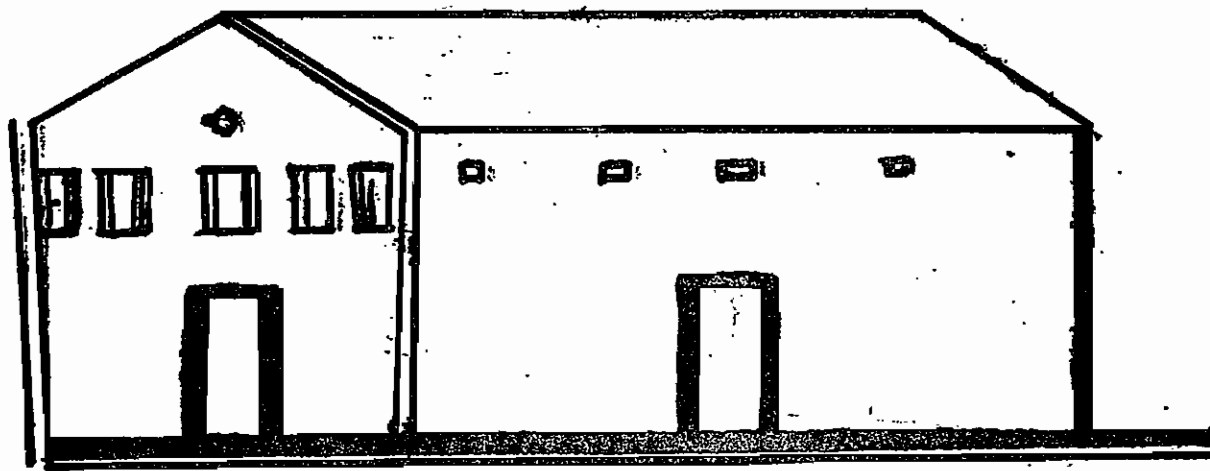
Em setembro de 1965 tratou-se da aquisição do terreno apropriado, pertencente ao Lar das Meninas, situado na confluência da Avenida Armando de Salles Oliveira com a Avenida Independência. projeto respectivo foi aprovado em

outubro desse ano. O crédito para pagamento do terreno só foi aprovado em 1967.

A construção do prédio é obra de várias administrações seguidas, caminhando lentamente em razão das exíguas verbas municipais. Créditos para a sua cobertura foram aprovados em 1970.

Um convênio para a conclusão das obras, foi aprovado em 1975, com a Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo.

Finalmente a ata de 4 de dezembro de 1978, assinala que a Câmara autorizou o Município a receber do Estado, em doação, um piano para o teatro municipal.



Casa do teatro, atrás da cadeia, com a frente para o Norte, na rua dos Pescadores, com 3 ordens de camarotes, não é forrado e nem assoalhado, os bancos são táboas toscas, sobrepostas em pedaços de vigas. (Ilustração e texto da autoria do Padre Mestre Francisco Assis Pinto de Castro em 1858).

MADRE CECÍLIA DO CORAÇÃO DE MARIA

Jair Toledo Veiga

Nasceu, viveu e morreu em Piracicaba. Por isso fácil será acompanhar a sua trajetória ou percurso de vida no torrão Natal.

Outro deveria ser o escolhido para escrever a biografia da piracicabana ilustre ANTONIA MARTINS DE MACEDO, nome secular da religiosa MADRE CECÍLIA DO CORAÇÃO DE MARIA, cuja vida é sempre reverenciada na cidade de Piracicaba. Aceito este trabalho como um ensaio biográfico, abrangerá também ampla referência ao estabelecimento da beneficência por ela fundado, constituindo também o presente relato como uma memória para perpetuar a pureza de sentimentos e escrúpulos religiosos de Madre Cecília do Coração de Maria.

Os subsídios aqui contidos, sobre a linhagem e sobre a personalidade da ilustre dama e invulgar serva de Deus, ensejarão aos futuros biógrafos, compor a análise da sua obra, tanto na esfera social, como na esfera religiosa, aí buscando a fonte inspiradora no relato contido nas linhas adiante.

Para o fim colimado, recorreu-se ao precioso arquivo da Cúria Diocesana de Piracicaba, de igual entidade de Campinas, Arquivo Público de São Paulo, Cartórios Judiciais, Registro Civil de Pessoas Físicas, Registro de Imóveis, e seu anexo de Registro de Pessoa Jurídica, Cartórios de Notas, todos de Piracicaba, bem como o valioso arquivo da Câmara local e do Cemitério da Saudade.

O livro de assentos do batismo existente na Cúria Diocesana local dos anos de 1851 a 1854, fls. 2, traz a notícia seguinte: "ANTONIA. Aos sete de Novembro de mil oitocentos e cinquenta e dois, baptizei e puz os santos oleos a ANTONIA, filha legítima de Pedro Liberato de Macedo e de Rosa de Aguiar e Almeida, e padrinhos Joaquim Antonio de Arrua e sua mulher Dona Anna Thereza d'Araújo. O Coadjutor João José de Almeida"

Ao lado desse assento existe uma anotação, escrita com tinta e letras diferentes do original,

denotando ter sido elaborada em data não muito remota a retificação do seguinte teor: "Segundo informação da Congregação das Irmãs Franciscanas o nome da mãe é Rosa Martins Bonilha"

Em todos os atos e contratos, levados a efeito pela família, o nome da genitora de Madre Cecília está grafado de várias maneiras, ou seja: Rosa Martins, Rosa Martins Bonilha, Roza Martins de Macedo, Rosa Martins de Almeida ou ainda Rosa Maria de Macedo este acima redigido no registro de óbito feito em 5 de Maio de 1894 (Livro 7 fls. 105 do Cartório do Registro Civil do Primeiro Subdistrito).

Somente no assento do batismo de Antonia, o nome de Dona Rosa está grafado de forma diferente dos demais assentos, isto é, consta ROSA DE AGUIAR ALMEIDA.

Certamente as Irmãs da Congregação Franciscana não promoveram as buscas necessárias ao convencimento de um possível erro do Padre Coadjutor batizante.

Recorrendo à valiosa Obra Genealogia Paulistana, de autoria de Luiz Gonzaga da Silva Leme, no título Alvarengas (Vol. 5º pág. 249) consta a identificação seguinte: "6-12: Rosa Martins, filha do Capitão Salvador Martins nº 5-5 e 4ª mulher, ainda vivia em Piracicaba em 1.895 casada com Pedro Liberato de Macedo. Essa 5ª mulher chamava-se Delfina Bueno, filha de Amaro Bueno da Silva, descendente de Amador Bueno da Ribeira, o aclamado Rei de São Paulo por poderoso partido, constituído de influentes e ricos castelhanos.

Na mesma obra genealógica figura ainda o nome do pai de Dona Rosa, o já citado Ajudante Salvador Martins Bonilha, consignado ser filho de Antonio de Aguiar e Silva e da segunda mulher Branca Luiza Flores. Verifica-se, de consequência, o propósito dos avós de Madre Cecília, preferindo em atribuir à Dona Rosa o sobrenome AGUIAR DE ALMEIDA, este último apelido usado por remoto avoengo "Al-

meida", ou seja Paulo Anhaya de Almeida (V. 5º pág. 219 3:1) no título "Alvarengas" e o "Aguiar" originário do avô paterno de dona Rosa: Antonio de Aguiar da Silva, este, irmão de Anna de Lara da Silva, casada com o Capitão Antonio Correa Barbosa, o Povoador de Piracicaba (cf. genealogia Paulistana 5º/249) resultando, pois, a adoção citada ou seja "Rosa de Aguiar Almeida". É a única explicação sobre o assunto, pois nenhum outro parente teria condições de prestar novo esclarecimento.

Por conseguinte entronca-se a progênie de Salvador Martins Bonilha, falecido em 1820, na linhagem de Bartholomeu Moraes Dantas, descendente dos antigos Reis Visigodos, mais detalhadamente indicados no étimo da estirpe, integrante do presente trabalho.

Retomando o fio inicial, acrescenta-se que Pedro Liberato de Macedo, nasceu do segundo matrimônio de dona Francisca Ignez de Paula Matos, falecida em Piracicaba em 1.859, casada 85 anos, natural de Vila Rica, Estado de Minas Gerais, com Luciano Ribeiro Passos, natural da freguesia de Santo Amaro, filho de Jeronimo Dias Ribeiro e Ursula Maria de Jesus, neto paterno de Estevão Ribeiro Machado e de Maria Ribeiro. A cerimônia religiosa foi realizada em 24-5-1805, na cidade de Campinas, então chamada São Carlos, pelo Cônego Provedor interino Joaquim José Mariano, sendo padrinhos dos nubentes o Padre Coadjutor Luiz Antônio Lobo de Saldanha e o Padre Diogo Antônio Feijó, então subdiácono (dignidade esta referente a Clérigo que recebe a primeira ordem sacra, a imediatamente inferior à de diácono). Luciano Ribeiro Passos faleceu em 29 de Janeiro de 1.834 e Dona Francisca Ignez de Paula Mattos faleceu no mês de Maio de 1859, ambos em Piracicaba. Desse consórcio nasceram quatro filhos: Luciano, Maria, Luciana e Pedro (Liberato de Macedo) existindo testamento de Luciano arquivado no 2º Offício Cível local (Maço 162). Consta mais desse testamento que Luciano e Maria são falecidos e Maria deixou uma filha de nome Joana, também falecida, enquanto que Pedro é solteiro, e Luciana casou-se com Custódio Leite Ribeiro, que foi marido de Maria e portanto

três são os herdeiros: Pedro, Luciana e seu marido Custódio, que representa a neta do testador, referida Joana. Pedro Liberato nasceu em Campinas em 28 de Maio de 1808, e foi batizado pelo Coadjutor Padre Manoel José Pinto e Padrinham-no o Capitão Antonio de Cerqueira Cesar e sua mulher Ana Jacinta do Amaral. - Pedro Liberato, testamentário de seu pai e a sua mãe, venderam a Francisco José Machado (escritura no 2º Tab. Lº 3 fls. 203) em 14 de Dezº de 1834 por 400\$000 a chácara de sua propriedade nos subúrbios de Piracicaba, na beira do Ribeirão Itapeva, toda fachada de espinho maricá, com 3 casas de telhas, cafeeiros, grande bananal, mandiocal, na qual sempre lavraram desde antes da ereção da Vila Nova da Constituição, ocorrida esta em 21-8-1822, e onde sempre residiram.

É oportuna a ocasião de esclarecer que dona Francisca Ignez de Paula Mattos, era natural de Vila Rica, Estado de Minas Gerais, filha de Alexandre Viveiros e de Antonia Gomes de Matos, foi casada em primeira núpcias em 1792 com o Tenente José Pedro da Cunha Caldeira, natural de Baependy. O Tte. José Pedro da Cunha Caldeira, em 29 de Outubro de 1797 teve seu nome incluído na lista dos homens bons, tomando parte nos atos posteriores da instalação da Vila de S. Carlos, nome Antigo de Campinas. Foi morador no bairro de Capivari, tinha nessa época 38 anos e sua mulher Francisca Ignez 26 anos. Possuía doze escravos e a família era constituída de mais dois filhos Caetano com 3 anos e João com 1 ano. (cf. História de Campinas, vol. 4º página 75 - de Jolumá Brito). O inventário do Tenente José Pedro está arquivado no Cartório de Órfãos de Campinas, esclarecendo que aqueles dois filhos e mais três casaram-se em Piracicaba, no ano de 1817.

Fechado esse parêntese referente aos pais de Pedro Liberato de Macedo, fixa-se o relato sobre este cidadão Pedro Liberato de Macedo, pai de dona Antonia Martins de Macedo, para informar que ele residia com os pais numa chácara lavradia, já noticiada, acima, inclusive a venda feita a Francisco José Machado.

Pedro Liberato de Macedo, já homem feito, assumira o cargo de Serventuário do 1º Tabelionato de Piracicaba, no qual permaneceu por quase 5 anos, até 14 de Maio de 1835, casando-se dois anos depois com dona Rosa Martins de Almeida, visto que o casal, a 7 de Julho de 1837, outorgaria em sua própria residência uma procuração com poderes gerais, ao Capitão Salvador Martins Bonilha e outros. Nota-se nessa procuração, tomada no mesmo cartório, já sob a chefia de outro serventuário, as caligrafias de Pedro Liberato e de dona Rosa Martins de Almeida, fazendo conhecer, as letras firmes e bem cuidadas de ambos, denotando cada um conhecer os preceitos da arte caligráfica, pela maneira bonita e correta de traçar os caracteres da escrita.

O ex-tabelião Pedro Liberato experimentava uma felicidade sem conta, ao lado da amorosa e virtuosa esposa, cercado dos seus irmãos uterinos nascidos estes do primeiro matrimônio de sua mãe, pessoas de elevada classe social, desfrutando todos de elevado conceito, e que são Capitão Caetano José da Cunha Caldeira, João Carlos da Cunha Abreu, Antônio da Cunha Caldeira, Antônio Clara Gomes de Macedo e Cândida Brandina de Macedo, casada esta com Ignácio de Vasconcelos da Cunha Caldeira, além de uma irmã germana, Luciana Macedo ou Luciana Ribeiro de Cerqueira Cesar casada com Custódio Leite Ribeiro

Naquela ocasião, Pedro Liberato de Macedo, decidiu dedicar-se à lavoura canavieira, tanto que adquiriu de seu irmão, o compadre Caetano José da Cunha Caldeira, "um sítio no distrito desta Vila, no Bairro Ilha das Flechas, com o ENGENHO DO BOM SUCESSO, Rio Piracicaba abaixo, pagando 800\$000 pelas terras e 1:700\$000 por todos os bens móveis e mais benfeitoria", conforme escritura de 3 de Novembro de 1839 (livro n. 4 fls. 106 do 1º Cartório de Notas local). O sítio referido possuía engenho com extensa plantação de cana de açúcar, onde mourejavam 21 escravos, cujo rendimento anual do engenho era de 200 arrobas de açúcar branco, 150 arrobas de açúcar preto e 50 arrobas de mascavo, cujas terras roxas produziam: milho (500 alqs.), feijão (40 alqs.),

arroz (20 alqs.) e contava 40 cabeças de gado vacum e cem cabeças de porcos e benfeitorias diversas.

No princípio do mês de janeiro de 1838, teve o seu nome arrolado para compor o corpo de jurados, por ser pessoa apta, entre 64 outros cidadãos, ocasião em que viu nascer a sua primogênita Francisca, batizada aos 17 de Maio de 1838.

Esses fatos, aliados aos seus conhecimentos de preceitos relativos à preparação de medicamentos, cuja prática aprendeu com o próprio pai, versado em homeopatia, incentivaram Pedro Liberato a colaborar mais frequentemente com a coletividade local, nos diversos empreendimentos de interesse do povoado, tomando parte em todos os eventos sociais, jamais escusando-se de servir de paraninfo em batizados dos filhos de seus amigos, parentes e, certamente, nas solenidades matrimoniais da parentela.

Transcorria normalmente a vida do venturoso casal, encantado e agradecido pela benesse do Deus bondoso, com o nascimento da primogênita, seguindo-se uma corrente de ternura com o nascimento de mais nove rebentos (um dos quais de nome Antonio, falecido no primeiro ano de vida). São os seguintes: 1) Francisca, já mencionada; 2) Maria, b. 25-9-839; 3) Anna, b. 18-6-841; 4) Gertrudes; 5) Sebastiana, b. 30-9-850; 6) Antonia (Madre Cecília), b. 7-11-852; 7) Antonio, b. 14-9-854; 8) João, b. 11-9-856; 9) Claro, b. 4-12-858; 10) Leopoldina, sendo todos casados, com exceção da primogênita e da filha Anna, certamente falecida.

Em referido capítulo, Pedro Liberato de Macedo adquiriu em 1847, três datas de terras de 8 braças de frente por 20 de fundos, na Rua Travessa em cima da que recebera Joaquim Pereira de Camargo, isto é, uma em seu próprio nome, outra no nome de sua mulher e uma terceira no nome da filha Francisquinha. Certamente unidas essas datas, resultariam uma chácara de um alqueire, aproximadamente, onde Pedro Liberato teria residido, antes de mudar-se para a Rua Direita, embora ainda estivesse a família de seu pai residindo na morada de casas na Vila, sita na

Rua de Santo Antonio, depois chamada Rua do Comércio.

O casal estava residindo em casa própria, adquirida em 4-5-1868, por escritura no 1º Tabelionato local por 800\$00, situada na Rua Direita número 220, hoje Rua Moraes Barros, esquina da Rua da Palma, atual Rua Tiradentes, contendo quatro frestas para esta rua, e na frente daquela via pública, uma porta, divisando com casa e terreno de Joana de tal e no fundo com terreno do Capitão Emygdio Justino de Almeida Lara, todo fechado de guarantã o terreno.

Pedro Liberato de Macedo e sua mulher fizeram doação dessa casa para os filhos, em número de nove, depois de 1888, em cujo prédio Madre Cecília passou a sua infância e mocidade. Em 10 de janeiro de 1896, por escritura do Tabelião José da Silva, todos os filhos venderam as suas quotas partes para o irmão Antonio Liberato de Macedo, pela importância de três contos de réis, nomeados a seguir: 1) Francisco Toledo e Silva e s/m Sebastiana Martins de Macedo; 2) Antonia Martins de Macedo (Madre Cecília); 3) Francisca Martins de Macedo; 4) José da Cunha Caldeira e s/m Maria Martins de Macedo; 5) Manoel Gonçalves de Lima e s/m Leopoldina de Macedo Lima; 6) João Liberato de Macedo e s/m Maria da Silva Barros; 7) Claro Liberato de Macedo e s/m Júlia Amalia Arruda Macedo; 8) Antonio Perreira de Almeida e s/m Maria Gertrudes de Macedo. Essa casa foi alienada pelo casal Antonio Liberato de Macedo e s/m Angelica da Silva Barros, então domiciliados em Itu, por volta de princípio de 1917 para D. Sebastiana Amélia de Sena por três contos e oitocentos mil réis, a qual por sua vez a vendeu a Atilio Chissino. Este, demolindo-a, construiu no terreno 5 casas.

Pedro Liberato de Macedo era homem inteligente, compreensivo em todos os sentidos, afeiçoado à cinegética e ao esporte da pescaria, chegava a passar dias à beira do Rio Piracicaba, levando a sua filha Antoninha, sua preferida, para acompanhá-lo, juntamente com as filhas dos demais componentes do grupo, a fim de

prepararem as refeições e cuidados dos apetrechos usados na pescaria.

Esse prazer íntimo e suave, entretanto, não o impedia de continuar a dar continuidade ao atendimento às pessoas interessadas em obter proveito dos conhecimentos terapêuticos advindos do seu pai Luciano Ribeiro Passos, visto que este transmitiu ao filho tudo que sabia das propriedades e virtudes medicinais. Nos autos do inventário de Luciano, entre os bens arrolados podia-se constatar a existência de um almofariz de pedra, no qual certamente se trituravam e homogenizavam-se substâncias, certa também a descrição de duas vasilhas de cobre (chocolateira), denunciando a existência de um arremedo de laboratório, onde se processavam os cozimentos de ervas, raízes, e outros elementos usados na homeopatia, notando-se na descrição de bens ao inventário de Luciano, de "uma porção de vários remédios com vidros e folhas, avaliados por Rs 24\$540. Pedro Liberato praticava dessa forma o curandeirismo, no bom sentido, na maioria das vezes por filantropia, atenuando com o remédio dado, o mal ou a dor, atenuando ou minorando o sofrimento daquela gente sem recursos que o procurava. Atendia também as pessoas de fora da cidade, e isso certamente resultava num lucro seguro, pois, a povoação não contava ainda com farmácia junto a ela estabelecida.

Simultaneamente desempenhava o cargo de secretário da Câmara Municipal local, com evidente vantagem para o público, dada a sua capacidade como um dom natural, tanto que a 17 de Julho de 1866, foi encarregado pelo presidente da edilidade, para tomar as medidas precisas para legalizar o 1º casamento civil de pessoas acatólicas, conforme o regulamento n. 3069 de 17-4-1863, instituindo o registro dos atos referentes ao casamento leigo dos acatólicos, no caso os luteranos Henrique Bertholdo Granes e Anna Maria Meier, casados pelo Pastor Evangélico de Limeira Jorge Herbert. Exerceu depois o cargo de serventuário do Cartório de Partidor de Juízo Municipal, tendo sido também solicitador de causas, advogado provisionado em 1866. Era também pessoa que amava a pátria e procurava

servi-la de todas as maneiras, pois, procurado pela comissão municipal encarregada de promover os festejos em razão do término da Guerra do Paraguai, em 28 de Março de 1870, prontificou-se a contribuir, subscrevendo a lista de compromisso, à qual já haviam aderido mais de quarenta e tantas pessoas.

O saudoso Leandro Guerrini, no seu excelente trabalho "História de Piracicaba em Quadros", registra no 2º Volume, pág. 37, a ocorrência do primeiro brado republicano ocorrido em Piracicaba, a 3 de Dezembro de 1870, e consigna que Pedro Liberato de Macedo solidarizou-se com o novo partido republicano.

Embora nas pesquisas levados a efeito por uma equipe da Congregação das Irmãs Franciscanas, ficasse anotado que Pedro Liberato de Macedo não levava tanto a sério a vida e as responsabilidades familiares, as demais investigações em documentos e papéis ainda em condições de consultas, sobre a sua personalidade, provam por meio de raciocínio concludente o contrário daquelas afirmações, pois, além de ser escolhido para a alta função de juiz de fato (jurado no Tribunal da Comarca), desempenhou também com alto espírito de Justiça, o cargo de Juiz Municipal suplente, no quadriênio de 1884-1888, função esta exercida com sabedoria e equilíbrio nos dissídios sujeitos à sua apreciação, mesmo porque os anais da magistratura imperial, não fornecem informes para desmentir esse raciocínio.

O almanaque de Piracicaba, para 1900, editado por Manoel de Arruda Camargo, registra fatos das famílias de maior expressão na cidade, consignando a data do falecimento da mãe de Dona Antoninha, bem como as seguintes palavras sobre Pedro Liberato: 13 de Março de 1893, falece Pedro Liberato de Macedo, legendário caçador de 88 anos. Ora, um cidadão com tais predicados, não merece ser taxado de boêmio e sem responsabilidade, como tal registrado no opúsculo "Fatos Históricos da Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria," colecionados pela equipe de Irmãs especialmente treinadas. É importante consignar aqui e agora o fato da reunião de 8 de Janeiro de 1881 dos cidadãos eleitos

vereadores para o quadriênio 1881-1884, destinada à posse dos escolhidos pela edilidade, quando Pedro Liberato de Macedo declarou a Câmara, verbalmente, optar pelo cargo de suplente de Juiz Municipal, de que está empossado e presente-mente no exercício do aludido cargo.

Aliás, no palmilhar de sua vida, através das referências contidas nos anais dos arquivos citadinos, verifica-se deslizada toda ela nos meigos horizontes da família, onde fora chefe modelar, percorrendo uma estrada suave, sem sobressaltos, pois seus passos teriam sido constantemente dirigidos pelos clarões de uma consciência límpida e amparados pelos braços robustos de uma virtude incontestável. Por isso mesmo seu lar foi um santuário, onde jamais se extinguiu a chama do amor, assim como a honra, a caridade e a justiça, altares indestrutíveis. Amou a verdade e desconheceu o vício. O trabalho foi sua preocupação e a honra o seu lema. Seu amor à família, sua religião a Católica Romana, tendo vivido na Lei de Jesus Cristo, como lhe ensinara o velho pai, Luciano Ribeiro. O substantivo caridade, transmitiu à família, cujo moto nada mais foi do que amor ao próximo, bondade, benevolência, compaixão, ofertas às casas de caridade. Essas qualidades todas, tanto disposição moral, como religiosa, abrangentes das virtudes e dons inatos do ilibado varão Pedro Liberato, foram assimilados pelos descendentes. Percebe-se o reconhecimento desses atributos, através de atos da edilidade local, a seguir indicados, e a demonstração adiante mencionada dos descendentes.

Veja-se o alto grau de elevação de seu caráter, pois tão solidário, isento da famigerada discriminação racial, permitindo ao Benedito, trazendo na pretura do rosto o estigma da humilhante condição de sua mãe escrava Sebastiana, pertencente a Pedro Liberato, adotasse o seu honrado sobrenome Liberato de Macedo ao casar-se com Guilhermina Maria Francisca, em 22 de Junho de 1885. Em reconhecimento e gratidão o jovem casal deu o nome de seu benfeitor ao primogênito, nascido a 3-2-1887, padrinhando essa criança o ilustre varão e sua filha Gertrudes

Martins de Macedo (Livro de Batizados n. 21, p. 64 da Curia local). Benedito Liberato de Macedo, enviuvando-se a 19 de Janeiro de 1898, contraíra segundas núpcias com Amélia Arruda de Macedo e foi pai de cinco filhos deste matrimônio, além de outros do primeiro consórcio. Benedito faleceu paraplégico em 29 de Junho de 1917, prestigiado durante a sua moléstia e nos funerais pelos descendentes de Pedro Liberato de Macedo, notadamente por João da Cunha Caldeira, exímio guarda-livros, sobrinho neto de Madre Cecília, pois era filho da irmã desta, Maria Martins de Macedo, casada em 27-7-1859 com José da Cunha Caldeira, antes residentes em Tatuí, sendo certo que do mesmo casal descendê Pedro da Cunha Caldeira, casado com dona Eudóxia Silva Caldeira, pais do senhor Francisco Caldeira, brilhante jornalista conterrâneo, aqui residente.

Embora Pedro Liberato de Macedo não tenha deixado no fim da vida, patrimônio substancial ou um cabedal consistente de fundo de dinheiro, isto é, um capital razoável para a família, fez aquisição de bens intelectuais, tornando-se cada um deles gente honrada e por isso respeitada, sendo oportuno registrar pudessem ou possam os atuais bisnetos ou tataranetos desse varão de Plutarco se incumbissem de aumentar a sua extensa árvores genealógica.

Oportuno também, um trabalho escatológico sobre o comportamento de Pedro Liberato de Macedo, para sentir o leitor o valor do grau de educação dado ou conseguido pelos seus descendentes até a 4ª ou 5ª geração, conhecendo-se assim a atuação de cada um no meio social, como afirma o conhecido provérbio: "Quem puxa aos seus não degenera".

Dessa forma, encerra-se este relato antecedente à essência profunda do presente estudo, destinado a apreciar-se a transmissão do caráter de Pedro Liberato de Macedo nas pessoas de seus descendentes através do fator de continuidade biológica.

Virá agora uma página laudatória à Irmã Cecília do Coração de Maria, principal e fundamental objetivo deste trabalho, tolerado pelo leitor o necessário alongamento desse estudo, des-

tinado também à notícia biográfica, demonstrando palidamente a firmeza de vontade e o feitiço moral dessa dama, engastando a mulher forte de que fala a Carta Magna do Cristianismo, adquirindo por isso e pelos méritos próprios, o galardão das virtudes teologais, em decorrência das quais pôde prestar elevados serviços à infância desvalida de Piracicaba e adjacências, assim também à juventude com condições de estudos, através do Asilo de Órfãos Coração de Maria, fundado por ela, e prestes a comemorar um século, agora como o inspirado e iluminado LAR ESCOLA CORAÇÃO DE MARIA NOSSA MÃE.

Na verdade, na adolescência de Dona Antoninha, a única escola pública de primeiras letras em Piracicaba, seria regida pela professora de meninas Da. Hermelinda Rosa de Toledo, muito eficiente em seu trabalho (Cf. História de Piracicaba em Quadrinhos do saudoso Leandro Guerrini 2º Volume - página 5)

Sem dúvida teria sido nessa eficiência de dona Hermelinda a obtenção do rendimento escolar de Dona Antoninha, mesmo porque a legislação da época exigia dos mestres de primeiras letras, ensinassem a ler, escrever e pelo menos as quatro espécies de aritmética simples, a gramática da língua nacional e os princípios da moral cristã. Está visto que com o aproveitamento desse ensino de instrução preliminar e seu esforço, tornou-se dona Antoninha apreciável autodidata, como se tivesse feito o curso de humanidade e em consequência, tornar-se a religiosa notável, visando a infância e a adolescência, para alcançar a felicidade destas. É lícita a suposição de que Madre Cecília teria se instruído por si, sem auxílio de professores, em face das máximas, pensamentos, orações escritas e ensinadas, decorrendo daí os seus atributos de amor aos semelhantes, como atestam as Irmãs Franciscanas, suas contemporânea na respeitável Ordem III, de origem piracicabana.

Certa manhã, antes do final do ano de 1.887, o carinhoso Pedro Liberato de Macedo, delicada e afetuosamente, acercara-se de sua tão considerada filha Antoninha, com enternecidas palavras. Procurava demonstrar-lhe a oportunidade e

necessidade de maridar-se, dando-lhe as justificativas próprias e inúmeros outros argumentos, notadamente a circunstâncias de ele estar avançado em anos, pois já tinha ultrapassado a oitenta, sentindo comprometimento dos movimentos dos músculos e nervos, e o que era pior: salientou a escassez de rendimento seria o motivo de aperturas financeiras, tão logo fosse ele chamado à Corte Celeste.

Argumentara, ainda, ser o vizinho Francisco José Borges Ferreira, um lusitano bem apessoado, com boa aparência, mestre e artífice em trabalhos de marcenaria, contando aproximadamente a mesma faixa etária de dona Antoninha, o qual serviria certamente como arrimo da família a se constituir.

Dona Antoninha, como era chamada na intimidade, condescendente, pediu um tempo para dar a resposta, porque certamente gostaria de continuar o seu trabalho espontâneo em favor das crianças e juvenis desamparados e carentes, e além disso, teria obtemperado o desejo de levar a efeito o seu auxílio cotidiano nos trabalhos domésticos afetos à bondosa progenitora, bem assim a própria colaboração financeira, resultante do rendimento das suas costuras, destinadas à manutenção da família do pai querido, mesmo porque a receita colhida no seu atelier de costuras para esse propósito, pois seria essa uma das razões pelas quais àquela data, aos trinta e seis anos, conservara-se ímputa.

Afinal dona Antoninha, no recôndito silencioso da simplicidade do seu dormitório, pediria à Santa de sua devoção que lhe desse uma indicação da decisão a tomar. Pela manhã certamente sentiu o desejo de atender ao pedido do velho pai, visto que nas oblações, indicava-se seguro atendimento às suas piedosas súplicas, confirmatório do bem estar e sabedoria demonstradas pela experiência paterna.

Pela manhã, depois de preparar e servir a velha mãe o café-com-mistura, percebera da aproximação de Pedro Liberato, a quem, depois de obtida reverentemente a sua bênção, participou sorridente, a sua decisão de aceitar a

realização do matrimônio dela, tão desejada pelo pai querido.

Com efeito, no sábado, dia 11 de Fevereiro de 1888, na Matriz de St^o Antônio, "na presença do Padre Francisco Galvão Paes de Barros e das testemunhas concidadãos do nubente, Antonio Teixeira Mendes e José Antonio Bãrreiros, receberam-se em matrimônio, Antonia Martins de Macedo e Francisco José Borges Ferreira, natural de Portugal, filho de João Manuel Borges e Maria Albina Ferreira, recebendo as bênçãos nupciais".

A Madre Clara Maria da Santa Face, falecida a 20 de Agosto de 1970, em Piracicaba, na sua juventude, conduzida pela Vereranda Madre Cecília, revestiu-se do hábito Franciscano. Afir-mara-se ter sentido da mesma no dia de suas bodas, após vestir-se convenientemente para comparecer à Igreja de Santo Antonio, a impressão de ver passar à sua frente um gracioso infante, denotando contar de sete a oito, o qual delicadamente olhou para ela e sorriu, pondo-se a correr. Após esse rápido episódio, deixou Madre Cecília as circunstâncias, caminhou apressadamente ao seu encalço e percebeu que o mesmo escondera-se detrás duma porta e, chegando-se a esta, abriu a parte móvel, nada encontrando. Desaparecera. Encalistrada, retornou junto aos seus tendo imaginado tratar-se do Meigo Nazareno, na sua doce e suave infância. O fato relatado pela inefável religiosa, nada mais poderia ser do que uma situação de ecto-plasmia, isto é, um fenômeno dependente totalmente da própria Madre Cecília, tal como aconteceu no caso típico citado na Sagrada Escritura, no Livro de Daniel - Cap. 5, Versículos um a cinco, ressaltando que o rei Baltazar dava um grande banquefe a mil dos seus grandes, e bebeu vinho na presença dos mil. Na mesma hora apareceram uns dedos de homem os quais escreveram defronte do castiçal, na caiadura da parede do palácio real, e o rei, via a parte da mão que estava escrevendo. - O Padre Oscar Gonzales Quevedo S.J., afirma e explica que o fenômeno tal como relatado não é do Além e sim dependente da própria pessoa (Cf. a 3ª edição do livro "O que é parapsicologia" pág. 61).

Além disso, salvo melhor e mais autorizado juízo, Jesus Cristo no aspecto mencionado, na faixa da idade indicada, em tempo nenhum apareceu às pessoas. Sabe-se que 40 dias depois do nascimento do Salvador foi levado ao templo onde Simeão o reconhece (Lucas 2:29-30) e quando Jesus completou doze anos, na festa da páscoa, deram pela sua falta, e, ao procurarem-no, o encontraram no Templo no meio dos doutores. (Lucas 2:42)

Talvez o estado emocional decorrente da preparação para a solenidade matrimonial tenha contribuído para esse aspecto psicológico da Madre Cecília.

Com efeito, o estado emocional experimentado no acontecimento relatado no parágrafo anterior, permaneceu pouco mais intenso em face da mudança do estado civil de dona Antoninha, ou seja o natural desencontro emocional como só acontece nas pessoas recém-casadas, todavia, tão logo superado o impacto, retomado fora o ritmo da consciente consorte e, sem solução de continuidade, dona Antoninha prosseguiria nas ocupações normais, permanecendo a sua presença nas atividades costumeiras.

A vida no lar tomou todo o tempo de dona Antoninha, reiniciando esta com mais intensidade os seus trabalhos de agulha, aliás uma fonte de renda de real importância para o casal, sem interferir nas suas atividades religiosas, dado que em pouco tempo ambos conseguiram amealhar economias que propiciaram oportunidade em adquirir a casa própria, situada na Rua do Comércio (depois chamada Rua Governador Pedro de Toledo), constituída de casa de morada sob nº 110, construção antiga e respectivo terreno, medindo onze metros de frente, com uma porta de frente e duas janelas de cada lado.

Continuou a conscienciosa senhora, sem solução de continuidade, com as suas atividades religiosas, com certas restrições, porém em face do nascimento da primeira filha Rosa, cujo nome fora escolhido com certeza para homenagear a avó (mãe de dona Antoninha). A criança, no entanto, nascera com imperfeição física, isto é, privada da visão, e, além disso, mentalmente retardada, exigindo maiores cuidados.

É bom ficar consignado um fato tendente a dar outra explicação à anormalidade apresentada pela menina Rosa, isto é, a afirmação de outras pessoas de que a cegueira revelou-se depois de uma doença de olhos, sendo certo porém não ter havido nenhuma referência pessoal de dona Antoninha com relação à segunda hipótese. Não é certo também que a menina aprendia tudo com facilidade, inclusive motetes sacros, apesar da debilidade mental profunda, fatores esses que impedem, desta vênha, a aceitação das informações. Linhas adiante ver-se-á a palavra de Madre Cecília, ao Magistrado, quando da informação prestada a este pela mesma.

A figura do menino que dona Antoninha viu passar à sua frente no dia de seu casamento, segundo a descrição feita por ela, coincide e assemelha-se com o aspecto físico da filha primogênita que viria a nascer dentro em pouco, confirmando, pois, a esperança contida no seu inconsciente, encerrando o desejo reprimido pelo censor psíquico, divisando a figura do Nazareno, cuja beleza a menina trazia dentro do seu aspecto agradável à vista.

O lar fora enriquecido com o nascimento de mais dois varões João Macedo Ferreira, nascido a 1º de maio de 1891, batizado a 24 de agosto daquele ano, sendo padrinhos José da Cunha Caldeira e s/m Maria Martins de Macedo, e Antonio Macedo Ferreira, nascido em 10 de Maio de 1893, batizado a 18 de Junho de 1893, por Francisco Toledo Silva e Sebastiana Martins de Macedo.

Fatores estranhos passariam a integrar a vida conjugal, pois o marido, vez por outra, para sua própria infelicidade, costumava abusar de libações alcoólicas, e, inebriado, irritava-se com o comportamento natural das crianças, cuja reação violenta do varão muito desgostava dona Antoninha, aumentando o seu sofrimento, aliás, suportado com resignação.

Certa vez, informa uma das Irmãs Franciscanas, em pesquisa feita (Cf. Fontes Históricas da Congregação), dona Antoninha encontrou o marido, também afeiçoado a integrar conjunto de músicos, com seu instrumento de sopro, a acionar o trombone no ouvido da menina Rosa, compor-

tamento esse à evidência, contribuiria para agravar a evolução da doença da pobre-criança.

1893 foi um ano agourento para dona Antoninha. No dia 13 de março desse ano, veio a falecer o seu venerando pai, Pedro Liberato de Macedo, aos 85 anos de idade, vitimado por incômoda paralisia, causando-lhe aflição, ansiedade e angústia. Não só a cidade, mas a enorme parentela derramou lágrimas sentidas.

O seu genro Manoel Gonçalves Lima, então exercendo expressiva dignidade de Cônsul de Portugal, sua terra de origem, num aplaudido gesto de amizade e gratidão ao varão ilustre, requereu e obteve da Municipalidade a concessão de sepultura perpétua para o querido extinto, sendo-lhe concedido a 4 de Julho de 1893, o domínio, cujo jazigo corresponde ao nº 3351 do Cemitério Municipal, hoje denominado Cemitério da Saudade.

Pouco mais de sete lustros da data de sua morte, a Câmara Municipal homenageou a sua memória, juntamente com outros piracicabanos ilustres. Por unanimidade de votos dos vereadores, decretou-se a resolução nº 427 de 3 de Fevereiro de 1930, dando a denominação a uma Rua, Pedro Liberato, cuja placa consigna apenas Liberato de Macedo, localizada na Vila Progresso, conhecida atualmente como Bairro São Dimas. Via pública essa com início na Rua Paulo Pinto e final na Avenida Centenário, limitando-se com a Rua Padre Lopes e com a Avenida Torquato da Silva Leitão.

No dia 7 de dezembro do mesmo ano, ocorria a morte do marido de dona Antoninha, Francisco José Borges Ferreira, a quem ela cuidou e tratou com desvelo, vítima de uma tuberculose galopante.

No arquivo forense do 2º Ofício de Justiça, encontra-se o inventário dos bens deixados por ele, no qual, descreveu-se: casa de morada nº 78 da Rua do Comércio, desta cidade, com 5 frestas e respectivo quintal, avaliada em dezesseis contos de réis, bem como os móveis e utensílios e todas as ferramentas e madeiramento em estoque na oficina de marceneiro, atingindo tudo 1:285\$, cujo monte mór, abatidas as dívidas com o médico Dr.

Joviano Reginaldo Alvim, despesas de funerais a Benedito Laudino, bem como à Farmácia Neves, foi partilhado à viúva e aos três filhos:

Dona Antoninha residiu nessa casa, adquirida em 25 de fevereiro de 1890, de seu irmão João Liberato de Macedo, por três contos de réis, e dela mudou-se, passando a alugá-la, conseguindo com o produto da locação adquirida diversas ações da Cia. Paulista, até quando o filho João Macedo Ferreira, autorizado por ela a exercer o comércio, conforme escritura no 1º Tabelionato local a 6 de Março de 1911 (Livro nº 185, fls. 33) teve condições de adquirir as demais quotas-partes, havidas no inventário, bem como aquelas doadas aos três, por dona Antoninha.

João Macedo Ferreira, já em boa situação financeira, tornou-se o único dono do imóvel, promovendo a demolição da casa já em mau estado de conservação, agora sob os nºs 126 e 128 da Rua João Pessoa, antes do Comércio nº 110, atualmente Governador Pedro de Toledo, transformando o terreno de 11x28 metros, num imóvel com duas residências e na frente acomodações para negócio. A parte de Rosa, em virtude de ser incapaz foi adquirida em hasta pública pelo mesmo, como consta do citado inventário.

No mencionado processo de inventário, pela primeira vez aparece o nome da filha Rosa, como "Rosa do Coração de Maria", percebendo-se a maneira inteligente da Madre Cecília em deixar registrada nos anais forenses "ad perpetuam memoriam", a sua comovente devoção, consagrando o seu profundo sentimento religioso ao Coração de Maria, fazendo consignar na identidade ou individualidade de sua filha Rosa Macedo Ferreira, o símbolo abstrato de sua convicção íntima, inserindo várias vezes em atos religiosos a grafia Rosa Coração de Maria, visto que, sendo impossível figurar como componente do quadro de obreiros de qualquer entidade religiosa, em face da sua insanidade, nada impedia que trouxesse no nome complemento do símbolo da convicção religiosa de sua própria progenitora, que poderia proclamar se possuísse a faculdade de compreender, de pensar e de conhecer.

Revelam esses autos de inventário, que dona

Antoninha, ao tomar uma das providências em favor da curatelada, relatou ao Magistrado respondendo pela única Vara de Justiça local, que sua filha Rosa Coração de Jesus, é cega, surda, muda e louca de nascença, confissão essa que vem em completo conflito de informação registrada no fascículo Fontes Históricas da Congregação das Irmãs Franciscanas.

O estado mental de Rosa, foi constatado por perícia judicial, pelo que o Dr. Euclides de Campos, M. Juiz de Direito, concluiu por sentença a incapacidade mental da mesma, decretando a interdição dela, quando Madre Cecília declarou que a filha vivia no Lar Escola Coração de Maria, conquanto sendo uma instituição puramente para crianças desamparadas, a sua filha vivia ali em homenagem a ela, Madre Cecília, fundadora do Asilo.

No ano seguinte, 5 de Maio de 1894, mais uma situação penosa para dona Antoninha. Seria a vez de sua virtuosa mãe, companheira de todas as ocasiões, entregar a parte espiritual e imortal dos escolhidos de Deus, pois, na madrugada fria daquele dia, uma lesão cardíaca contribuiu para fazer soar a hora além da qual a pêndula da vida não mais devia balançar, decretando assim o momento de dona Rosa Martins de Macedo exalar o último suspiro. Desaparecida desta forma, aos setenta e cinco anos de idade, a virtuosa consorte de Pedro Liberato de Macedo, depois de completar e cumprir galhardamente a missão cristã e social reservada a ela pela Providência Divina, que levou a extraordinária senhora a estimular sempre a filha querida, Madre Cecília, para dar cumprimento ao desejo tão ansiosamente separado de dedicação total ao trabalho missionário, pregando a fé cristã e acompanhado tão nobre ato, a busca efetiva do bem aos carentes, especialmente das crianças desvalidas, as crianças órfãs.

Na véspera do sétimo dia do desenlace da ilustre senhora, os seus descendentes fizeram circular o pungente convite no seguinte teor: "Antonio Liberato de Macedo e seus irmãos e cunhados agradecem às pessoas que acompanharam à última morada da sua sempre chorada

mãe e sogra D. Rosa Martins de Almeida. E de novo convidam os seus parentes e pessoas de sua amizade para assistirem à missa do 7º dia que por alma da mesma mandam celebrar segunda feira, 12 de Março, às oito horas da manhã na Igreja Matriz. Por este acto de religião antecipam agradecimentos".

Dona Antoninha, com a dor das separações na alma, sentia Deus perto de si e, agradecida por isso, não cessou de continuar a visitação, como de há muito fazia, aos encarcerados, aos quais procurava amenizar os efeitos danosos da reclusão, falando-lhes do amor de Deus, entregando a cada um o produto da arrecadação de donativos de materiais de higiene, vestuários, além de saborosas e delicadas iguarias. Durante a semana escolhia um dia especial a bondosa senhora a fim de visitar os leprosos internados no leprosário existente na cidade, assim como àqueles atacados do mesmo mal, "andantes" acampados nos arredores da cidade, levando-lhes sadia e saborosa alimentação, falando do Evangelho a cada um.

Dama consciente que sempre foi, Dona Antoninha, dando expansão ao desejo de entregar-se mais efetivamente, de maneira real, à sua tendência ao trabalho de evangelização, no Dia de Reis de 1896, apoiada pelo Frei Luiz Maria de São Tiago, sacerdote da Ordem Monástica dos Franciscanos Menores, originário de uma aldeia dos Alpes Trentinos (San Giacono) teve a inspiração de fundar uma Ordem Religiosa destinada a leigos, escolhendo a denominação de Fraternidade da Ordem 3ª, agregada ao Convento local dos Capuchinhos, plasmada nos ensinamentos e nos exemplos de São Francisco de Assis, fundador da Ordem, natural de Assis-Umbria (1.182-1226), o qual teria feito o voto de pobreza aos 24 anos, e pregaria o Evangelho na Europa e no Oriente. Frei Luiz Maria de São Tiago colaborou de forma objetiva, na fundação do Asilo de Órfãs, velho sonho de dona Antoninha.

A notícia da fundação dessa Fraternidade foi recebida com expressiva ovação dos seus adeptos, acudindo ao apelo de cooperação, inúmeras pessoas sempre interessadas no programa do trabalho

missionário dos Capuchinhos, transformando-se logo depois com a denominação da Ordem Terceira Franciscana, recebendo a novel entidade simultaneamente as irmãs Antonia Martins de Macedo, sob o nome religioso de Irmã Cecília do Coração de Maria, como 1ª Ministra, Rosa Cândida Martins, recebendo o nome de Irmã Nazária, (estas mais tarde envolveram-se na fundação da Congregação Religiosa adiante mencionada), Luiza Josephina de Mattos, com o nome de Irmã Francisca (estas não chegaram a professar na Congregação das Irmãs Franciscanas).

Convém mencionar-se nesta altura, as origens dessas três colaboradoras de Madre Cecília: 1) Rosa Cândida de Jesus ou Rosa Cândida Martins, filha de José Alves Martins e de Cândida Francisca da Silva, nascida em Piracicaba, em 1862. Recebeu na Ordem Terceira Franciscana, o nome de Irmã Nazária de São Raphael. Faleceu no dia 20 de Novembro de 1932, no Asilo de Órfãs Coração de Maria, às 22:00 horas, vitimada por uma incômoda fimatose pulmonar, aos 70 anos. 2) Luiza Josephina de Mattos, filha de Manoel Delfino de Mattos e Francisca Carolina Pinto de Mattos, nascida em Itu em 1868, recebendo o nome de Irmã Albina na Ordem III Franciscana. Versada em música, dedicava-se ao piano e harmônio. Faleceu no dia 22 de Agosto de 1938, às 12:30 horas, em domicílio, à Rua 13 de Maio nº 67, em Piracicaba, vítima de câncer na bexiga, com 70 anos de idade. 3) Maria das Dores Morato, filha de Antonio Morato de Carvalho e de Ambrosina de Almeida Lara, nascida em Piracicaba, em 1862, recebendo o nome de Irmã Francisca na Ordem III Franciscana. Faleceu no dia 26 de Junho de 1918, às 5 horas, no Asilo de Órfãs, à Rua Boa Morte, vitimada por sabrose cardíaca, contando 56 anos de idade.

Dona Mariquinha, como era tratada Maria das Dores Morato na intimidade, foi doadora de grande parte do terreno onde foi construído o prédio do Asilo de Órfãs Coração de Maria Nossa Mãe, escriturado aos 6 de Janeiro de 1898 e outra doação escriturada a 6 de Novembro de 1906, com frente para a Rua Boa Morte, esquina da Rua dos Capuchinhos, certo que o edifício do asilo,

propriamente dito, teve a sua pedra fundamental lançada em 21 de Fevereiro de 1897, cuja inauguração ocorrera um ano depois, ou seja a 2 de Fevereiro de 1898.

As nomeadas cooperadoras de Madre Cecília, supervisionadas pelo Frei Luiz Maria, passaram a trabalhar na Oficina de Costura, de Madre Cecília, no início de cuja atividade dedicariam um período especial para agradecimentos ao Deus Onipotente pelas bênçãos recebidas diariamente. Entrementes, surgiriam várias hipóteses de ampliação das atividades da Ordem Terceira, segredando Irmã Nazária à Irmã Cecília de que em data anterior tivera um sonho inspirando as quatro a fundar um recolhimento destinado a abrigar órfãs e crianças sem recurso algum, obtemperando Madre Cecília, haver sentido idêntico desejo ao entremeio de suas meditações, isto é, uma idéia, objetivando a locação ou aquisição de um local para residência das irmãs e finalidade de agasalhar uma casa de caridade, destinada a socorrer meninas órfãs e crianças pobres e carentes mas, ponderava Madre Cecília, a fortuna disponível constava apenas de quatro moedas de valor de um vintém cada uma, não chegando pois a cem réis, tornando-se impraticável movimentação de qualquer maneira a respeito do desejado.

O intento vingou com o apoio do Frei Luiz Maria que muito incentivou as religiosas. O Vigário Francisco Galvão Paes de Barros, adotando sem restrição o projeto, autorizou em carta de seu próprio punho de 8 de Julho de 1896, uma comissão especial para angariar donativos a um fundo de construção.

As quatro moedas da arca de Madre Cecília, começavam a crescer. realizava-se o milagre noticiado no Livro Sagrado, beneficiando a viúva de Sarepta.

Com efeito, a 21 de Fevereiro de 1897, foi lançada a pedra fundamental do edifício destinado a abrigar o Asilo de Órfãs Coração de Maria e os estatutos, aprovados um ano depois foram levados a registro no Cartório de Registro Geral de Piracicaba. A Assembléia Geral realizou-se a 8 de Setembro de 1897, com a presença das seguintes

senhoras: Antonia Martins de Macedo, Maria das Dores Morato, Luíza Josephina de Mattos, Rosa Cândida Martins, Maria Rosa Lopes Pinto, Agueda Sebastiana Pinto de Toledo, Escolastica Morato de Almeida, Idalina Augusta d'Almeida Morato, Anna Ferreira Alves, Rita D'Elboux Rocha, Ambrosina Josephina de Almeida Morato, Francisca Carolina Pinto de Mattos, Angelina Conceição da Silva Leitão.

Na Assembléia supra mencionada, deu-se a denominação de Mestras às Diretoras, sendo eleitas Diretora e Vice-Diretora, as fundadoras Antonia Martins de Macedo e Rosa Cândida Martins.

Ao adentrar no vigésimo ano de existência da notável entidade, foi coroado de pleno êxito o trabalho da Madre Cecília, pois, pela Assembléia Geral no final de 1913, ficou transformada a entidade para Congregação das Irmãs Franciscanas de Piracicaba, passando posteriormente a chamar-se Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria.

O desejo de Madre Cecília, mobilizando todas as suas forças físicas e morais para atingir o fim glorioso, foi compensador. As visitas feitas aos piracicabanos, tanto na cidade, como aos rurícola, atendiam da melhor formas possível os pedidos de Madre Cecília, doando gêneros, e outras valiosas contribuições de toda espécie para a obra beneficente.

Existiam muitos benfeitores, podendo-se citar a abastada família de José Estanislau do Amaral e de dona Tereza de Jesus Aguirra, estes assumindo a educação dos filhos varões de Madre Cecília, solvendo as despesas do Colégio no qual foram matriculados em São Paulo.

Um ano antes da mudança da denominação já referida, surgiu um inusitado entrevero, envolvendo a figura da Mestra de Noviças (Maria Magdalena da Silveira - irmã Isabel do Sagrado Coração), a mesma que Madre Cecília havia encontrado na estrada, com apenas quatro ou cinco anos de idade, egressa de um circo de cavalinhas, de onde fugira, à qual dera guarida. Essa irmã Isabel acompanhou Madre Cecília, quando da transferência desta para superintender o Hospital

São Vicente, em Jundiá, onde aquela estava servindo, entre 1912 e o ano de 1917 quando então ocorreu a sua morte.

Decorreu citado entrevero de um lamentável episódio: a Mestra de Noviças citada, teria informado o Bispo de Campinas, D. João Baptista Correa Nery (1863-1920) da existência de uma súplica à Sagrada Congregação das Religiosas ou à própria Santa Sé, pleiteando ficasse a Congregação ligada aos capuchinhos, ao invés de o ser à Diocese. O propósito dessa mudança era obter desde logo maior segurança e gozar de imediata aprovação Pontifícia. A própria Madre Cecília levou o pedido para as irmãs assinarem, discretamente. Todavia a autoridade diocesana presentiu o movimento, arrecadando o escrito. Talvez outras irmãs revelassem ao Bispo D. Nery tal procedimento, do qual resultou o motivo condutor para o prelado determinar não fosse reeleita Madre Cecília, no Capítulo Geral, ocorrido em 1912.

Não foi apenas esse desfecho a causa determinante de o Dignitário separar Madre Cecília da Comunidade Piracicabana, onde também se achava a Rosa, a filha insana da religiosa, tendo o comportamento da moça se afigurado cada vez mais difícil, pois, dia e noite os gritos agudos emitidos por ela perturbavam as demais irmãs e asiladas ali residentes. - Acrescia também a excessiva liberdade sempre ampliada pelos jovens filhos de Madre Cecília.

Talvez houvesse prévia manifestação a respeito pelo Bispo Diocesano, comunicando a decisão da transferência de Madre Cecília para o chalet existente na mesma área de terreno do asilo, porém com frente para a Rua S. Francisco, local onde podiam ser recebidos e tratados os filhos da Religiosa.

O eminente prelado, aliás, Conde Romano, em 1915, por Bento XV, teve impeto de decretar a extinção da Congregação, cuja providência não levou a efeito porque não conseguiu assinar a ordem, saltando-lhe a caneta das mãos, circunstância que lhe pareceu uma intervenção divina, por não estar nos planos divinos a extinção.

Madre Cecília fez o registro em seu diário de

tais fatos, concluindo-o com a seguinte expressão: "a tempestade é grande..." (Cf. Fontes Históricas)

Exautorada da autoridade legítima e que lhe era peculiar, recebeu a extraordinária dama, como prenúncio da própria predestinação, isto é, para que ela pudesse realizar e preconizar maiores obras para o Reino de Deus.

Na véspera do Natal de 1916, Madre Cecília passou a residir no sobradinho da Rua São Francisco, com sua filha Rosa e a boa irmã Maria do Carmo, registrada nesses termos a mudança no diário de Madre Cecília.

Permaneceu Madre Cecília segregada, isto é, passou a viver em clausura de 1912 a 19 de maio de 1921, mas a sua voz não deixou de ser ouvida nos transe inefáveis ocorridos nos liames do Asílio com as meninas internas.

Qualquer fato ocorrido em desacordo com a tradição reinante na casa de caridade, chegava ao conhecimento da Madre Cecília, de forma sigilosa, sem condições de ser apurada a origem da informação e nem a respectiva autoria, acrescido do pedido de providências a respeito, a fim de ser corrigida a severidade excessiva. Na maioria das vezes, nessa intervenção oculta vinha a reparação esperada (este conceito foi revelado por uma antiga jovem asilada, vivendo todo o espaço infanto-juvenil nessa instituição) sendo certo que essa jovem desejando conhecer a sua origem, invadiu o arquivo da escola, procurando no fichário respectivo a referência à própria pessoa. Conseguiu, mas ao se retirar do local teria sido observado o comportamento indevido, pela Mestra da disciplina. Conseqüentemente sofreu a juvenzinha infratora, humilhante castigo (hiperalgia) perante todas as internas, com advertência a estas pela Mestra de Disciplina, de que igual comportamento, todas passariam por idêntico vexame (a jovem vítima hoje senhora casada e de prolecta idade, moradora fora de Piracicaba, preferiu não se identificar).

O desfecho do affaire com a intervenção de Madre Cecília ocasionou a remoção da causadora das sevícias, para outra casa da Congregação.

Não tem outra finalidade o presente tópico senão demonstrar o respeito à pessoa de Madre

Cecília, que mesmo exautorada, conseguiu resolver harmoniosamente casos difíceis. A referência em absoluto não turva de maneira alguma a seriedade do Lar Escola, modelo de instituição.

Madre Cecília suportou com absoluta rigidez moral, debaixo de suas orações e constante meditação, aceitando sem qualquer imprecação, a decisão oriunda da esfera eclesial, objetivando a transferência dela e da filha para o chalet, pois estava ciente e consciente da alteração causada pelo comportamento insano de sua pobre filha. Sem dúvida Madre Cecília dava um exemplo de humildade.

Nos meados do ano de 1924, irrompia em São Paulo, Capital do Estado, um movimento revolucionário chefiado pelo General Isidoro Dias Lopes, insuflado por outros militares, descontentes com o chefe do Governo Central. Nessa revolta Antonio Macedo Ferreira, terceiro filho de Madre Cecília, teria se envolvido, e, após o armistício, acompanhara o dito General na sua retirada para a Argentina. Nessa fuga teria o corajoso moço, sofrido um lamentável acidente, recebendo graves queimaduras por substâncias orgânicas (álcool), cujas lesões foram a causa de sua morte, contando apenas trinta e um anos de idade. Deixou viúva Sebastiana Ferraz de Macedo e três filhos Clóvis Ferraz de Macedo, Aracy de Lourdes Ferraz de Macedo e Lygia Ferraz de Macedo.

A transferência desse filho querido para a vida celestial, em tais condições, teria causado no coração de dona Antoninha, grande impacto, mas superado conscientemente pelas devoções obtidas através do seu inseparável rosário, acalmando a sua alma dorida, embora derramando lágrimas, lágrimas de saudade.

Pouco depois do falecimento do filho Antônio, Madre Cecília, então contando oitenta e seis anos de idade, teve a alegria de assistir a ereção canônica da sua Congregação (8-3-1928) por Decreto do Bispo de Campinas, tomando parte nos officios religiosos levados a efeito, em ações de graça.

Contudo, dois anos depois, a devotada e consciente religiosa assistia à remoção da sede prin-

cipal de sua Congregação de Piracicaba para Campinas, convencida de que na cidade de Campinas, contaria com melhores condições para ampliar a sua expansão.

Naturalmente a providência da remoção afetou a sensibilidade da emotiva religiosa, pois sentiu profundamente separar-se de sua alma, aquele pedaço de seu coração, porém, consciente da impossibilidade de acompanhar a sábia decisão do Altíssimo, era seu dever aceitá-lo, para melhor progresso da sagrada obra que ajudou fundar.

Debaixo da comoção causada pelos atos acima experimentados, gratos momentos de conforto eram sentidos através das amorosas cartas de seu filho querido João Ferreira de Macêdo, mandadas amiúde, contendo expressões de encorajamento à querida autora de seus dias, as quais foram rareando, porque encontrava-se o filho amoroso internado numa casa de saúde, na Capital, há longos anos, desde 1936, onde veio a falecer a 21 de Agosto de 1940, vitimado pela traiçoeira tuberculose, sem deixar descendência da ligação mantida com uma jovem por nome Laura. Não de conseguiu obter-se o sobrenome desta.

A prematura separação do filho querido, provocara na meiga religiosa, momentos de angústia, mas o tempo incumbiu-se de recompor a tranquilidade de seu coração, através de penitentes orações, recebendo o conforto da presença de Deus, reanimando-a indelevelmente.

O seguimento dos fatos descritos, desde a decisão de Dona Antoninha em atender o desejo paterno para convolar núpcias, ditou a maneira de sua vida, isto é os tropeços ocorridos no exíguo espaço de tempo de duração conjugal. Gerou uma invejável estrutura moral, resultado pela sua persistência e coragem, uma vitória sobre todas as condições contrárias, próprias da época.

O efeito proveitoso, pronto e contagiante dos benefícios espirituais espargidos à mão cheia em proteção da infância desamparada e os da orfandade, pela consciente religiosa, acabaram por atrair inúmeras pessoas imbuídas do mesmo propósito, e habituarem-se com essas pessoas. Demais parentes vieram a buscar-lhe os ensinamentos.

Ninguém, todavia, se apercebia que dona Antoninha com os seus gestos caridosos, estava despertando na alma do próximo o amor à tradição, assim como o encargo pela transmissão dos valores espirituais herdados por ela do avô paterno às coisas sagradas e ao poderoso recurso de oração, bastando para isso a comparação dos dizeres a respeito nos respectivos testamentos de Luciano Ribeiro Passos e o testamento levado a efeito pela Madre Cecília, adiante copiado.

Realmente dona Antoninha tinha sobre si, sem dúvida, o "sinal do poderio" que as mulheres devem ter, segundo a doutrina de Paulo (I Epístola aos Coríntios 11:10), e efetivamente exerceu esse poder com amor e sabedoria porque tinha nas mãos e no coração o testemunho: a espiritualidade, isto é, a exegese e a interpretação dos textos contidos nas orações cotidianas.

Como atrás já ficou consignado, fundou dona Antoninha, com o Frei Luiz Maria de São Tiago, a Fraternidade da Ordem III, agregada aos Capuchinhos, da qual foi a Primeira Mestra, e nessa qualidade e desempenho, procurava conservar unidas as criaturas sob os santos princípios cristãos do amor, perdão e paz, e sob essa tríplice base desenvolveu a sua proverbial caridade na distribuição de socorros materiais, gêneros alimentícios recolhidos nos sítios e fazendas do município, repartidos através do Asilo Coração de Maria, acompanhados dos sábios conselhos e orientação, e ainda implantando uma esperança em cada coração.

Descobria nas meninas recolhidas na sua Casa de Caridade, vocações, orientando-as para a vida unitiva - vida de união permanente com o Sempiterno e bondoso Deus.

Dona Antoninha, até então - embora vivendo com os poucos recursos de costureira, desdobrou-se em esforços, e conseguiu atingir o seu alvo, dotando o Asilo de Órfãos com a estrutura necessária, sempre atualizada, prestes a comemorar o primeiro centenário de sua benéfica existência.

No dia consagrado aos mortos (Finados de 1940), aliás um dos mais tristes para dona Antoninha, pois registrava o decurso de um trimestre

e uma semana da data do passamento do querido filho João, ocorrido prematuramente a vinte e um de Agosto, depois de sua meditação diária nas horas canônicas, decidiu tratar de compor e destinar o seu modesto patrimônio, agora acrescido dos bens vindos por adjudicação no inventário dos bens de seu estimado filho João de Macedo Ferreira, cujo acervo hereditário atingiu o valor de Cr\$ 121.617,60.

Em consequência do que está exposto, Madre Cecília pediu a presença do 1º Tabelião de Notas, senhor José Piffer, na sede do Asilo Coração de Maria e lá, perante cinco testemunhas especialmente convocadas para o ato, ditou solenemente o seu testamento, assim textualmente declarado no dia 2 de Novembro de 1940 "Sou católica, apostólica romana e nesta religião em que sempre vivi, protesto viver e morrer e sou religiosa da Ordem Franciscana. Sou filha de Pedro Liberato de Macedo e Dona Rosa Martins de Macedo, já falecidos. Sou natural desta cidade e tenho atualmente oitenta e oito anos de idade. Fui casada em única núpcias com Francisco José Ferreira, de quem sou viúva e de meu casamento houve três filhos: João, Antonio e Rosa de Macedo Ferreira. Os meus filhos João e Antonio já são falecidos e minha filha Rosa, que também é conhecida por Rosa do Coração de Maria, é interdita em razão de insanidade. Deixo a metade disponível de meus bens ao Asilo de Órfãs Coração de Maria Nossa Mãe, instituição beneficente com sede nesta cidade, com o encargo para esta de dar abrigo e cuidar de minha filha Rosa, zelando pela sua saúde e bem estar; da outra metade dos meus bens serão constituídos as legítimas de minha referida filha Rosa e de meus três netos Clovis, Araci e Ligia Macedo, filhos do meu filho Antonio, estes por direito de representação. Os bens que tocarem aos meus netos serão gravados temporariamente com as cláusulas de inalienabilidade extensivos aos respectivos rendimentos, até que atinjam eles a idade de vinte e um anos, cessando, aí, esse gravame. Determino também que os bens que couberam à minha filha Rosa, após a sua morte, passem para o patrimônio do referido Asilo Coração de Maria Nossa Mãe. Indico "data venia"

para curadora de minha filha interdita a Irmã Gertrudes Maria, diretora atual do aludido Asilo, residente nesta cidade, e na falta desta, a Irmã Inês Maria, conselheira da Ordem Franciscana, residente em Campinas, às quais, na hipótese de prevalecer em juízo a indicação que ora faço de seus nomes, rogo aceitem esse encargo, pois confio em sua grande bondade e na vigilância que, sem dúvida, empregará qualquer delas, no exercício da curatela, para minorar os sofrimentos de minha infortunada filha Rosa. É uma das mais veementes de minhas últimas vontades que minha filha Rosa continue, enquanto viver, sob o teto carinhoso, benfazejo e protetor do Asilo de Órfãs Coração de Maria Nossa Mãe e daí não seja afastada sob qualquer pretexto. Quanto ao sufrágio de minha alma deixo aos cuidados de minhas piedosas irmãs de religião, às quais voto uma eterna gratidão por tudo quanto fizerem e possam desejar fazer por minha filha e por mim. Nomeio meus testamenteiros aos Doutores Coriolano Ferraz do Amaral e Luiz Gonzaga de Campos Toledo, médicos, brasileiros, casados, capazes, domiciliados e residentes nesta cidade, para servirem na ordem em que estão nomeados, um na falta do outro, e outros por abonados para o desempenho da testamentaria. Finalmente, nada mais tendo a declarar ou dispor dou por terminado este meu testamento, relato fiel de minha última vontade, e rogo à justiça que o cumpra e faça cumprir na sua íntegra".

Decorridos quatro anos e alguns meses, Madre Cecília resolveu destinar o valor total dos seus bens, advindos da herança de seu filho João, consistentes em terreno em Itanhaen, chácara na Vila Campestre, em Santo Amaro, uma fazenda em Santo Anastácio, cinco casas na Rua George Smith, em terreno nessa via pública, mais cinco casas na Rua Cezário Ramalho, ações da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, 36 ações da Cia. Paulista de Seguros, 40 ações da Cia. Iniciadora Predial, depósitos na Caixa Econômica do Estado e Caixa Econômica Federal, créditos cambiários duas cautelas de cauções de luz e gás, tudo convertido em dinheiro, atingindo Cr\$ 121.617,60, assim partilhando: metade para o Asilo Coração

de Maria Nossa Mãe, 25% para Rosa e 25% com igualdade para o 3 netos, obedecido integralmente ao testamento acima transcrito.

Oportuna a necessária a interrupção na continuidade desta descrição destinada para comentar a coincidência dos princípios da moral cristã e em especial a fixação ardente da crença num Ente Supremo, com fé a convicção, manifestada por Luciano Ribeiro Passos, no seu testamento, o idêntico comportamento de sua neta Madre Cecília, registrado no seu hológrafo, ambos demonstrando ou melhor, confirmando a irreversível carga genética daquele para esta, encontrada nas leis de transmissão dos caracteres físicos ou morais nos indivíduos.

Destaque: O testamento cerrado feito pelo avô de Madre Cecília, no longínquo 19 de Dezembro de 1833, o testador declara: "acha-se gravemente enfermo e querendo desembaraçar a sua alma, para que desembaraçada do corpo vá gozar da eterna Bemaventurança, faço este meu testamento: O meu nome é Luciano Ribeiro Passos, sou católico romano, tenho vivido na Lei de Jesus Christo e nela pretendo morrer com ajuda da divina grassa (sic) Sou natural de Freguezia de Santo Amaro (hoje Villa) Sou filho legítimo de Jeronimo Dias Ribeiro e de Ursula Maria de Jesus. O meu pai ainda é vivo. Sou casado com Dona Francisca Ignez de Paula Mattos, de cujo matrimônio tenho quatro filhos que são: Luciano, Maria, Luciana, Pedro, a saber: Luciano e Maria são falecidos e Maria deixou uma filha de nome Joana - que também já morreu. Meu filho Pedro é solteiro e Luciana é casada com Custódio Leite, marido que foi de Maria e portanto eu tenho tres herdeiros que são, Luciana e seu marido Custódio que representa minha neta Joana. Nomeio para meu testamenteiro: 1º meu filho Pedro e em 2º meu compadre Caetano da Cunha Caldeira e em 3º minha mulher Dona Francisca. Declaro que o meu cadáver seja envolto em pano branco, conduzido por dois pobres em rede e sepultado no Cemitério e aos pobres se dará a cada um duas patacas. Por minha alma se dirão dez missas com a brevidade possível. Deixo a Santo Antonio padroeiro desta Vila vinte mil réis. O remanes-

cente deixo à minha enteada Antonia Clara, a qual vive em minha companhia e é muito digna desta esmola". (Observação - Esta enteada sofria desarranjo mental, e fora abandonada pelo marido, notícia obtida em outro processo judicial).

Destaque: No testamento de Madre Cecília, atrás transcrito, as declarações de fé coincide em iguais termos com aquela manifestada pelo seu avô Luciano, como segue: "Sou católica, apostólica romana e nesta religião em que sempre vivi, protesto viver e morrer e sou religiosa da Ordem Franciscana" - Prossegue Madre Cecília: "Quanto ao sufrágio de minha alma deixo ao cuidado de minhas piedosas irmãs de religião, às quais voto uma eterna gratidão por tudo que fizeram e possam desejar fazer por minha filha e por mim.

Pode-se, pois, comparar as disposições de ambos, num espaço de quase um século (Luciano teria nascido em 1762 e sua neta Madre Cecília, nasceu em 1852) ambos tinham certeza da salvação eterna; ambos preocupavam-se com a encomendação de sua almas, e pediram sufrágios; indicaram os parentes escolhidos para gozarem proteção do que deixaram na terra e finalmente ambos eram nas épocas, dedicados obreiros da Vinha do Senhor, isto é, irreversíveis na prática da religião. Além disso Madre Cecília descendia de Santo Hermenegildo, um rei mártir, e por afinidade, parenta de Santa Clotilde, sogra do 11º Rei Visigodo, Alarico (ver nº 5 do estema no encerramento deste trabalho).

Essa coincidência de comportamento de pessoas ligadas por parentesco, avocando as mesmas tendências, bem denuncia o atavismo gerado e, por consequência, defino com exatidão o fenômeno da continuidade biológica comentada pelo neuropsiquiatra austriaco Sigmund Freud (1856-1939), cuja influência deste, no campo da psicanálise se encontra enunciado por presságio do Apóstolo Paulo, contido em uma das suas epístolas no Novo Testamento, comentário esse demonstrando sem dúvida o motivo condutor do comportamento desses piracicabanos que em tempós idos souberam exprimir e proclamar os seus sentimentos religiosos.

O coração materno de Madre Cecília estava

tranquilo, fazendo-lhe bem à alma, pois, sua única filha, que era uma vida de sua vida, estava amparada pelas irmãs da sua confraria, nomeadas em testamento.

Entretanto, sua infortunada filha, (como disse no seu testamento) por ser incapaz não teve condições, pelo estado mental, de tomar parte nem mesmo na Ordem Religiosa destinada aos leigos, agregada à Comunidade Seráfica.

Todavia, Madre Cecília pode suprir tão nobre desejo fazendo consignar em vários atos civis referentes aos seus filhos, a grafia do nome da filha como ROSA DO CORAÇÃO DE MARIA, demonstrando assim a sua vivência contemplativa à Sagrada família.

Na mesma oportunidade, teria vindo à memória da inolvidável Madre Cecília, conforme registros divulgados pelo opúsculo "Fontes Históricas" da Congregação Franciscana, diversos sucessos da Ordem III e, depois, de modelar Congregação já mencionada, cuja Messe Evangélica, proveniente de catequese ou recondução dos decaídos da fé, com medidas adequadas levadas a efeito pela dedicada religiosa, conseguiu esta, paralelamente, reunir moças e senhoras conterrâneas, decididamente vocacionadas, resultando a perecível plêiade das primeiras religiosas, iniciando a douta Congregação das Irmãs Franciscanas, nascida em Piracicaba, cuja suavidade divina e enternecida graça concederam-lhe exuberante fonte de luz, diante da brilhante constante em todas as direções da influência dessa plausível Instituição Pia.

Madre Cecília, durante a sua gestão, demonstrou a fé em ação permanente não só do amor ao próximo, como a integração moral, a sobriedade, a tolerância, a lucidez espiritual.

A cidade, berço de seu nascimento, reconheceu o autêntico apostolado na sua existência, a fidelidade a Deus, e em sua vida sempre dominou a fé, na piedade, - a caridade e a esperança - suplicadas reverentemente ao Deus Onipotente, para ouvir a sua devoção, na qual sempre abrangente estava a esperança.

Na propecta idade (94 anos) Madre Cecília, segundo consta dos registros em Fontes Históricas

(pág. 31) quando acordava pela manhã, tinha por costume visitar mentalmente as várias instituições canônicas existentes em Piracicaba, as sediadas na cidade, bem como as dos três sub-distritos.

Encontrava-se a consagrada religiosa em proveitoso bem-estar, isto é, em perfeita condição física, submissa à vontade divina e conseguindo varar o dia numa felicidade sem conta e nesse estado gozando da graça celestial, sentia o desejo de fazer uma conchamação a toda população local para prestigiar a Diocese na construção da Catedral, conseguindo com esse gesto tão nobre um bom e substancial proveito.

Assim permaneceu a devotada religiosa sempre agradecida à Providência Divina em conservá-la consciente, de modo a reconhecer nas pessoas a visitá-la diletas Irmãs da Confraternização fundada por ela.

Entretanto, as forças físicas da grande dama e excelente mãe de tantas eleitas para a vida em congregação, estavam se exaurindo na sucessão dos dias.

Todavia a assistência contrita de todas as dedicadas co-irmãs da Irmandade Franciscana, procurava diminuir a ausência não só da Casa Generalícia como nos meios religiosos em geral.

O curso da vida humana está previamente fixado, sendo a vontade ou a inteligência do homem, impotente para alterá-lo.

Madre Cecília, depois de confortada pelos sacramentos da Igreja entregou santamente a sua alma ao Criador.

No Cartório de Registro Civil do 1º Sub-distrito local, consta no Livro C-61, fls. 342, sob nº de ordem 14.390, o assento de óbito: Em sete de setembro de mil novecentos e cinquenta, neste 1º Subdistrito de Piracicaba, Estado de São Paulo, em cartório, compareceu Antonio de Pádua Libório, de vinte e dois anos de idade, casado, comerciante, brasileiro, e exibindo atestado de óbito firmado pelo dr. Luiz Gonzaga de Campos Toledo, que deu como causa da morte e a doença artério esclerose cardiorenal, declarou que ontem, às 16:15 m. em domicílio e residência, neste subdistrito, à Rua Boa Morte, 1955 - Asilo de Órfãs - faleceu Antonia Martins de Macedo,

cor branca, do sexo feminino, com 98 anos de idade, natural desta cidade e domiciliada, filha legítima dos finados Pedro Liberato de Macedo e Dona Rosa Martins de Macedo, brasileiro, era viúva de Francisco José Borges Ferreira, com quem se casou nesta cidade, tendo havido desse matrimônio três filhos: Rosa, João e Antonio, não deixou testamento, nem bens a inventariar. Vai ser sepultada no Cemitério local. Lido este termo e achado conforme, vai assinado pelo declarante da Empresa Funerária Libório, domiciliado e residente nesta cidade. Eu, Gentil Godoy, Oficial Maior, escrevi (assinado) Antonio de Pádua Libório.

Sem vaidade, dentro da sua grandeza, Madre Cecília deixou em cada coração uma centelha de amor. Abençoada a sua memória, como abençoados foram os seus passos sobre a terra, mesmo porque a hiperdulia, jamais declinada, acompanhou-a até os derradeiros minutos de vida.

Foi verdadeiramente um exemplo de Mãe e de mulher brasileira dedicada aos carentes e deserdados da sorte.

Viveu em estado de graça, e certamente foi-lhe permitido comungar sem confissão, como exigia o sacramento da confissão, antes adotado pela Igreja.

Serenamente, foi ao encontro de Deus com o rosário entre os dedos.

Longa foi sua vida, toda ela devotada ao próximo e às coisas de DEUS.

Partiu com uma Aura Popular, é dizer - estima pública - e com uma auréola de esplendor moral.

Madre Cecília não mais existe entre os piracicabanos mas até hoje brotam messes de vida pura das mãos semeadoras de suas filhas, compondo o elenco da Congregação, das suas pegadas, flores a cada dia, da Palavra de Deus.

O coretejo fúnebre saiu do Lar Escola até a Catedral de Santo Antonio, e depois das honras post-mortem à querida religiosa, teve o acompanhamento até o Cemitério da Saudade, onde se realizou o sepultamento no Jazigo existente na Capela da Congregação mandada edificar tempos atrás às expensas da falecida.

Nesse Campo Santo repousam os restos mor-

tais da grande benfeitora do Asilo Coração de Maria Nossa Mãe e benemérita piracicabana, chamada à vida celestial dois anos e dois meses antes de completar um século de existência, metade do qual de operante vida religiosa.

No Céu, certamente os anjos e arcanjos, nesse dia infausto para nós, entoavam canção plangente, melancólica, seguidos dos acordes sonoros da Harpa eólica, cuja caixa sonora havia de estar habilmente manipulado pelo Salvador da Humanidade, previamente deixando tensas as várias cordas de dimensões graduadas e o vento as fazendo vibrar produzindo sons melodiosos, tão reais como as hosanas cantadas pelos escolhidos, em homenagem à excelsa criatura, adentrando as páramos celestes, cujas portas abriam-se de par em par.

A cidade tributou inúmeras homenagens à saudosa extinta Madre Cecília, pseudônimo na esfera da sua nobilitante qualidade mas que não cobre o seu nome da família e de batismo, Antonia Martins de Macedo, e a Municipalidade preferiu optar pelo seu nome religioso para figurar no elenco das vias públicas do Jardim Boa Vista da propriedade da Associação da Igreja Metodista e Jardim S. Miguel, iniciando-se a Rua Madre Cecília na Rua Capitão Boaventura e finalizando-se na Avenida Dr. Paulo de Moraes, limitando-se com as Ruas do Rosário e Fernando Ferraz de Arruda Pinto.

Poucos anos após o falecimento de Madre Cecília, ocorreu o decesso de sua filha Rosa do Coração de Maria, tão amada e querida especialmente, ocorrido no dia 19 de Julho de 1955, saindo o féretro do Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe, para a mesma Necrópole, feita a inumação no Jazigo da Capela onde jazia a sua estremosa mãe.

Contudo, em Piracicaba, a Instituição Pia, quase centenária, continua repartindo com as crianças órfãs e crianças carentes, os seus reduzidos recursos e derramando a esperança a todos aqueles que continuam contribuindo para tão benemérito grêmio beneficente - obra perenal de Madre Cecília - O Lar Escola Coração de Maria Nossa Mãe, ao mesmo tempo que a consequente

e benemérita Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria, prossegue e prodigaliza-se visando a remoção e o aperfeiçoamento da construção do Reino de Deus, fruto do relacionamento com a família, com os jovens e com os adolescentes

Objetivando demonstrar de maneira prática, para compreensão do seguimento de uma ascendência, e no presente caso, abrangendo a pessoa de Salvador Martins Bonilha, avô de dona ANTONIA MARTINS DE MACEDO (Madre Cecília do Coração de Maria), designando-se esse demonstrativo como estema sendo essa palavra registrada pelo excelente Dicionário Aurélio como substantivo masculino, equivalente a árvore genealógica, de linhagem ou de estirpe.

Na Genealogia Paulistana de Silva Leme, pode-se ler no Volume 5/244

"Salvador Martins Bonilha, mais tarde Capitão, foi casado quatro vezes: a primeira em 1780, em Ararituaba (hoje Porto Feliz) com Anna da Silva Toledo, de cujo consórcio resultou seis filhos, segunda vez, em 1796, na mesma Vila, com Ursula Alvares de Araújo, dela havendo três filhos: terceira vez, em 1810, ainda na mesma Vila, casou com Maria Joaquina de Almeida, sem descendência desta, pois faleceu vítima da primeira maternidade, sem sobrevivência de geração; quarta vez casou com Delfina Bueno, filha de Amaro Bueno da Silva e Maria Joaquim da Fonseca Andrews (Sl 1/507) havendo desse casamento quatro filhos, José, Maria, ROSA e Amélia. O Capitão Salvador Martins Bonilha faleceu no ano de 1820, na mencionada Vila do Porto - Feliz e foi o quinto filho de Antonio de Aguiar da Silva e segunda mulher Branca Luiza Flores. O Capitão Salvador Martins Bonilha era irmão de Dona Anna da Silva Lara, casada esta com Antonio Correa Barbosa. O Capitão Antonio Correa Barbosa - Povoador de Piracicaba, em 1767 (Cf. Silva Leme - 5/242 e 249 e Sl 4/387). Essa obra de Silva Leme fornece os elementos necessários para apurar-se a sua descendência: Salvador Martins Bonilha entronca-se na família Baltazar Moraes Santos, sogro de Francisco Martins Bonilha, aquele chegado ao Brasil, nos fins do

século XVI, portando uma carta de nobreza passada pelo Juízo dos Morgadios em 11 de Setembro de 1579. Nesse ano foi escolhido para o elevado cargo de Juiz Ordinário de São Paulo, aí casando-se com Brites Rodrigues Annes.

A seguir registra-se a ascendência da Exma. Sra. ANTONIA MARTINS DE MACEDO (MADRE CECÍLIA DO CORAÇÃO DE MARIA), casada com Francisco José Borges Ferreira, a qual - enviuvando-se - tomou parte na fundação da entidade leiga Ordem Terceira de São Francisco, e, ao depois, fundou o Asilo de Órfãos Coração de Maria, e por última professou solenemente na Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria.

1. Baltazar de Moraes Dantas. Descendia do Rei Visigodo da Espanha, Teodureto, eleito no ano de 451, por ocasião da batalha de Toulouse, contra Átila - Rei dos Hunos - O Açoite de Deus. O Rei Teodureto, pai
2. Eurico - 7º Rei Visigodo, casado com Sizenanda, pais de
3. Alarico - o moço - 8º Rei Visigodo, casado com Todogonda, pais de
4. Amalarico - 11º Rei Visigodo, c/c Clotilde, filha de Clóvis e Santa Clotilde, pais
5. Leovigildo - Rei Visigodo de Sevilha, c/c sua prima Teodosia, pais de
6. Santo Hermenegildo, martirizado em 595, quando Rei de Sevilha, a mando de seu pai e madrasta Gosvinda, por ser católico, com imposição de abraçar a religião ariana. A festa desse rei Martir realiza-se a 13 de Abril. Casou-se c/ Ingunda, pais de
7. Atanagildo, casado com Flávia Juliana, pais de
8. Ardabasto - Conde - casado com a prima Favira ou Flavia Cidasunda, pais de
9. Flávio Ervigio - 31º Rei Visigodo da Espanha, c/c Bigotona, pais de
10. Pedro - Duque de Cantábria em 700, pais de
11. Afonso 1º - 3º Rei de Asturias, casado com Ernusenda, pais de
12. Vimário - Rei de Asturias, casado com Usenda, pais de
13. Vermudo I - 8º Rei das Asturias c/c a Infante Usenta Numinha de Navarra, pais de

14. Ramiro 1º - 10º Rei de Asturias c/c s/prima Urraca Paterna, pais de
15. Ordonho 1º - 11º Rei de Asturias c/c Munia Donna, pais de
16. Afonso 3º - O magno - 1º Rei de Leão e 12º de Astúria, pais de
17. Ordonho 2º - 3º Rei de Leão, falecido em 824 c/c Munia Elvira, pais de
18. Ramiro 2º - 6º Rei de Leão, F.950 c/c Urraca Thereza Florentina, pais de
19. Ordonho 3º - 7º Rei de Leão, c/c Elvira, filha do Conde de Asturias, pais de
20. Bermudo - O Cotoso - 10º Rei de Leão. casou 2ª vez c/ D. Elvira, filha de Garcia Fernandes, 1º Conde de Castela, pais de
21. Afonso 5º - Rei de Castela, F. no cerco de Viseu (1007) c/c Elvira Holandes, pais de
22. Dona Sancha - 13ª Rainha de Leão, pela morte de Bermudo 3º - mãe de
23. Elvira de Toro - Srª de Toro N.1034 c/c o seu primo Garcia de Navarra, pais de
24. Afonso 6º - 14º Rei de Leão e 3º de Castela, casado, pela 5ª vez com Isabel de França, filha de Felipe 1º - Rei de França e Berta de Holanda, pais de
25. D. Mendo Afonso de Moraes Dantas, Senhor de Vimioso c/c Margarida de Vanconcelos, descendente de D. Fruela, Rei de Leão, pais de
26. Estevam Mendes de Moraes de Antas, Senhor de Vimioso c/c Maria Madureira, pais de
27. D. Vasco Rodrigues de Moraes de Antas, c/c Michaela de Albuquerque Vimioso, pais de
28. D.-Leonor-Mendes de Moraes de Antas, c/c Balthazer Mendes, pais de
29. D. Ignez Navarro de Antas, c/c seu primo Pedro de Moraes, pais de
30. Balthazar Navarros de Antas cc em S. Paulo c/ Brites Rodrigues Annes, pais de
31. Pedro de Moraes de Antas, c/c Leonor Pedroso, pais de

32. Magdalena Fernandes Feijó de Moraes, c/c Diogo de Lara Moraes, pais de
33. Anna de Lara, casada com Francisco Martins Bonilha, pais de
34. Francisco Martins Bonilha, c/c Maria Goçaves da Costa, pais de
35. Maria Goçaves Martins Bonilha, c/c Manoel Cardoso Flores, pais de
36. Branca Luiza Flores, casada com Antonio Aguiar Silva, pais de
37. SALVADOR MARTINS BONILHA, c/c Del-fina Bueno, filha de Amaro Bueno da Silva e Maria Joaquina da Fonseca Andrews (SL 1/507) pais de
38. ROSA MARTINS BONILHA, casada com PEDRO LIBERATO DE MACEDO, filho este de Luciano Ribeiro Passos e dona Francisca Ignez de Paula Mattos. - Rosa Maria Bonilha casada com Pedro Liberato de macedo, pais de
39. DONA ANTONIA MARTINS DE MACEDO (Mãdre Cecília do Coração de Maria)

ADENDÓ

As Irmãs Franciscanas do Coração de Maria manifestaram ao autor Jair Toledo Veiga sua gratidão, encaminhando-lhe um excelente trabalho artesanal da Irmã Maria Lavínia, em talagarça, trazendo a figura do excelso Francisco de Assis, em cujo rodapé do elegante quadro escreveram os versículos:

O Senhor te abençõe e te guarde,
 O Senhor faça brilhar sobre
 Ti sua face e se resplandeça de ti.
 O Senhor volte para Ti o seu rosto e te de a Paz!
 (Num. 6:22-26)

A Secretária Geral da Congregação, em nome da Superiora Geral, Irmã Armanda Franco Gomes de Camargo, dirigiu ao autor expressivo officio de agradecimento, acrescentando que o trabalho "Biografia de Madre Cecília do Coração de Maria, fundadora da Congregação", é de grande valor para a Congregação, devendo ser encaminhado ao processo de Beatificação da veneranda fundadora.

MONSENHOR MANOEL FRANCISCO ROSA

João Carlos Sajovic Forastiere

INTRODUÇÃO

Esta despreziosa biografia de Mons. Rosa nada mais é que uma compilação de dados e informações referentes a uma das personalidades que mais se destacaram e marcaram a História da Comunidade Piracicabana na primeira metade do século XX, quer pela sua longa vida a serviço de seus irmãos, quer pela coerência de sua existência consumida em quase cem anos de dedicação ao próximo e a serviço a Deus, seu Senhor.

Nessa gigantesca caminhada produziram-se efeitos que podem, até hoje, quase neste final de século de tantas tribulações e muitas luzes, acender as esperanças e confirmar na fé a muitos cidadãos piracicabanos. Pessoas que, com dignidade, desempenham importantes funções no desenvolvimento da comunidade.

A pesquisa biográfica de Monsenhor Rosa foi extremamente simples de se obter com clareza e veracidade, mercê de biógrafos que o conheceram, conviveram com ele e também havidas como pessoas de grande porte e credibilidade.

Entre tais pessoas, Monsenhor José Nardim, historiador nato, que com ele conviveu, comunicando a sua intimidade exterior e interior, numa transcendência tão bem compreensível entre aqueles que professam a fé Católica Romana e Monsenhor Mendes, sendo que o primeiro foi confessor e penitente de Monsenhor Rosa.

O Jornal de Piracicaba é outro depositário fiel, documentando a História de Piracicaba no século XX e, necessariamente, dando ênfase especial à figura de Monsenhor Rosa.

Inseridos nesse registro da cidadania piracicabana, escritores ilustres, alguns seguidores de outras confissões e credos religiosos e até mesmo confessos ateus reverenciaram para a posteridade, com o vigor de suas penas, o porte desse Homem de Deus. Entre eles, professor e jornalista Leandro Guerrini, Professor Elias de

Mello Ayres (católico praticante), Dr. Salvador de Toledo Pizza, João Chiarini, Dr. Losso Neto e Prof. Radamés Accorsi.

Quando homens dignos que professam outros credos religiosos reivindicam para Monsenhor Rosa, a denominação de "O Santo Cura D'Ars" de Piracicaba, é de exigência que o núcleo da Igreja Católica de Piracicaba tome providências no sentido, começando pelo mínimo, a iniciação do processo de beatificação do instrumento de Deus, junto a Piracicaba, que foi Monsenhor Manoel Francisco Rosa pois seria justo o clamor de toda Piracicaba.

Procurei ouvir e anotar depoimentos de pessoas que conviveram com Monsenhor Rosa: afeiçoados simpatizantes, pessoas simples; de grande diferenciação cultural e científica; quase todos humanistas, representantes das confissões religiosas existentes em Piracicaba à época de sua invejável existência; maçons, políticos, positivistas, ateus e indiferentes à dogmática católica.

Procurei insistentemente, pessoas que pudessem fazer restrições ou levantar senões dos atos e vivência de Mons. Rosa e não consegui um único depoimento que justificasse incluir, nessa biografia, algo de suspeição.

Submetendo esta pesquisa ao Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, apelo, em nome da verdade, que seja contestado eventual deslize que possa ter praticado para a devida correção.

Para a minha vaidade, confesso ter ficado edificado com os depoimentos que obtive a respeito desse excepcional patrono; da transparência de virtudes e da fidelidade pastoral do servo de Deus na dignidade de Sacerdote.

Vestes sujas, puidas, desinteresse total por dinheiro e bens materiais, sermões repetitivos, notória dificuldade de oratória nas homilias no final de sua vida edificante e plena capacidade de perdoar, principalmente quando era ele próprio a

vítima; distribuição de bens pessoais, características da caridade, eis o que lhe apontavam como defeitos

Uma única vez de que se tem notícia, foi agredido fisicamente por um demente e perdeu-o, de imediato, causando espanto aos seus paroquianos.

Desinteresse pela política e pelos políticos, simplicidade extremada nas suas atitudes. Seria isso defeito? Ou virtude!

Procurei, na investigação, informações com os vizinhos mais próximos da casa paroquial.

Incluí depoimentos de Dona Chiquita Arruda, dos Pachecos que lhe cederam a casa paroquial, do Dr. João José Correa, médico que o conheceu quando menino e vizinho e acompanhou sua longa trajetória, afirmando que Mons. Rosa nunca foi doente e que morreu por senescência e não por senilidade, faltando-lhe a visão pela catarata.

É o depoimento de Dona Valentina Nogueira de Campos Toledo, a Dona Lili, esposa do Dr. Lula, que, inúmeras vezes o ajudou, com outras senhoras da comunidade, desde as sotainas e calçados, roupas íntimas, arranjos de cama, cobertores e sobretudo agasalhos. Com relação a isso, disse Mons. Rosa: "Deus é bom e providente - desde que ganhei o casaco, não mais passei frio."

Colhi informações dentre as Missionárias de Jesus Crucificado, filhas espirituais de Dom Barreto, bispo de Campinas e, que de Campinas povoaram o Brasil com suas obras missionárias e entre elas o depoimento sincero de Irmã Maria Estella-de-Mello Ayres que o exaltou pelo total apoio que deu às Irmãs e suas obras na difusão da fé em Nossa Senhora e no socorro aos pobres.

Há os depoimentos de seus superiores. Dom Ernesto de Paula, 1º bispo de Piracicaba que me acolheu em sua modesta residência em São Paulo, afirmou-me que sem a dedicação de Mons. Rosa, a catedral de Piracicaba não teria sido erguida tão rapidamente. "Quando se viu Mons. Rosa erguer a primeira telha houve profunda emoção no povo religioso que ali se aglomerava para o evento".

De Dom Aniger Francisco de Maria Melillo, 2º bispo de Piracicaba que dedicou a Mons. Rosa,

em sua 1ª carta pastoral, a homenagem e preito a todos os sacerdotes da Diocese de Piracicaba na figura desse insigne Pastor na condição de pároco auxiliar, quando para aqui veio como jovem sacerdote.

Dom Aniger, figura ímpar do episcopado brasileiro, por virtudes próprias, exemplo de santidade e humildade, pastor e servo, filho do casal protótipo católico: Regina e Vicente Melillo, teve um privilégio: o de ordenar, como Bispo, seu próprio pai, viúvo, sacerdote, aos 83 anos; isso por especial deferência do cardeal Agnelo Rossi que intercedeu junto ao Papa Paulo VI e conseguiu esse evento. Pessoalmente me disse D. Aniger ter por Mons. Rosa, uma reverência especial por ter sido seu coadjutor, confessor e penitente, pai e irmão.

E mais ainda, muito recentemente, o Cardeal Decano presidente do "senado" da Igreja, o Eminentíssimo Dom Agnelo Rossi, por ocasião da vinda privilegiada que fez a Piracicaba, tinha bem viva em sua lembrança, a figura de Mons. Rosa e tendo também a avaliação de Dom Eduardo Koalk, Bispo de Piracicaba, referenciou as virtudes do sacerdote, por conhecimento próprio quando era membro do clero campineiro. Reforçou a idéia de iniciação do processo de Beatificação de Mons. Rosa.

Aliás, essa tese contou com o apoio de Dom Mauro Morelli, Bispo na baixada fluminense e do clero daquela diocese.

O Catolicismo Brasileiro conta, é verdade, com o beato José de Anchieta, de origem portuguesa mas consumido existencialmente no Brasil e que é um dos processos de santificação ainda não concluídos. De um português, não de um brasileiro.

Neste imenso país, onde o catolicismo tem uma de suas grandes bases, é necessário apontar para a inicial beatificação, exemplos de vida, exemplos que venham orientar no sentido de revelar santificação. Nesse caso, não se pode excluir o nome de Mons. Manoel Francisco Rosa.

Os beatos são exemplos edificantes de vida que mostram para os fiéis o modelo cristão a ser seguido nesta vivência terrestre.

Não por bairrismo, mas por reconhecimento aos méritos confirmados pela graça de Deus, Mons. Rosa é um candidato natural; candidato perfeito; candidato ideal à beatificação.

"Existem homens, que por uma configuração especialmente favorável de seus traços de caráter, pelo brilho da inteligência e pela posse de conhecimentos, são capazes de captar o espírito do seu tempo e desenvolver, de maneira proveitosa, a sua existência.

Existem outros homens que, por um privilégio especial, independentemente da realidade existencial são capazes de captar, com rara sensibilidade, a essência da própria existência e da vivência dos homens com quem convivem.

Existem, ainda, alguns poucos homens que possuem o dom especial de captar o espírito do seu tempo; e indo além percebem o que é essencial na natureza humana, em qualquer época. Passam a possuir o mundo sensorial numa dimensão tão mais simples que extrapola as suas próprias limitações."

Tornam-se carismáticos e apresentam, quase sempre, um perfil comum. Acumulam, dentro de si, sabedoria e humildade; disciplina interior e desapego; firmeza nas resoluções; caridade; pureza de sentimentos e entrega total de si, numa singeleza de sábio e de santo.

Assim era Mons. Rosa, um homem extremamente simples no exterior e extremamente profundo nas bases da fé. Confiante nos homens e no Deus dos homens porque se sentia um servo de Deus e, para o servo, a simplicidade é o fluxo que emana do próprio Deus.

Ele procurava a graça de Deus e vivia nesse estado de alma.

A graça pressupõe a natureza Mons. Rosa em sua longa existência, confirmou a integridade dessa natureza. Noventa e um anos de vida dos quais cinquenta e cinco consumidos em sua querida Piracicaba. Numa doação espontânea e integrada em Sacerdócio e homem. Nascido em São Roque, no distante 26 de Abril de 1874, festa

litúrgica de Nossa Senhora do Bom Conselho; coincidência ou não, passou pela vida buscando entender a palavra revelada pelo Filho. Procurando se aplicar nela e aplicá-la a cada situação particular dos que lhe vinham pedir conselhos, orientação e auxílio. Singelamente explícito, mas profundamente fiel.

Para esse pastoreio preparava-se através da meditação, da oração e da penitência, expressando os resultados pelas atitudes sempre tranquilas.

Seus pais eram Antonio Claudino Rosa e Izabel Francisca de Moraes Rosa.

Viviam na fazenda Boa Vista, no município de São Roque, S.P., Brasil.

Muito cedo foi alfabetizado (fato raro na época) e ainda quando cursava o primário, recebeu, pela primeira vez, a comunhão, na manhã de 08 de dezembro de 1887, com 13 anos de idade; dia da festa litúrgica da Imaculada Conceição de quem se tornou profundo devoto.

Veio a vocação para o sacerdócio. Seu ingresso ao seminário deu-se dois anos depois. Tudo leva a crer que o despertar da vocação religiosa tenha ocorrido no princípio de sua adolescência. No início de 1890, entrou para o seminário Diocesano de São Paulo, no Bairro da Luz, com 15 anos incompletos.

Fez, naquele seminário, os cursos: Básico, Filosofia e Teologia.

Segundo seu biógrafo, Mons. José Nardim "a simplicidade de Mons. Rosa era congênita. Revelou-a desde os tempos de seminário. Era tal virtude, personificada nele. Estudioso, de memória prodigiosa, foi conhecedor de várias línguas: o francês, o espanhol, o italiano, mas se aprofundou de tal forma no latim, que era essencial naquela época, devido a liturgia toda ser expressa em tal idioma a ponto de poder traduzir corretamente qualquer obra para o português, inclusive os clássicos. Era conhecedor da História Universal e História do Brasil. Por opção religiosa foi estudioso da Teologia e da Sagrada Escritura. Seu português era castiço."

Os seminários, naquela época, eram escolásticos, exigentes nos currículos e na dis-

ciplina de vida. O Padre era o formador, pela palavra e pelo exemplo.

Até a possibilidade de ordenação que levava, de estudos, em média 10 anos, o candidato ao sacerdócio, era testado, investigado e provado além de receber uma sólida formação religiosa e humanística. "Vitti, Generi et Morbus" é um "dossiê" sobre a evolução e desenvolvimento do seminarista até a sua ordenação. O de Mons. Rosa encontra-se no arquivo da Cúria da Arquidiocese de São Paulo. Sua formação teológica foi centrada em São Tomás de Aquino e Santo Agostinho, o que nos faz entender a segurança de suas convicções religiosas e conhecimento da natureza humana.

Nesse período de sua formação incorporou as bases da vida religiosa: Pobreza, Castidade e Obediência, virtudes essas, só exigidas em regras conventuais.

A pobreza é um elemento essencial à vida religiosa. Seus fundamentos são evangélicos e tomísticos.

Na suma teológica II - II AC. Q66 - Art. 2.

Os bens são destinados à Comunidade:

"Quanto ao uso, o homem não deve possuir os bens exteriores como se lhe fossem próprios, mas como sendo de todos, no sentido de que se deve estar disposto a partilhar com os necessitados." - E mais ainda São Tomás acrescenta: "Peca-se contra todos não fazendo com que aproveitem dos bens que se tem."

Segundo Santo Ambrósio:- "Que ninguém chame de seu bem próprio aquilo que é comum." e chega-se ao conceito dos apropriados e do seu gozo. - "Tudo aquilo que ultrapassa o necessário é adquirido por violência." Q. 66. art. 2. Ad. 2.

São Tomás diz, "deve" - Não apela para a generosidade - dita-lhe um dever e conclui - "Aquele que foge a esse dever é um culpado."

A pobreza é apresentada como um valor no Evangelho - "Beim aventurados os pobres." A pobreza aparece, antes de tudo, como uma libertação.

Os bens da terra aprisionam o homem aos desejos da terra e fazem com que o homem volte para si.

É pois necessário a eles renunciar para seguir o Salvador, ainda mais como Sacerdote. Mons. Rosa, através da vida cultivou a pobreza em si, tão despojado quanto possível, dominado pelo desejo da perfeição "nada ter para só ter Deus". A pobreza absorveu toda sua vida numa característica quase alarmante.

Todos os que conheceram Mons. Rosa são unânimes em afirmar o desapego desse Homem de Deus. "Mal recebia um presente ou dinheiro, doava-o para os pobres, certo de que em sua pobreza era rico em dar."

Seus paroquianos e amigos que eram muitos, tentavam, em vão, suprir sua modesta casa; quantas vezes encontravam, em seu quarto, o colchão desnudo; no frio, sem cobertor pois havia dado aos pobres porque quem batia em sua porta não saía de mão vazias. Só não dava sua surrada batina, porque na realidade ninguém a queria, e era uma veste sacerdotal. Depois de sua morte, um sobrinho apareceu para receber os bens pessoais de Mons. Rosa: uma cama patente, poucas roupas pessoais, um breviário e um genuflexório - foi essa sua herança material. Depois de 91 anos de existência que belíssima lição, mostrando que do mundo só se leva o mérito dos bens que se faz.

A mística da pobreza vivida por Mons. Rosa até as últimas consequências se fundamentou em São Tomás, pois adquiriu vibração intensa por obra do humilde Santo de Assis.

Era terceiro Franciscano, e nessa condição vivia a regra Franciscana de 1221 - "A regra é a vida dos frades e consiste em viver em obediência, em castidade, sem propriedades, na mais pura pobreza, segundo a doutrina e os passos de N. S. Jesus Cristo, observando o Santo Evangelho."

A humildade reclama o desprendimento, o abandono e traz como exigência única, o desejo de ser pobre, totalmente sem posse material.

"Não vos preocupeis com a vossa vida."

"Procurai, em primeiro lugar, o Reino de Deus e a sua Santidade, e o resto vos será dado por acréscimo."

Mons. Rosa viveu desligado das riquezas e durante toda sua vida procurou se desfazer de todos os símbolos que lembrassem essa vã

ambição. Acreditava, com uma convicção franciscana, que a posse de bens exige armas para defendê-los e para tal se violam o Amor de Deus e do Próximo. Consequentemente, sua porta sempre permanecia aberta para quem quisesse entrar em sua casa, se abrigar do pouco que encontrasse.

Por identificação com São Francisco de Assis procurava viver o "privilegio da pobreza."

"Que os irmãos de nada se apropriem, nem de casa, nem de lugar, nem de objeto algum. E eis a excelência da superior pobreza. Seja ela a nossa herança." - São Francisco de Assis.

Eis aí a chave para interpretar o ato de sua renúncia ao Curato, não aceito por criação da Diocese de Piracicaba, quando tinha 73 anos, tão bem descrito pelo Mons. Nardim.

Voltando às bases da vida religiosa, dissemos anteriormente que eram três: a pobreza, a castidade e a obediência. A castidade está ligada a uma concepção, segundo a qual o religioso, por voto, em vista de se santificar, renuncia fundar um lar e faz uma entrega de toda sua vida ao seu Deus. Imola, como sinal e estímulo à caridade pastoral, os desejos tão comuns a todos os homens e adquire uma fonte especial de fecundidade espiritual. Não é exigida pela natureza do sacerdócio, mas se ajusta de mil modos a ela.

Pressupõe uma educação peculiar. É uma constância à toda prova.

Durante a sua formação sacerdotal, Mons. Rosa se ajustou de tal maneira ao exercício da castidade que dele se pode falar que Deus o poupou da concupiscência. No trajeto de sua longa vida sacerdotal não houve, uma única vez, um único comentário malicioso como respeito a tal virtude.

Era um homem comedido, respeitador e educado ao ritual de que não bastava ser, mas era preciso, também, demonstrar, por atitudes acima de qualquer suspeita, a que vinha e porque agia de um modo irrepreensível.

E de Mons. Rosa, nunca, ninguém pode, nos cinquenta e quatro anos que viveu em Piracicaba, insinuar, mesmo que de leve, o mínimo resvalado de conduta.

Era um ponto de honra em sua existência e que jamais foi questionado.

Sabia manter a uma respeitosa distância uma interlocutora mais espontânea e ao confessorário se atinha à orientação da alma penitente.

Não se deixava envolver por amizades pessoais.

Visitava seus paroquianos, era respeitado por eles e se fazia respeitar.

Tinha amigos. Não intimidades.

A consagração a Deus na vida sacerdotal expressa-se pela submissão às regras a que se impôs e aos superiores eclesiásticos.

A obediência, interpretada como meio de santificação, não diminui a dignidade da pessoa humana e necessariamente leva a uma liberdade mais madura, pois ela se submete a uma comunhão com hierarquia. Sendo ativa, voluntária e responsável torna-se uma virtude peculiar do ministro do ensinamento de Cristo, estimula a cooperação e torna-se uma expressão da caridade pastoral, vinculada, que fica aos demais sacerdotes, ao Bispo e ao Papa. Sua expressão maior é sentir-se Igreja. Essa unidade dá o sentido de catolicidade, isto é, universalidade. Através dessa concepção católica é que Mons. Rosa, pároco de Sto. Antônio, na então pequena cidade de Piracicaba, entrava em comunhão com a Igreja Universal, de seu mundo e de seu tempo.

Na manhã de 22 de dezembro de 1900 foi ordenado sacerdote em São Paulo, "os presbíteros, pela ordenação e missão que recebem do Bispo são promovidos para o serviço do Cristo Mestre, Sacerdote e Rei, cujo ministério passam a participar, com poder próprio."

Passam a exercer publicamente o ofício sacerdotal em favor dos homens e em nome de Cristo.

Através de um sacramento - o da Ordem - são assimilados, com caráter especial, configurados com Cristo Sacerdote e participam do múnus dos apóstolos.

A finalidade primeira desse ministério é anunciar a palavra de Deus e não a sua própria sabedoria. Deve santificar-se, sobretudo pela Eucaristia e pelo Ofício Divino e governar o Povo

de Deus; seu poder é dado para edificação, para servir e educar para a maturidade cristã.

Suas relações com os homens devem ser de irmão entre irmãos.

Através desse ministério é que a Igreja terrena não cessa de edificar-se num povo de Deus, corpo de Cristo e templo do Espírito Santo. Nesse sentido se amoldou, com profundo ajuste, a pessoa de Mons. Rosa.

Vamos observar, na longa trajetória sacerdotal de Mons. Rosa, sempre a fidelidade total a seus compromissos assumidos no dia de sua ordenação.

É importante ressaltar os testemunhos dos Bispos a quem serviu, dos presbíteros que conviveram com ele e dos leigos que tiveram o privilégio de servirem, com esse autêntico servo de Deus, à causa de Cristo.

Na carta de saudação do 2º Bispo de Piracicaba, Dom Aníger Francisco de Maria Melillo encontramos o seguinte texto: "Saudando o nosso clero, é-nos gratíssimo sublinhar a figura venerada de Mons. Rosa, expressão lídima das alturas a que chega, no coração do povo, o sacerdote dedicado ao ministério sagrado. Nos seus cinquenta anos de paróquia, o seu ex-coadjutor, osculando-lhe as mãos sagradas, homenageia o clero piracicabano."

Ou ainda o testemunho pessoal de Dom Ernesto de Paula, 1º Bispo Piracicabano: "Quase diariamente recebia a visita de Mons. Rosa e essa visita era como um traço luminoso de amizade, que despertava também os outros para o mesmo carinho para com o Bispo."

"A Piracicaba de Mons. Rosa sempre foi pródiga para suprir as necessidades da Diocese, ou ainda tudo de bom que se pode falar sobre esse admirável sacerdote é extremamente pouco. Foi exemplar sempre."

Com ele ordenou-se Francisco de Campos Barreto que mais tarde tornou-se seu Bispo.

A simplicidade era uma característica do sacerdote. Com extrema simplicidade viveu. Com extrema simplicidade morreu.

Dom Barreto, Bispo de Campinas, dividiu a sua Diocese em quatro vigarias Forâneas, sendo Piracicaba sede, sob o patrocínio de Santo Cura

D'Ars e o cônego Rosa, seu primeiro vigário Forâneo.

Fez-se a escolha de Santo Cura D'Ars como patrono desse território onde coube ao então cônego Rosa o pastoreio dos fiéis. Compreendia as paróquias dos ramais da Sorocabana e Paulista vindos de Campinas. Provavelmente tenha sido providencial tão acertado título: Cura D'Ars.

Se algum dia houver a indicação de um Sto. Cura Brasileiro, Mons. Rosa poderá servir como paradigma com mérito e justiça.

Em 1901, logo após sua ordenação, foi coadjutor da Paróquia de Santa Cecília em São Paulo. De 1902 a 1910 foi pároco de Nosso Senhor do Belém de Descalvado e em 20 de Fevereiro de 1910 foi nomeado por Dom Nery, bispo de Campinas, pároco de Sto. Antônio de Piracicaba. E aqui ficou até sua morte.

O pároco se entrega à cura das almas em determinada parte de uma diocese.

Este pastoreio significa ensinar, santificar e rezar de tal modo que os fiéis e as comunidades se sintam realmente membros da diocese e da Igreja Universal.

A cura de almas deve ser animada pelo espírito missionário e se estende a todos os moradores da paróquia.

No desempenho do magistério é dever dos párocos pregar a palavra de Deus a todos os fiéis, a fim de que, fundamentados na fé, esperança e caridade cresçam os cristãos e a comunidade, testemunhando o Senhor.

Pela catequese é dever do pároco levar os fiéis ao pleno conhecimento do mistério da salvação.

Através da celebração do Sacrifício Eucarístico, centro de toda vida cristã deve o pároco estimular os fiéis à prática de recepção dos sacramentos e à participação consciente da liturgia e do sacramento da penitência com uma humildade apropriada à da vida cristã.

Visitar as casa, escolas, obras de caridade, instituições e desenvolver, em particular, a caridade com os pobres, enfermos e necessitados.

Essas foram as balizas do desempenho sacerdotal de Mons. Rosa em mais de meio século na

condição de pároco e depois cura da Catedral de Santo Antônio de Piracicaba.

Os depoimentos que obtive foram redigidos por paroquianos de Mons. Rosa, que o conheceram profundamente.

Os outros depoimentos orais foram feitos por rapazes (hoje senhores) da Associação Mariana que congregava muitos jovens na época. Frequentavam a casa paroquial com a liberdade de moradores junto ao Mons. Rosa.

Ainda outras informações foram prestadas por seminaristas na época, hoje sacerdotes.

Por ex-Filhas de Maria, associação feminina fundada por Mons. Rosa e pupila de seus olhos.

Por missionárias de Jesus Crucificado, aqui instaladas sob sua aprovação e proteção.

Por membros de famílias de amigos que eram visitados por Mons. Rosa.

Por freiras que aqui exerciam suas atividades na ocasião.

Outras informações foram selecionadas de pessoas credenciadas entre as quais, sem desprestígio das demais podemos citar: Dom Ernesto de Paula, 1º Bispo de Piracicaba, residente em São Paulo; Dom Aníger Francisco de Maria Melillo, 2º Bispo de Piracicaba, falecido; Dom Angelico Sândalo Bernardino, bispo auxiliar de S. Paulo e primeiro piracicabano sagrado Bispo; Dom Mauro Moreli, bispo de Duque de Caxias na Baixada Fluminense; Dom Agnelo Rossi, cardeal Decano da Igreja Católica Apostólica Romana; Mons. José Nardim, pároco em Piracicaba; Mons. Mendes, residente em Piracicaba, seminarista e sacerdote na época historiada; Irmã Maria Estela Ayres, missionária de Jesus Crucificado; Dona Lili Nogueira, esposa do Dr. Luis de Campos Toledo (Dr. Lula), médico e amigo pessoal de Mons. Rosa; Dona Chiquita Aruda, vizinha e uma das provedoras da casa paroquial; Dr. João José Correa, vizinho e amigo; Tércio Mendes de Campos, ex-mariano que cuidava voluntariamente do asseio pessoal de Mons. Rosa e o acompanhava quando ele era solicitado para visitas aos doentes e moribundos; Cacilda Silveira de Moraes, ex-filha de Maria,

integrante da ação católica e participante ativa dos movimentos religiosos no tempo de Mons. Rosa.

Todos os depoimentos foram analisados, comparados para comprovar a veracidade. Ninguém pode negar que Mons. Rosa era um Santo Sacerdote.

Mons. Rosa mantinha uma relação muito evangélica com a política.

Reivindicava o que "era de Deus a Deus e a César o que era de César."

Respeitava a autoridade constituída ou delegada e se fazia respeitar por ela. Não se envolvia em contendas partidárias e se portava como um sacerdote. Sua casa era de todos e no confessionário, segundo testemunhas de sua época, ouvindo pessoas com envolvimento partidário, se atinha às coisas de Deus.

Levava bem presentes os ensinamentos de Pio X, de 1910, na encíclica "Sobre os Erros de Sillon" - "A autoridade, é certo, emana de Deus, mas reside principalmente no povo e daí deriva, por via de eleição, ou melhor ainda, de seleção, sem, por isso, deixar o povo e se torna independente dele; ela será exterior, somente na aparência; na realidade, ela será interior, porque será uma autoridade consentida. Se o poder emana do povo, aqueles que os exercem na sociedade, não o fazem com autoridade própria, mas como uma autoridade a eles delegada pelo povo e sob a condição de poder ser revogada pela vontade do povo de quem eles a receberam..."

"Os que presidem o governo da coisa pública podem bem, em certos casos, serem eleitos pela vontade do povo, mas essa escolha designa o governante, não lhe confere a autoridade de governar, não lhe delega o poder. Apenas designa a pessoa que dele será investido..."

"O povo continua a ser o detentor do poder..."
Nessa condição de procurador do poder do povo, o governante, a autoridade, era entendida por Mons. Rosa. Poucos e raros são aqueles que assim entendem o poder do mandatário.

A Tese Paulina de submissão à autoridade para as coisas de César previa, necessariamente, todas as etapas possíveis de sociedade humana. E

ao seu tempo os eventos impeliam para a democracia e consolidação da República.

Nascido ainda no final do regime monárquico, por estudos e testemunhos sabia como nascera a República. A influência dos iluministas e dos positivistas.

O "Syllabus" de Pio IX - documento doutrinal contendo os principais erros que se espalhavam pelo mundo católico debaixo dos rótulos da ciência, da civilização e do progresso, era matéria constante nos currículos dos seminários. No Brasil, os porta-estandartes desses desvios eram perfeitamente identificados.

Em Piracicaba, seus redutos eram o Partido Republicano e a Loja Maçônica que praticamente se fundiam num só todo. O Positivismo de Augusto Comte era o traço de união entre essas forças políticas.

Na primeira metade do século XX, a disputa do poder civil em Piracicaba girou, basicamente, em torno desses agrupamentos e a ruptura desse ciclo determinante só vai ocorrer na segunda metade do século por uma inspiração de ordem social. O poder civil se transfere necessariamente da elite aristocrática nativa para os senhores das terras; destes para os profissionais liberais; chega às mãos dos empresários e comerciantes e desemboca nos trabalhadores. O poder civil escapa da dominação maçônica-positivista, por um enfraquecimento dessas forças ocorridas coincidentemente na revolução de 64.

O inchaço de Piracicaba, ocorrido nos anos 70, com o afluxo maciço de imigrantes do norte do país para o corte de cana e a suprir pelo surto de desenvolvimento industrial com a implantação de seu distrito industrial, desequilibra o controle anterior político e seus cacifes eleitorais, descharacterizando o processo seletivo e restrito tão evidente na metade primeira do século.

Mons. Rosa assumiu, em 1910 a Paróquia de Piracicaba; em 20 de Fevereiro, das mãos do Cônego Marçal Ribeiro. A cidade encontrava-se dividida em frações favoráveis ao anterior vigário, Mons. Soledade, e aos que exaltavam as virtudes dos frades capuchinhos.

Dom Nery, bispo da Diocese de Campinas à

qual Piracicaba pertencia, providencialmente escolheu para vigário de Piracicaba um padre secular que era um terceiro franciscano.

Os frades capuchinhos haviam se instalado em Piracicaba nos anos 90 do século XIX.

Eram frades da região do Trento, Alta Itália, seguidores da regra de São Francisco, já comentada no início desta biografia e que, por ordem papal, deveriam seguir a regra franciscana de amor à pobreza e divulgação da devoção ao Sagrado Coração de Jesus. A essa devoção consagraram a Igreja hoje chamada popularmente "dos Frades".

No final do século passado, devido à imigração italiana que veio para substituir, na lavoura do café, o trabalho do negro escravo era grande o contingente peninsular em Piracicaba, e assim, por afinidade quer racial como linguística, procurou-se a identificação com os discípulos do "povaréllo".

O maior contingente imigratório de além do mar provinha de regiões de Alta da Itália e naquela época a nacionalidade italiana ainda não tinha a consistência de hoje, pois a independência da Itália é bem posterior à independência do Brasil.

Essa afinidade com os frades da Alta Itália se fez repercutir em Piracicaba, nos imigrantes e descendentes provindos dessa região. Alastrou-se como rastilho aos meridionais, embora minoria, mas ligados ao grito de independência de Garibaldi.

Para os imigrantes italianos, no início do século XX, a Itália como nação, não fazia muito sentido, mas tinham todos, raízes seculares nas regiões de que provinham e os frades, além de falarem a língua comum ainda eram discípulos de São Francisco.

Mons. Soledade não poderia entender e avaliar essa dualidade em sua paróquia. Não era própria de cristãos! Porém, Mons. Rosa, aqui chegando, de imediato procurou os capuchinhos, tornou-se penitente deles e na condição de Franciscano 3º, incorporou-os à sua paróquia, quer como padres coadjutores, quer como pregadores

e a unidade católica restabeleceu-se pela singularidade do bom senso.

Durante os cinquenta anos de seu vicariato soube manter uma relação harmônica com a comunidade franciscana.

Beneficou-se dela e por ela soube contribuir. Somou e não dividiu.

O mesmo soube fazer com Mons. Martinho Salgot, originário da Espanha e condutor da paróquia do Bom Jesus, situada no bairro Alto, hoje cidade alta por estar no topo de uma colina.

Seu lema era integrar e soube, até o fim. Integrar e aceitar para o bem da Igreja, paróquias, capelas e instalação do Bispado. Possuía a virtude da conciliação.

Foram longos anos de integração harmônica onde a postura simples mas altaneira de Mons. Rosa, conseguiu se impor, sem conflitos.

Sabia a hora certa de renunciar por um ideal maior, de encolher para o Reino de Deus aumentar.

Consciente de suas limitações como pregador da palavra convidava e acolhia, com imensa gratidão, os oradores que aceitavam seus convites, principalmente nas maiores celebrações litúrgicas. Quando a idade avançou e devido à catarata bilateral, passou a ter dificuldade no esquematizar suas pregações.

"Oportet Illum Regnare" - tese paulina, escolhida e inserida posteriormente no Brasão de um Bispo Campineiro de Joaquim Egydio, presbítero da mesma igreja particular a que pertencia, bem poderia ter sido o seu lema. Em 1937, a Igreja de Campinas acolheu um presbítero que se ordenava em Roma. Filho de um imigrante italiano, colega de colégio de muitos piracicabanos, no Liceu dos Salesianos de Campinas, o jovem Pe. Agnelo Rossi tornou-se irmão de Mons. Rosa.

Logo após a morte de Mons. Rosa, aquele sacerdote, então cardeal Arcebispo de São Paulo, por ocasião do bicentenário de Piracicaba aqui esteve e fez questão de visitar e orar no túmulo de Mons. Rosa, na cripta da Catedral de Santo Antônio de Piracicaba.

Em sua visita a Piracicaba em 15 e 16 de julho de 1990, o Eminentíssimo Cardeal Dom Agnelo

Rossi, hoje Decano do Colégio Cardinalício, ex Prefeito da Santa Sé, ex Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos, Auxiliar direto e substituto eventual de Sua Santidade o Papa João Paulo II, recordou com precisão a figura de Mons. Rosa.

Com invicta percepção Dom Aniger Francisco de Maria Melillo, 2º bispo de Piracicaba, ex coadjutor de Mons. Rosa, quando da morte deste biografado, tão humilde quanto insigne, reservou-lhe um local na cripta da Catedral. Ali seriam postos seus despojos. Esse local, tradicionalmente reservado aos bispos da Igreja, acolheu, para a veneração dos fiéis o corpo do Cura D'Arts de Piracicaba. O Monsenhor, o amigo, o vigário. Medida providencial que o futuro irá valorizar.

Esse mesmo futuro reservará a Dom Melillo - ex coadjutor de Mons. Rosa, o reconhecimento do desempenho excepcional na condução da diocese nos anos difíceis e atribulados em que aqui exerceu o seu Munus Episcopal.

Homem predeterminado geneticamente para ser santo, e que por mérito próprio se aperfeiçoou, a seu pai viúvo, ordenou sacerdote por especial deferência do Cardeal de São Paulo de então, Dom Agnelo Rossi.

Esse acontecimento ímpar na história da igreja católica no Brasil, possui um significado especial e na genealogia eclesial, no seu devido tempo, fará sentido, pois todas as linhas ascendentes, precedentes e acessórias falam altamente a favor do biografado.

No final de sua vida, enfermo pela idade, enescente, mas não senil, segundo depoimento do Dr. João José Correa, ex colega de Dom Agnelo Rossi no Liceu Campineiro, vizinho desde menino de Mons. Rosa, médico conceituado e respeitado por todos os seus colegas de profissão, de antiga estirpe piracicabana, ex diretor clínico da Santa Casa de Misericórdia, por anos, irmão da misericórdia, reconhecido pelos piracicabanos por sua honestidade e integridade, chefe de família exemplar e cidadão de respeitabilidade incontestada, Mons. Rosa recolhe-se a Santa Casa aspirando adentrar na eternidade.

Por insistência de seu amigo, Dr. Luiz Gon-

zaga de Campos Toledo, o estimado Dr. Lula dos piracicabanos, então diretor clínico da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba e primeiro Presidente além de fundador da Regional da Associação Paulista de Medicina, Mons. Rosa optou pela residência final de seus dias na Santa Casa local.

Essa mesma Santa Casa de Misericórdia que arrebatara das mãos de dirigentes maçons - segundo Mons. Nardim, seu biógrafo maior, quando no começo do século aqui em Piracicaba chegou na condição de vigário de Santo Antônio, devolvendo a instituição, hoje secular, às suas origens de hospital, prioritariamente dedicado à pobreza e que hoje está novamente a exigir o retorno às suas origens:- Instituição pertencente à comunidade piracicabana destinada prioritariamente à pobreza e secundariamente a quem possa pagar.

Mons. Rosa, um dos patronos dessa entidade assistencial de elevado padrão, seria capaz de sair da cripta da Catedral para reconduzir essa entidade católica aos seus fundamentos caso não encontre piracicabanos atuantes e vivos em condições de atender ao clamor da população e de todos os cristãos que contribuirão, nesses últimos cem anos, para erigir a entidade que de fato e de direito pertence a toda Piracicaba.

Em 7 de Junho de 1965, Mons. Rosa expirou na Santa Casa de Piracicaba.

Assitiam-no, no ato da entrega de sua alma à Deus, Dom Aniger, seu ex-coadjutor e Bispo, que com ele permaneceu confortando-o e dando-lhe a Unção dos Enfermos; uma religiosa franciscana residente no hospital e Dona Lili, esposa do Dr. Lula, Dona Valentina Nogueira de Toledo.

Segundo depoimento pessoal dessa dama piracicabana, rezaram, horas a fio, os mistérios do terço, invocando Santa Maria do Bom Conselho e da Boa Morte.

A morte, por excelência, cristã, necessariamente configura o prenúncio da vida eterna de Mons. Manoel Francisco Rosa.

O próprio Bispo de Piracicaba, invocando a ladainha de todos os Santos, fechou-lhe os olhos que já não mais enxergavam para a vida terrestre

e se abriam para a eternidade. Eram 16 horas dum tarde fria de Piracicaba.

Nascido no dia da festa litúrgica de Nossa Senhora do Bom Conselho, expirou com a invocação de Nossa Senhora do Bom Conselho após ter vivido 91 anos entre os homens.

No mesmo dia, o ato nº 403 do prefeito de Piracicaba Sr. Luciano Guidotti "Ad Instar Participatum" - protonotário Apostólico, Mons. Manoel Francisco Rosa, declara ponto facultativo nas repartições públicas o dia 8, hasteando-se bandeira em funeral nas repartições e luto oficial de três dias pela perda do seu mais velho e estimado sacerdote, residente em Piracicaba, desde 1910 e dedicando-se com todo amor para o bem de seus semelhantes.

No mesmo dia, em sessão extraordinária, o legislativo municipal externa o pesar da cidade pelo falecimento de Mons. Rosa e em regime de urgência, associando-se às homenagens póstumas do virtuoso sacerdote aprova, com dispensa de redação, projeto de lei concedendo autorização para o sepultamento de Mons. Rosa, a pedido do Bispo Diocesano, na Cripta da Catedral.

No dia seguinte, o jornal de Piracicaba abre toda sua 1ª página para noticiar o falecimento de Mons. Rosa, relata as decisões da prefeitura e câmara de vereadores, estampa a biografia do falecido e publica um artigo de fundo sobre a relíquia que representa Mons. Rosa ao povo piracicabano, da lavra de João Chiarini, iniciando sua argumentação com as seguintes palavras: "Essas gerações últimas não perceberam que houve um padre inacátavel", e finalizava com a frase: "uma relíquia piracicabana."

O corpo de Mons. Rosa permaneceu em câmara ardente na Catedral à visitação pública até o officio religioso concelebrado pelo Sr. Bispo e todos os padres da Diocese, às 18 horas do dia 8 de Junho de 1965, além de sacerdotes de toda a província religiosa e vizinhas, religiosas e leigos, quando então foi sepultado na Cripta da Catedral de Santo Antônio de Piracicaba.

A cidade de Piracicaba, em peso, desfilou durante todo o dia, prestando-lhe a última homenagem e registrou-se a presença de todos os

líderes religiosos da cidade pertencentes as outras seitas num ritual ecumênico sem precedentes na história dessa comunidade.

Por ocasião do centenário do nascimento de Mons. Manoel Francisco Rosa, o Mons. José Nardim dedicou-lhe a biografia que segue anexa, devido a sua importância histórica e pesquisa beneditina no livro de Tombo (desaparecido) da Catedral de Santo Antônio de Piracicaba e larga convivência com o biografado.

II

Quando do centenário do nascimento de Mons. Rosa, dei busca no Livro Tombo da Paróquia de Santo Antônio e obtive outras informações pessoais e outras de que tinha conhecimento pelo mesmo Mons. Rosa, em conversa com ele.

Nascido em S. Roque, 26 de Abril de 1874. Seus Pais: Antonio Claudino Rosa e d. Izabel Francisca Rosa. Foi Batizado em S. Roque.... Entrou para o Seminário Diocesano de S. Paulo, no Bairro da Luz, em 1890. Aí fez os Cursos: Básico, Filosofia, e Teologia. Sua ordenação sacerdotal se deu no dia 22 de Dezembro de 1900; seus colegas de ordenação: Dom Francisco de Campos Barreto, Bispo de Campinas e Mons. João Batista Ladeira, que foi Presidente do Cabido Metropolitano de S. Paulo e Vigário Capítular de S. Paulo. Em 1901 foi coadjutor da Santa Cecília, em S. Paulo. De 1902 a 1910 foi Pároco de N. Sra. do Belém de Descalvado. Aí restaurou e reformou a Igreja Matriz. Com a Madre Canuta, Franciscana de Piracicaba, fundou o Asilo para meninas órfãs. No dia 20 de Fevereiro de 1910, é nomeado Pároco da Paróquia de Santo Antonio de Piracicaba. A situação religiosa da cidade estava um tanto complicada, os fiéis divididos entre as facções favoráveis ao Vigário, Mons. Soledade, e as facções favoráveis aos Frades Capuchinhos, criando sérios problemas parociais. Dom Nery o mandou precisamente para estabelecer a paz. Foi-lhe fácil resolver o problema. Assim que tomou posse, como era Terceiro Franciscano, foi visitar o Convento, con-

vidando os Freis para celebrar na Matriz a Missa Paroquial e serem seus coadjutores. Desse modo pode pensar em assistir a Paróquia de modo mais eficiente, atendendo os Bairros da Cidade: Imaculada, Bom Jesus, Santa Cruz, Rua do Porto e cuidar da catequese domiciliar, nas casa das pessoas que pertenciam às Irmandades que ele foi fundando, para desenvolver a vida cristã e chamar o povo para a Igreja Matriz.

Quando veio para Piracicaba ele já era Cônego Fundador do Cabido Diocesano de Campinas, criado por Pio X aos 22 de Julho de 1909 e instalado no dia 3 de Novembro de 1909.

É interessante ler o seu relato no Livro do Tombo sobre as suas três primeiras visitas: ao Convento, ao Colégio Assunção e ao Asilo de Órfãos e suas perspectivas, ainda nos primeiros dias.

Além da catequese, sua 1ª Irmandade foi a Pia-União das Filhas de Maria, a que se desvelou toda sua vida e que fez ser um autêntico vergel de vocações religiosas e casais exemplares. Anos seguidos organizou as várias Associações e alimentou com zelo as existentes, basta ler o Livro do Tombo.

A Santa Casa da Misericórdia estava sob a administração de um grupo de Maçons e isso o inquietou e era preciso cuidar religiosamente dos doentes e mais, que para funcionar como Capela para o santíssimo, era o vão debaixo de uma escada. Pessoalmente, conseguiu ser Irmão e convidar novos Irmãos em número capaz de vencer uma eleição e renovar a sua diretoria, o que conseguiu e assim o Salão Nobre foi feito Capela e as Irmãs Dominicanas vieram e cederam depois seu lugar para as Franciscanas até o dia de hoje, e foi possível construir um novo pavilhão. Tudo isso ao tempo da Santa Casa na rua Dr. Antônio Pinto.

Dom Francisco de Campos Barreto divide a Diocese em quatro Vigarias Farâneas, sendo Piracicaba sede sob o Patrocínio do Santo Cura D'Arts e o Cônego Rosa seu Primeiro Vigário Farâneo, compreendendo as Paróquias dos Rãmais da Sorocabana e da Paulista, vindos de Campinas.

Em 1922 adquiriu o órgão de tubos vindo da

França; em 1924 um incêndio destruiu o Altar Mór que era de madeira, estilo barroco e bonito. Foi feito um novo altar de mármore todo de carara que foi desmanchado quando da construção da nova Catedral.

Em 1935, jubileu de prata do seu paróquio, foi eleito Monsenhor Camareiro Secreto do Santo Padre Pio XI.

Em 1936 adquiriu a Casa Paroquial, rua XV de Novembro, 122. Era herança do Coronel Aquilino Pacheco. Foi adquirida do seu herdeiro Marcolino de Campos Pacheco, que só vendeu porque era pedido de Mons. Rosa e por quarenta contos de reis, para pagar em prestações mensais, durante o ano, sem juros e como pudesse. A irmandade do SSmo. ajudou Mons. Rosa no pagamento. **CRIAÇÃO DO BISPADO DE PIRACICABA - UMA NOVA FASE NA VIDA DE MONSENHOR ROSA.**

Sentiu-se incapaz de realizar a preparação para a instalação do Bispado, adaptação da Igreja, residência episcopal e quanto fosse preciso. Uma Comissão sob a direção de Dom Paulo de Tarso Campos e sacerdotes por ele escolhida e alguns leigos, tudo prepararam sob as orientações do Sr. Bispo de Campinas.

8 de Setembro de 1945, Posse de Dom Ernesto de Paulo.

A simplicidade de Mons. Rosa era congênita à sua vida desde os tempos de Seminário; era a virtude personificada nele; estudioso, de memória prodigiosa; conhecedor de várias línguas de que era formada a sua biblioteca; o português era castiço, o francês, o espanhol, o italiano e o latim que traduzia corretamente, inclusive os clássicos; conhecedor da história universal e do Brasil, assíduo estudioso da teologia e da Sagrada Escritura. De uma fé ímpolita, num tempo de lutas religiosas, não admitia outras religiões e nem outro exercício da caridade, que não fosse de fonte cristã. Por isso lutou pela preservação da fé frente ao protestantismo, ao espiritismo e à maçonaria de modo especial, quando o maçom de fato não aceitava a Igreja.

Assim é curioso saber que tão rica era a sua simplicidade, que jamais sua luta feria qualquer

pessoa, ainda quando estigmatizasse com veemência. Sua palavra era acatada por todos, quando de qualquer celeuma, a sua presença era certeza da paz e da reconciliação entre as partes e seu argumento era Jesus Cristo. Sua dedicação à salvação das almas, é testemunho eloquente o tempo que estava na Igreja, no confessionário e aí estão dezenas e dezenas de sacerdotes e religiosas que levou à consagração e a Deus. Era um autêntico Homem de Deus. Cada ano e vezes por ano, as famílias, as Irmandades e os amigos iam à sua casa para ver se precisava de alguma coisa, pois mal recebia um presente ou dinheiro, levava para os pobres, certos de que a sua pobreza era rica em dar.

Um caso singular que revela a sua genuína simplicidade e ao mesmo tempo o amor às vocações sacerdotais; quem dissesse que queria ser padre, tinha toda a sua atenção.

A boa Mãe pobre, humilde e piedosa procurou o Cônego Rosa para dizer-lhe que seu filho queria ser padre e ela não tinha meios para atender o seu filho. Logo disse: o Sr. Bispo, Dom Nery vem para a visita pastoral, venha com o seu filho à hora do almoço para falar com o Sr. Bispo. Assim aconteceu e o Cônego Rosa pediu ao Sr. Bispo que deixasse a mesa e fosse atender aquela mãe e o menino. Os homens de Deus se entendem. Dom Nery ao fim da Visita Pastoral levou o menino para ser padre. Na palavra de Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, Arcebispo de S. Paulo, esse sacerdote era um dos mais sábios entre os mais eminentes sacerdotes do Brasil. E como testemunho de gratidão, acrescentou ao seu nome Nery; é o saudoso Mons. José de Castro Nery, que morreu no serviço da Igreja Universal, como um dos eminentes juristas na reforma do Código do Direito Canônico. Simplicidade é virtude, é sabedoria das coisas de Deus; não é ignorância, nem acomodação; até mesmo na ordem da natureza é ser sábio, os grandes cientistas, mestres abalisados, são pessoas simples desde o seu linguajar até a suas atitudes; parecem simples despreocupados, mas têm sensibilidade para saber estar no seu lugar.

Uma reunião convocada pelo Sr. Bispo Dom

Ernesto de Paulo com a presença dos Párocos, dos Religiosos e Religiosas, Diretorias das Irmandades e Ação Católica e Membros das Comissões para o Bispado, foi um momento angustioso para a sua alma. Agora ele tem setenta anos, não é mais jovem e nem sua missão é competir com os jovens. Sentiu necessidade de renunciar a Paróquia de Santo Antônio, o Curato da Catedral e seria a mais emotiva de suas decisões. Seria isso orgulho? Seria um ato de humildade válido? Sentia o bafejo das amizades e o peso de novas responsabilidades. Procurou um sacerdote para seu conselheiro, homem experiente e temente de Deus, lá em Campinas. Expôs o drama de sua consciência, estava disposto até deixar Piracicaba, se essa fosse a melhor solução, a Cidade que ele amava e onde viveu solidamente a sua vida sacerdotal e construiu de fato, o Reino de Deus nas almas e na sociedade com sua vida ilibada.

A resposta foi esta: Não é hora nem de deixar o Curato da Catedral nem de deixar Piracicaba. Dê o seu apoio ao Sr. Bispo. O seu apoio a que tem para dar é o suficiente; uma palavra sua é mais preciosa que tudo que pensa sem a sua presença.

Voltou para o seu holocausto; continuou o seu ministério aqui como quem abre caminhos e aplaina o chão para que outros caminhem e assim foi até a sua morte.

Em 1950, 22 de Dezembro, Dom Ernesto quis a Catedral em condições de lá celebrar o aureo jubileu sacerdotal de Mons. Rosa.

A Santa Sé lhe conferiu o Título de Monseñor Patronotário Apostólico, que tem como insígnias a Cruz Peitoral e a Mitra, nas celebrações solenes, a pedido de Dom Ernesto de Paulo.

Para conseguir tudo a bandeira era esta: Contribuir para as Obras da Catedral, para os paramentos, pratarias, alfaias e adornos necessários para a solenidade de um grande Pontifical, em homenagem ao áureo jubileu sacerdotal de Mons. Rosa.

E tudo foi conseguido em pouco tempo e era de ver na sua singeleza, procurar o Sr. Bispo quase todos os dias, para saber se não lhe estava faltando alguma coisa. Sua só visita era como um traço luminoso de amizade, que despertava também os

outros para o mesmo carinho ao Sr. Bispo.

Um dia o Sr. Bispo confiou-me: Quando decidi construir a nova Catedral, fiquei receoso, dadas as circunstâncias, e movimenteí alguns amigos da Capital para algum auxílio se precisasse; mas até o fim nunca precisei desse auxílio, Piracicaba de Mons. Rosa foi pródiga.

No ano de 1950, o Prefeito Luiz Dias Gonzaga pela lei 155 de 9 de XII de 1950 dá a uma rua o nome de Mons. Rosa.

Em 1952, 9 de VII, o Prefeito Dr. Samuel de Castro Neves aprovava o projeto do Dr. João Batista Vizioli e lhe dá o Título de Cidadão Piracicabano.

Em 1960 celebra cinquenta anos de Pároco da Paróquia de Santo Antônio, agora já encanecido, solícito dos seus paroquianos, resta-lhe os seus passos vacilantes até a Catedral para celebrar, para atender confissões. Por fim, seus últimos anos, o Dr. Meirelles, seu amigo e dedicado Provedor da Santa Casa, lhe reserva um apartamento para que pudesse ser tratado pelos médicos seus amigos, pelas Irmãs Franciscanas, que tantas ele formou, por todos de lá que o veneravam; era continuar agora, em seu leito, os últimos exercícios de sua vida pastoral, com Cristo, em Cristo, e por Cristo; salvar mais almas, edificando a todos e preparando-se para o definitivo gesto de um adeus até a eternidade.

O Sr. Bispo, Dom Aniger Francisco Maria Melillo, dignou-se num ato de profundo amor, reservar para Mons. Rosa, de quem fora colaborador em 1937, o seu sepultamento na Cripta da Catedral, com singelo e expressivo epitáfio, que quis significasse os seus mais recônditos sentimentos de veneração por Mons. Rosa.

Notas: Documentos referentes a esta obra e citados pelo autor, tais como:

- 1 - Carta do Bispo Diocesano: Dom Eduardo Koalk;
- 2 - Carta do Bispo Titular da Gerocessarea: Dom Ernesto de Paulo;
- 3 - Carta de Dom Angélico Sândalo Bernardino
- 4 - Publicação do jornal de Piracicaba, relatando o falecimento e providências oficiais;
- 5 - Publicações: Uma Relíquia e Memórias de - João Chiarini; Nomes que a cidade guardou - de Lenandro Guerrini e demais notícias estão arquivadas no prontuário do autor no I.H.G. de Piracicaba.

O CENSO DE 1822 E AS RELAÇÕES DE PODER EM VILA NOVA DA CONSTITUIÇÃO

(Contribuição à História de Piracicaba)

Mary Therezinha Germano Percin

Os Maços de População arranjados no Depto. de Arquivo do Estado de São Paulo guardam uma Memória importantíssima para as análises estatísticas e a historiografia regional. A lata nº 154 contém, entre outras preciosidades, a Lista Geral dos Habitantes que integram o Corpo das 3 Cias. de Ordenanças de Vila Nova da Constituição (Piracicaba), revelando detalhes interessantes, bastante minuciosos, sobre os fogos (lares) declarados. Este documento constitui-se de três cadernos em papel manuscrito (frente e verso) dotados de razoável caligrafia, mediante a qual são registrados os fogos e especificidades relativas à 1ª Cia. de Ordenanças (exclusivamente Piracicaba), à 2ª Cia. de Ordenanças (relativos à Piracicaba e à Freguesia de Santa Bárbara) e a 3ª Cia. de Ordenança (exclusivamente Freguesia de Araraquara). Respectivamente, 306, 342 e 146 personalidades declarantes às autoridades responsáveis pelo censo de 1822, ou sejam 794 fogos.

Para efeito dos nossos objetivos imediatos⁽¹⁾, analisaremos os conteúdos pertinentes as duas primeiras listagens pois, Araraquara, apesar de pertencer ao Distrito da Vila da Constituição localizava-se numa Freguesia bastante afastada e, logo, também foi erigida Vila. Preferimos observar de perto as personalidades recenseadas junto ao rossio e aos bairros rurais de Piracicaba, incluindo Santa Bárbara, porque esta ainda não se individualizara no contexto, apesar de Freguesia⁽²⁾.

Este documento faz-se acompanhar de diversas tabelas, onde os autores, às vezes, cometem erros de soma ou desencontros quanto às

informações procedentes da 1ª, 2ª ou 3ª Cias. Demos pela ausência de conhecidíssimas personalidades e pela repetição de outras nas duas primeiras listas. O próprio Capitão-Mor João da Silva, oficiando a São Paulo, pede que os defeitos sejam relevados. Particularmente, refizemos os cálculos e obtivemos dados aproximados, porém jamais coincidentes. Dadas as circunstâncias da época, os valores expressos não poderiam beirar a exatidão; o valor deste documento baseia-se, justamente, na aproximação com a realidade e nos esclarecimentos de natureza sócio-econômica, apresentados num momento em que Piracicaba se transformava, graças ao seu progresso, e se erigia Vila Nova da Constituição.

A primeira Lista foi preparada pelo Capitão Domingos Soares de Barros, Comandante das Ordenanças de Piracicaba, desde os tempos de Freguesia. É encabeçada pelo Capitão-mor, eleito no momento da instalação da Vila, o poderoso Senhor de Engenho, Capitão João José da Silva; contém 11 Esquadras e parece observar um critério geográfico antigo: do rossio, a partir da "Estrada de Itu ou Rua do Porto que vai para Araraquara" (antiga Rua do Picadão para Mato Grosso é, atualmente, Rua Moraes Barros) para a periferia, abrangendo a zona rural. Nesta se incluem os bairros do Rio Abaixo (os dois lados do rio), da Estrada do Pau Queimado, Porto Feliz e Itu; e de Taquaral. Não há grande preocupação em discriminar os bairros, apenas em numerar as 11 Esquadras.

A segunda Lista foi preparada pelo Alferes Manoel Joaquim Pinto de Arruda, que a encabeça; contém 14 Esquadras e parece abranger

(1) Vide as relações em epígrafe

(2) Estudaremos 648 fogos

parte do rossio, a partir da Rua Moraes Barros em direção à zona rural, compreendendo os seguintes bairros: Rio Acima (os dois lados do rio), Boa Vista, Monte Alegre e Pinhal; Ribeirão da Geada e Limoeiro, Corumbataí; Bairro da Freguesia de Santa Bárbara; Bairro do Alambari e Estrada de São Carlos. Por razões já declinadas, omitimos o enorme território ocupado pelo antigo Bairro de Araraquara e 1ª Fazenda (Tombamento de 1818). Na segunda Lista o relatório é mais minucioso, constando as designações dos bairros, além das 14 Esquadras.

Em ambas as listas observam-se os mesmos critérios. Numa sequência ordinária são apresentados os nomes dos cabeças dos fogos (lares), seja homem ou mulher, seguidos da naturalidade, idade, estado civil (solteiro, viúvo ou casado), e cor (branco, pardo, cabloco ou negro). Na linha abaixo são declarados os números de filhos, agregados (geralmente parentes) e escravos. À margem direita constam informações ocupacionais sobre o declarado, tais como: "milicianos", "vive dos seus negócios", "alfaiate", "vive dos seus jornais", ou "de suas agências", "senhor de engenho".

Quando se trata de agricultor ou senhor de engenho, declaram-se os valores em mil réis adquiridos no comércio da safra de açúcar nas três modalidades: branco, redondo e mascavo; quando se produz aguardente, a mesma é avaliada em canadas⁽³⁾. Seguem-se os dados referentes à produção de alimentos, avaliada em alqueires⁽⁴⁾, geralmente milho e feijão; às vezes, aparecem arroz e algodão, e, com mais raridade, o fumo. O milho é o gênero mais produzido, uma vez que serve aos homens e aos animais. Indicadores de maior fatura são os produtos da pecuária, uns poucos capados, alguns terneiros (bezerros) e raros potros.

Embora haja alguns potentados rurais, predominam os pequenos agricultores ou sitiantes (Pp e Ps), aparecendo também aqueles que, não raro, sobrevivem em plena miséria. Às vezes, são

anotados os preços resultantes da venda dos capados (2\$560, 3\$000, 3\$200, até 4\$000), das arrobas⁽⁵⁾ de fumo (1\$600, 1\$920 até 2\$000) ou dos alqueires de feijão e milho (\$640). Raros são os exportadores de açúcar e grandes produtores de alimentos (Capitão-mor João da Silva, o Dignatário Vergueiro, o Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão), pois muitos ainda estão desenvolvendo as propriedades ou vendendo pequenos estoques aos receptadores. Apesar de rápida multiplicação dos engenhos, a produção ainda é discreta. Há vários partidores e gente plantando cana de sociedade.

Vergueiro é o potentado em terras, número de propriedades, produção açucareira, alimentos, escravaria, havendo por enquadrar os seus bens (e da sua sociedade) nas duas Companhias de Ordenanças. Seguem-se outros poderosos: o Capitão-mor João José da Silva, o Capitão Domingos Soares de Barros, o Tte. Cel. Theobaldo da Fonseca e Souza, o Ajudante Albano Leite do Canto, o Alferes Manuel Morato do Canto (todos da 1ª Cia.); o Alferes Manoel Joaquim Pinto de Arruda, a sua mãe, D. Maria de Meira e Siqueira (também engenheira), o Alferes José Caetano Rosa, o Capitão Manoel de Barros Ferraz, o Tte José Joaquim de Sampaio (todos na 2ª Cia.).

Há diversos proprietários ausentes e onze engenhos permanentes com Administradores. Destes, 4 pertencem a 1ª Cia. e 7 a 2ª Cia. Ao todo, três são da sociedade de Vergueiro (1ª e 2ª Cia.), dois são de Bento Paes de Barros (2ª Cia.). O Padre Fiuza, o Capitão Manuel Rodrigues Jordão, o Brigadeiro Joaquim Mariano Galvão, e o Capitão Manoel da Cunha Barbosa, aparecem com um engenho respectivamente; dois são proprietários desconhecidos.

Quanto ao sexo, há mulheres comandando as unidades produtoras, seja de alimentos e criatório, seja de cana e fábrica de açúcar. Não são tão raras como se pensa e, entre os 49 Engenhos, há seis senhoras engenheiras, duas delas em pleno rossio:

(3) Canada: medida de capacidade; 2,622 litros aproximadamente

(4) Alqueire: neste caso, medida de capacidade; 13,8 litros aproximadamente

(5) Arroba: Medida de peso; 14,689 Kg, geralmente arredondada para 15 Kg

Da. Maria Arruda, proprietária do Engenho do Salto e Da. Marta de Meira e Siqueira, proprietária do Engenho do Bom Jardim (antiga sesmaria do Bom Jardim de cima do Salto).

Das 369 unidades produtivas agrícolas (1ª e 2ª Cias.) contabilizamos 366 proprietários onde se incluem os 61 empresários da cana. Inegavelmente, a maior concentração de escravos está ligada à produção dos açúcares e a grande produção de alimentos. Observamos ainda, que o maior número dos engenhos localiza-se na 1ª Cia., sem dúvida, ligados ao complexo da produtividade e da exportação, voltados para a estrada de Itú.

Concentrando parte exponencial da propriedade da terra, da produção e da escravaria, os Senhores de Engenho são figuras de grande destaque no cenário sócio-econômico e ainda peças-chaves no jogo do poder. Por ocasião das eleições para a composição do 1º governo municipal e comando das Ordenanças, empenharam-se em acirradíssima disputa, segundo as duas tendências ideológicas da época, liberais e absolutistas. Vergueiro, possuidor de diversas propriedades com engenhos, e Bento Paes de Barros (duas propriedades com engenhos) exerceram fortíssimas influências liberais, enquanto que o Tº Cel. Theobaldo da Fonseca e Sousa, o Tº José Joaquim de Sampaio e o Alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda lideraram os absolutistas⁽⁶⁾.

Toda a vez que o elemento recenseado integra o militarizado da cia., aparecem registradas a sua patente ou o seu posto: "Sargento e miliciano", "Soldado e miliciano", ou simplesmente "Cabo", "Alferes". Como toda Companhia era subdividida internamente em Esquadrões (critério baseado no número de assentamentos e na distribuição geográfica dos bairros) cada Cabo encabeça a relação do seu próprio enquadramento.

Com relação às mulheres, cometeram-se frequentes omissões de naturalidade, idade e ocupação. Quituteiras e padeiras, quitandeiras, paneleiras e ceramistas, costureiras, lavadeiras,

costumam aparecer sob a designação genérica de "vive das suas agências ou indústrias". Muitas mulheres viúvas ou solteiras, com filhos por criar, incluem-se neste tipo de economia informal. Raríssimas são as casadas que encabeçam os fogos, geralmente por ausência ou por separação do cônjuge; mas há casos curiosos como o de Joana Ribeiro (2ª Cia.), casada, parda e livre, encabeçando o registro porque o seu marido era cativo. Igualmente, as declarações das esmoleres: quase todas viúvas..

Há muita curiosidade quanto a distribuição da força de trabalho escravo. Constatamos que os 61 produtores de açúcar e canadas conservam em seu patrimônio cerca de 1367 escravos, aproximadamente 77.188% do total, enquanto as 305 unidades produtivas rurais detêm apenas 261 escravos, aproximadamente 14,737% do total. Observando-se de perto os coeficientes da 1ª e da 2ª Cia., os resultados são mais interessantes, ainda. Na 1ª Cia. as porcentagens são as seguintes: para um total de 164 unidades de produção agrícola, inserem-se 32 agricultores que detêm 70,502% da escravaria; já na 2ª Cia. a concentração é maior, pois para um geral de 205 unidades de produção inserem-se 30 agricultores que detêm 85,030% da escravaria. Ficam definitivamente constatadas as altas concentrações de escravos em mãos dos engenheiros e grandes proprietários rurais. Verificamos ainda, nas duas Companhias somadas, a existência de pouco mais de uma centena de escravos (143 escravos) em poder dos outros setores ocupacionais (8,074%). Os jornaleiros e os esmoleres não têm escravos.

Entre negociantes, os escravos também são raros. Não obstante, um deles, o Sargento e Vereador Xisto de Quadros Aranha (2ª Cia.), ele próprio, é negociante e explorador de escravos. Um oficial de carpinteiro, Joaquim Leme, declara possuir um escravo com a idade de 100 anos! Outro oficial de carpinteiro, Manoel Dias Ribeiro, declara possuir 7 escravos (negros e caboclos), bem como, mais 4 escravos discípulos (um deles,

(6) Peresin, Marly Therezinha Germano. Os versos Xarapins e o crime de ser Fôvo em Piracicaba, 1º Caderno de Estudos da História da Imprensa Piracicaba - Imprensa Oficial do Município

Tomás, é caboclo). As proporções são sempre baixas entre as demais ocupações, tanto em elementos predominantemente urbanos como rurais. Assim lembramos, porque Piracicaba, como tantas Vilas da época, não fazia exceção ao tipo de comunidade urbano-rural.

A grande massa escrava permanece no anonimato, salvo Manuel pertencente a uma das propriedades de Vergueiro (2ª Cia.), o qual na ausência do seu proprietário responde pelas declarações do censo. O mesmo aparece como sendo de cor parda, 35 anos e casado, administrando ou feitorando a unidade de produção que comporta uma escravaria constante de 36 indivíduos. Raras vezes surgem especificações, salvo quando se trata de identificar o patrimônio, por exemplo: José (cabinda) casado com Manuela de 19 anos; ou, se o escravo é de origem africana ou cabocla. Com esta última expressão disfarçava-se, frequentemente, a escravidão indígena que ainda se mantinha em vigor, dadas as diferenças de preço no mercado. A liberdade do indígena no Brasil sempre foi uma ficção jurídica. Em todo o Vale Médio do Tietê multiplicavam-se as ofertas de caiapós, parecis, bororos e paiaguás, tanto adultos como crianças, até meados do século XIX.

O censo de 1822 declara numerosos escravos caboclos e chama atenção o fato de muitos serem crianças de tenra idade, provavelmente preadas junto com as mães. O Tte. Cel. Theobaldo da Fonseca e Souza possuía dez caboclos escravos num rol de 35 (1ª Cia.). Os escravos mulatos eram numerosos. Salvador Barbosa (1ª Cia.) declara possuir oito escravos, todos eles mulatos. Já o Alferes Manuel Morato do Canto possui vinte e seis escravos, incluindo negros, caboclos e mulatos. O Vigário da Paróquia, o Reverendo Manuel Joaquim do Amaral Gurgel possui um casal de escravos com um filhinho, um negro, uma mulata e uma criança impropriamente chamada de cabocla (1ª Cia.).

Entre os homens livres predominam os bran-

cos, sendo raros os proprietários ou sitiantes pardos ou caboclos. Os pardos são bem mais numerosos do que os negros e caboclos, distribuindo-se em diversas atividades ocupacionais. A população livre corresponde a 62,809% do total que apuramos nas duas Cias. de Ordenanças (4.762 habitantes). Já, a população considerada de cor branca corresponde a 44,708% do mesmo total apurado. Caboclos, pardos e negros livres correspondem a 16,043% do mesmo total apurado. A população escrava corresponde a 37,190% do mesmo total apurado. Os brancos, por sua vez, correspondem a 73,591% da população livre.

Quanto a procedência da população estabelecida em Piracicaba, parecem predominar os ituanos, seja entre senhores de engenho e proprietários em geral, como nas demais profissões, salvo "jornaleiros" e aqueles que "vivem das suas agências". A enorme influência cultural da sede da Comarca se fazia notar sobre todas as comunidades do Centro-Oeste paulista e em todo o Vale-Médio do Tietê, particularmente em Piracicaba para o qual também serviu de Matriz de povoamento (juntamente com a sua Freguesia de Porto-Feliz). Desde fins do século XVIII, Piracicaba se transformou em nova fronteira agrícola, superando a velha condição de boca de sertão, passando a integrar o "quadrilátero do açúcar", mediante a implantação e desenvolvimento da agro-indústria açucareira. Também começou a desenvolver formas de pensar e sentir semelhantes a sua matriz, modelos arquitetônicos, "fórmulas políticas", procedimentos econômicos, práticas sociais. Os tradicionais conflitos entre absolutistas e liberais ali também se manifestaram, carregados de regionalismos, acentuando ou ideologizando velhos problemas locais⁽⁷⁾.

As eleições de 10/08/1822 consagraram-se os grandes proprietários rurais e engenheiros, em maioria de procedência ituana, nos postos de comandos das Companhias de Ordenanças, e nos

(7) Percin, Marly Therezinha Germano: "Constituição: ArrudaxBarbosa". Revista de Estudos Piracicabanos-Piracicaba, Vol. I, p.73-82, 1972

cargos do governo municipal. Foi feroz a disputa entre as duas facções, a dos progressistas (liberais) e a daqueles que desejavam a manutenção do mesmíssimo estado de coisas provenientes da fase colonial (absolutista). Sucederam-se violências e arbitrariedades, processos judiciários, assassinatos e radicalização das oposições entre os poderosos. As populações viveram intensas expectativas, diversos segmentos acabaram envolvidos ou caminharam a reboque das parentelas, num estado de coisas que começaria a se modificar após 1873 (Convenção Republicana de Itu).

No documento original existem ainda tabelas contendo resumos gerais de população, do número de brancos, negros livres e cativos, do número de pardos livres e cativos de acordo com as idades (entre 0 e 100 anos), de casamentos, mortes e nascimentos. Chamam a atenção os índices de morte da população infantil, entre 0 a 5 anos. As taxas de nascimento são mais altas entre a população branca.

Há grande desencontro entre as cifras destas tabelas próprias do Censo e os gerais estabelecidos nas Listas. Não obstante, podemos observar que as maiores densidades de população branca acham-se distribuídas entre os recém-nascidos e a população jovem de até 20 anos de idade. As maiores densidades da população escrava acham-se distribuídas entre as idades de 10 a 40 anos.

Existem ainda observações quanto às discrepâncias verificadas entre o original e o nosso trabalho.

Foram encontrados 2.129 indivíduos brancos, havendo uma diferença de 134 indivíduos para menos em relação aos dados oficiais de 1.822

(2.263 indivíduos na população branca). Subentende-se que muitos agregados a caboclos acham-se qualificados como brancos (vide Tabela I).

Com relação a população geral "de cor" foram encontrados 2.535 indivíduos, havendo uma diferença para mais de 32 indivíduos em relação aos dados oficiais de 1.822 (2.503 indivíduos "de cor"). Infelizmente não é declarada a cor dos agregados (Tabela I e II).

Quanto a população geral escrava, foram encontradas 1771 indivíduos, havendo uma diferença para mais de 17 indivíduos em relação aos dados oficiais de 1.822 (1754 indivíduos escravos). Tabela II.

Quanto a população geral livre, foram encontrados cerca de 2991 indivíduos havendo uma diferença de 21 em relação aos dados oficiais de 1.822 (3012 indivíduos livres) Tabela I e II.

As somas das populações, livre e escrava, correspondem a 4762 indivíduos, o que dá uma diferença de 04 indivíduos em relação aos totais oficiais de 1.822 (4766 indivíduos).

Na avaliação quantitativa das ocupações profissionais também foram encontrados pequenas diferenças. Por exemplo: 30 jornaleiros, 20 artesãos e 163 agricultores (no Censo relativo a 1ª Cia. constam 40 jornaleiros, 19 artistas e 161 agricultores); 70 jornaleiros, 18 artesãos, 203 agricultores e 13 esmoleres (no Censo relativo a 2ª Cia. constam 08 jornaleiros, 11 artistas, 202 agricultores e 08 esmoleres).

A nossa experiência com os manuscritos do Censo de 1822 nos permitiu elaborar alguns ordenamentos da população recenseada que colocamos nas 32 Tabelas que vêm a seguir. Vejamos:

I - Em 648 fogos, dispõem-se os homens livres

BRANCOS	CABÓCLOS	PARDOS	NEGROS	TOTAIS APROX.	CIA.
985	40	367	06	1398	1ª
1144	05	337	09	1495	2ª
2129	45	704	15	2893	

73,591% do total da população livre é constituída só de brancos.

II - Os mesmos 648 fogos, quanto a condição humana

LIVRES e AGREGADOS	ESCRAVOS	TOTAIS APROX.	CIA.	
1398	76	956	2430	1ª
1495	22	815	2332	2ª
2893	98	1771	4762	
2991: 62,809% do total da população	37,190% do total da população			

III - Os empresários da cana (engenheiros, partidistas e aqueles que recebem %) em 648 fogos

Srs. de Engenho	Srs. de Engenho	Que se dizem Engenheiros	Partidistas	Recebem %
1ª Cia. 2ª Cia.	1ª Cia. 2ª Cia.	1ª Cia. 2ª Cia.	1ª Cia. 2ª Cia.	1ª Cia. 2ª Cia.
26 17	04 02	30 19	02 05	- 06
43	06	49	07	- 06
TOTAIS Aproximados	Total provável dos engenheiros: 29 Total provável de engenhos: 34 Total dos empresários da cana, feitos os descontos: 61			

OBS.:

1 - Repetem-se Bento Paes de Barros (duas vezes) e Dr. Nicolau de Campos Vergueiro (três vezes).

2 - Na 1ª Cia. não se esclarecem aqueles que recebem %

IV - Procedência dos Srs. (Sras.) empresários da cana

	1ª Cia.	2ª Cia.	TOTAIS	
ITU	11	07	18	Bento Paes de Barros repete duas vezes
PORTUGAL	03	04	07	Vergueiro repete três vezes
SÃO PAULO	02	02	04	
PORTO FELIZ	02	02	04	
CUIABÁ	03	-	03	
PARATI	01	-	01	
DÊSCONHECIDO	04	04	08	
M. GERAIS	01	01	02	
SÃO CARLOS	01	03	04	
SOROCABA	01	01	02	
PARNAÍBA	01	-	01	
SÃO ROQUE	01	-	01	
PARANAGUÁ	01	-	01	
PIRACICABA	01	01	02	
NAZARÉ	-	01	01	
ARAÇARIGUAMA	-	01	01	
GOIÁS	-	01	01	
	33	28	61	61 empresários da cana

V - Os Agricultores (366) em 648 fogos e em 369 Unidades de Produção

CIA	QUANTO AO SEXO		QUANTO A COR				QUANTO AO NÚMERO DE AGRICULTORES	PRESENÇA DE ESCRAVOS EM PODER DOS EMPRESÁRIOS DA CANA	PRESENÇA DE ESCRAVOS NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO (05 agricultores)
	H	M	B	P	C	N			
1ª	144	19	130	32	01	-	163 - Vergueiro aparece duas vezes	30 engen.: 653 escravos 02 part.: 21 escravos 32 empresários 674 escravos	131 agricultores: 170 escravos
2ª	195	08	172	30	01	-	204 - Bento Paes de Barros aparece duas vezes Vergueiro aparece na 1ª e 2ª Cias.	19 engen.: 619 escravos 05 part.: 15 escravos 06 recebem %: 59 escravos 30 empresários 693 escravos	174 agricultores: 91 escravos
TOTAIS	339	27	302	62	02	-	366 c/ descontos (desc. Vergueiro)	61 empres. açúcar 1367 escravos	305 agricultores: 261 escravos

(descontadas as repetições de Vergueiro e Paes Barros)

VI - As unidades de produção agrícola (369) em 648 fogos

CIA	Pg	Pm	Pp	Ps	Nada Colheu	Outros	Totais de Unidades de Produção
1ª	11	07	25	118	-	só cana - 2 = 3 só fumo - 1	164 2 unid. têm proprietário desconhecido 2 unid. têm o mesmo proprietário
2ª	16	13	46	118	04	só cana - 8	205 Vergueiro aparece na 1ª e na 2ª Cias. 2 unidades têm o mesmo proprietário
TOTAIS	27	20	71	236	04	11	369: para 366 proprietários

OBS.: Estabelecemos siglas mediante a produção de alimentos de cada unidade declarada.

- Pg - acima de 500 alqueires
- Pm - entre 300 e 500 alqueires
- Pp - entre 100 e 300 alqueires
- Ps - abaixo de 100 alqueires

**VII - A Produção Açucareira avaliada em Mil Réis e a de
Aguardente avaliada em Canadas
Acompanhadas da mão de obra escrava por cada unidade produtora**

Nº de Escravos	EMPRESÁRIOS DA 1ª CIA	QUALIDADE DO AÇÚCAR ALVO REDONDO MASCAVO			(MIL RÉIS) TOTAIS	AGUARDENTE EM CANADAS (2.622 litros)
44	Cap. João José Silva	1700	1200	200	3.100	25
22	Cap. Domingos S. Barros	600	400	-	1.000	-
04	Alf. Miguel A. Gonçalves	300	280	-	580	-
24	Vicente do A. Gurgel	600	500	-	1.100	-
35	Tte. Cel. Theobaldo F. Souza	780	152	-	932	-
18	D. Maria Soares	600	250	-	850	-
13	João Damaceno	200	20	-	220	08
18	D. Maria de Arruda	170	99	04	273	-
28	Cap. Antonio S. de Barros	600	500	-	1.100	-
29	Tte. João Leite	1000	500	-	1.500	-
23	Bento Dias Leite	600	200	-	800	-
23	Silvério Nunes Monteiro	600	300	-	900	-
04	João Gomes da Silva	60	40	-	100	23
-	Miguel A. do Amaral	32	18	-	50	-
02	Manoel de Moraes Leme	-	-	-	-	18
26	Manuel Duarte	800	800	-	1.600	-
07	Ignacio Ribeiro	150	50	-	200	-
12	João Carlos	100	200	-	300	-
32	D. Antonia Almeida	300	300	-	600	-
51	Albano Leite do Canto	1500	1000	100	2.600	40
01	Venâncio Joaquim	100	50	-	150	-
24	Francisco F. Rocha	200	300	-	500	10
26	Alf. Manuel L. do Canto	800	200	100	1.100	-
19	D. Ana Theodora	1000	400	-	1.400	-
07	Elias Almeida Prado	não declara a sua produção				
27	Felix A. Alves	800	200	200	1.200	-
07	Gabriel M. Dutra	120	80	-	200	-
30	Dr. Vergueiro (de administração de Damião S. Nogueira)	1000	550	-	1.550	41
48	Dr. Vergueiro (de administração de Antonio Rodrigues)	1000	400	-	1.400	-
29	Desconhecido	1000	500	-	1.500	50
52	Desconhecido	1000	500	-	1.500	60
05	José Ferraz (partidor)	160	70	-	230	-
16	Alf. Lourenço Leite de Cerqueira (partidor)	1500	-	-	600	-
674	32 empresários	18472\$	10059\$	604\$	29.135	275

Nº de Escravos	EMPRESÁRIOS DA 2ª CIA.	QUALIDADE DO AÇÚCAR ALVO REDONDO MASCAVO			(MIL RÉIS) TOTAIS	AGUARDENTE EM CANADAS
29	Alf. Manoel J. Pinto Arruda	800	400	42	1.242	-
24	D. Maria M. e Siqueira	500	250	20	770	-
24	Alf. José C. Rosa	550	300	80	930	-
14	Caetano J. da Cunha	250	150	50	450	-
30	Manoel B. Ferraz	2003	300	-	2.303	-
65	José Ferraz Campos	450	30	-	480	-
14	José Joaquim Silva	600	250	50	900	20
16	Manuel T. Silva	600	250	50	900	20
32	Pe. Joaquim R. Fiúza (administração de Antonio Fiúza de Almeida)	400	150	50	600	-
21	Estevão C. Negreiros	250	50	-	300	-
64	Brig. Manuel R. Jordão (administração Antonio José da Silva)	ainda não oferece produção				
61	Tte. José Joaquim Sampaio	2000	400	-	2.400	-
09	Frutuoso J. Coelho	560	380	-	940	20
28	D. Margarida das Graças Muniz	700	500	-	1.200	25
65	Brig. Joaquim M. Galvão (administração de José do Amaral Campos)	1000	500	-	1.500	-
-	Sgto. Manuel José Garcia	-	-	-	-	80
25	Cap. Luiz Manuel Cunha Brito (administração José Barbosa)	ainda não oferece produção				
36	Dr. Vergueiro (administração do escravo Manuel)	758	299	10	1.067	-
35	Bento Paes Barros (administração de Garcia Rodrigues Bueno)	1643	500	-	2.143	-
27	Idem (administração de Pedro Vaz de Campos)	ainda não oferece produção				
02	José Alvarez de Castro (partidor)	não declara a sua produção				
03	Joaquim Rodrigues Cesar (partidor)	não declara a sua produção				
02	José Rodrigues Leite (partidor)	não declara a sua produção				
04	Francisco de Toledo (partidor)	não declara a sua produção				
04	Francisco Leme (partidor)	não declara a sua produção				
08	João Antonio da Silva (recebe %)	300	150	50	500	-
09	Joaquim Antonio da Silva (recebe %)	300	150	50	500	-
08	Felipe de Campos (recebe %)	150	80	-	230	-
13	Francisco José de Goes (recebe %)	200	60	-	260	-
12	Joaquim José de Sampaio (recebe %)	350	121	-	471	-
09	Luiz Caetano de Sampaio (recebe %)	300	100	-	400	-
693	30 empresários	14.664\$	5.370\$	452\$	20.486\$	165

TOTAIS GERAIS: 1ª CIA. E 2ª CIA.

Nº de Escravos	Empresários	Alvo	Redondo	Mascavo	Rendimentos Gerais	Canadas	Ano
1367 escravos	61 empresários da cana c/ tds descontos	33.136\$	15.429\$	1.056\$	49.621\$	440	1822

VIII - Procedência dos Agricultores (366)

	1ª CIA.	2ª CIA.	TOTAIS
ITU	36	25	61
PORTUGAL	04	05	09
PORTO FELIZ	04	02	06
SÃO PAULO	05	02	07
PIRACICABA	08	06	14
MOGI	03	15	18
DESCONHECIDO	36	38	74
SOROCABA	08	03	11
CULABÁ	05	-	05
PARNAÍBA	19	10	29
PARATI	01	-	01
SÃO CARLOS (Campinas)	04	25	29
IGUAPE	01	-	01
AREAS	01	-	01
JUQUERI	02	01	03
NAZARÉ	01	15	16
COMARCA	01	-	01
CAMPINA DA PRINCESA	01	-	01
CURITIBA	01	03	04
SÃO ROQUE	04	-	04
BRAGANÇA	03	27	30
MINAS GERAIS	04	01	05
JUNDIAÍ	04	08	12
SANTO AMARO	03	03	06
PARANAGUÁ	01	-	01
COTIA	03	-	03
ATIBAIA	-	03	03
OURO FINO	-	02	02
CAMANDUCAIA	-	02	02
SANTA BÁRBARA	-	02	02
ARAÇARIGUAMA	-	01	01
GOIÁS	-	01	01
CASA BRANCA	-	01	01
TAUBATÉ	-	01	01
FRANCA	-	01	01
TOTAIS	163 = 25,154%	203 = 31,327%	366 = 56,481%

(sobre os totais dos fogos declarados no Censo de 1.822)

IX - A Concentração da mão de obra Escrava

UNIDADE PRODUTORA	ÁREA DE ATIVIDADE	AGRICULTOR	ESCRAVOS 1ª Cia.	ESCRAVOS 2ª CIA.	TOTAIS	PERCENTUAIS POP. ESCRAVA
64	Empresários da cana	61	674	693	1.367	77,188%
305	Agricultores em geral	305	170	91	261	14,737%
-	Outros setores	-	112	31	143	8,074%
369	TOTAIS GERAIS	366	956	815	1.771	53,529% e 46,470% respectivamente

X - Esmoleres (13) em 648 fogos

CIA.	QTO AO SEXO		QTO A COR		QTO AO Nº	QTO A PROPRIEDADE DE ESCRAVOS	QTO A PORCENTAGEM SOBRE OS TOTAIS DOS FOGOS
1ª	1H	2M	1B	2P	03	-	0,980%
2ª	1H	9M	6B	4P	10	-	2,923%
TOTAIS	2H	11M	7B	6P	13	-	2,006%

XI - Os Esmoleres quanto à procedência

NATURALIDADE	1ª e 2ª CIAS.
Desconhecida	09
ITU	02
BRAGANÇA	01
PORTO FELIZ	01

XII - Negociantes (20) em 648 fogos

CIA.	QTO AO SEXO		QTO A COR				QTO AO Nº	QTO A PROPRIEDADE DE ESCRAVOS	QTO A PORCENTAGEM SOBRE OS TOTAIS DOS FOGOS
1ª	9H	1M	9B	1N	-	-	10	33 esc.p.5 neg.	3,267%
2ª	8H	2M	8B	-	1C	2P	10	09 esc.p.2 neg.	3,923%
TOTAIS	17H	3M	17B	1N	1C	2P	20	42 esc.p.7 neg.	3,086%

B - Branco, P - Pardo, N - Negro, C - Caboclo

XIII - Os Negociantes quanto ao ramo de negócios

ATIVIDADE	1ª CIA.	2ª CIA.	TOTAIS
"Mercador de fazenda seca"	02	01	03
"Negociante de fazenda seca"	01	02	03
"Vive dos seus negócios"	07	-	07
"Taverneiro"	-	06	06 (2 M)
"Comerciante"	-	01	01

XIV - Os Negociantes quanto a procedência

ATIVIDADES	1ª e 2ª Cias.
ITU	04
PORTUGAL	03
DESCONHECIDO	03
SÃO CARLOS	02
ARAÇARIGUAMA	01
PIRACICABA	01
JUNDIAÍ	01
PORTO FELIZ	01
RIO GRANDE DO SUL	01
GOIÁS	01
PARNAÍBA	01
MOGI	01

XV - Artesãos (38) em 648 fogos

CIA	QTO AO SEXO	QTO A COR	QTO AO Nº	QTO A PROPRIEDADE DE ESCRAVOS	QTO A POR-CENTAGEM SOBRE OS TOTAIS DOS FOGOS
1ª	20H	12B 1C 5P D1	20	25 esc.p.5 art.	6,535%
2ª	18H	12B - 7P -	18	3 esc.p.3 art.	5,263%
TOTAIS	38H	24B 1C 12P -	38	28 esc.p.8 art.	5,864%

B - Branco, C - Caboclo, P - Pardo, D - Desconhecido

XVI - Os Artesãos quanto ao ofício

ATIVIDADE	1ª CIA	2ª CIA	TOTAIS
CARPINTEIRO	07	09	16
MADEREIRO	01	01	02
OBREIRO	07	-	07
FERREIRO	02	02	04
SAPATEIRO	-	03	03
ALFAIATE	01	02	03
TECELÃO	01	01	02
TORNEIRO	01	-	01

XVII - Os Artesãos quanto a procedência

NATURALIDADE	1ª e 2ª CIAS.
ITU	07
DESCONHECIDO	05
SÃO PAULO	05
JUNDIAÍ	04
PIRACICABA	03
ATIBAIA	02
SOROCABA	02
PORTO FELIZ	02
MINAS GERAIS	02
SÃO CARLOS	02
LAJES	01
BRANGANÇA	01
ARAÇARIGUAMA	01
RIO DE JANEIRO	01

XVIII - Os "Sem Ofício" declarados (13) em 648 fogos

OBS.: Na 1ª Cia., 07 são moradores novos. Na 2ª Cia., 03 são moradores novos.

ClA	QTO AO SEXO		QTO A COR		QTO AO Nº	QTO A PROPRIEDADE DE ESCRAVOS	QTO A POR-CENTAGEM SOBRE OS TOTAIS DOS FOGOS
1ª	7H	1M	8B	-	08	26 esc.p.5 indiv.	2,614%
2ª	3H	2M	3B	2P	05	03 esc.p.1 indiv.	1,461%
TOTAIS	10H	3M	11B	2P	13	29 esc.p.6 indiv.	2,006%

XIX - Os "Sem Ofício" declarados quanto a procedência

NATURALIDADE	1ª e 2ª CIAS.
DESCONHECIDO	03
CUIABÁ	02
ITU	02
JUNDIAÍ	01
SOROCABA	01
SÃO LUÍS	01
CUNHA	01
BRAGANÇA	01
NAZARÉ	01

XX - As "Profissões Diversas" (15) em 648 fogos

CIA	QTO AO SEXO		QTO A CÔR		QTO AO Nº	QTO A PROPRIEDADE DE ESCRAVOS	QTO A PORCENTAGEM SOBRE OS TOTAIS DOS FOGOS
1ª	10H	-	9B	1C	10	11 esc.p.10 indiv.	3,267%
2ª	04H	1M	4B	1C	05	12 esc.p. 2 indiv.	1,461%
TOTAIS	14H	1M	13B	2C	15	23 esc.p.12 indiv.	2,314%

XXI - As "Profissões Diversas" quanto ao exercício

ATIVIDADE	1ª Cia.	2ª Cia.	TOTAIS
MILICIANO	04	-	04
SACERDOTE	02	02	04
ESCRIVÃO	02	-	02
RÁBULA E DEMARCADOR	01	-	01
PILOTO	01	-	01
TROPEIRO	-	01	01
MÚSICO	-	01	01
EXPLORADORES DE ESCRAVOS	-	01	01

XXII - As "Profissões Diversas" quanto a procedência

NATURALIDADE	1ª e 2ª CIAS.
ITU	04
MINAS GERAIS	02
PORTUGAL	01
RIO DE JANEIRO	01
CURITIBA	01
PARNAÍBA	01
PIRACICABA	01
PORTO FELIZ	01
PILAR	01
SÃO PAULO	01

XXIII - As Profissões Rurais (22) em 648 fogos

CIA	QUANTO AO SEXO	QTO A COR	QTO AO Nº	QTO A PROPRIEDADE DE ESCRAVOS	QUANTO A PORCENTAGEM SOBRE OS TOTAIS DOS FOGOS
1ª	14H (Adm. 6 - Feit. 8)	12B 02P	14	09esc.p. 3Adm. e 02 esc.p.02 Feit.	4,575%
2ª	09H (Adm. 6 - Feit. 3)	08B - 01N	09	Nenhum 03 esc.p. 01 Feit.	2,631%
TOTAIS	23H (Adm. 12 - Feit. 10)	20B 02P 01N	23	09esc.p. 3Adm. e 05 esc.p. 03Feit.	3,549%

H = Homem, B = Branco, P = Pardo, N = Negro, Adm. = Administrador, Feit. = Feitor, esc. = Escravo.

XXIV - As Profissões Rurais quanto a procedência (geral para a 1ª e 2ª Clas.)

ADMINISTRADOR		FEITOR	
ITU	04	PIRACICABA	03
SÃO CARLOS	03	ITU	03
		DESCONHECIDO	01
MINAS GERAIS	01	SÃO PAULO	02
PIRACICABA	01	MINAS GERAIS	01
SOROCABA	01	SÃO CARLOS	01
PORTUGAL	01		
ATIBAIA	01		
TOTAIS	12		11

OBS.: Na 1ª Cia. existe como Administrador um escravo de Vergueiro, que não é contabilizado.

XXV - Os que "Vivem das suas Agências" (60) em 648

CIA	QTO AO SEXO		QTO A COR			QTO AO Nº	QTO A PROPRIEDADE DE ESCRAVOS	QTO A PORCENTAGEM SOBRE OS TOTAIS DOS FOGOS
1ª	19H	24M	26B	1C	16P	43	6 esc.p. 5 ind.	14,052%
2ª	05H	11M	05B	-	11P	16	01 esc.	4,678%
TOTAIS	24H	35M	31B	1C	27P	59	07 esc.p. 6 ind.	9,104%

H = Homem, M = Mulher, B = Branco, C = Caboclo, P = Pardo, Esc. = Escravo, Ind. = Indivíduo

XXVI - Os que "Vivem de suas Agências" quanto a procedência (1ª e 2ª Clas.)

NATURALIDADE	
PIRACICABA	08
JUNDIAÍ	07
ITU	04
PARNAÍBA	03
PORTUGAL	02
SOROCABA	02
PORTO FELIZ	01
COTIA	01
SÃO ROQUE	01
MOGI	01
JUQUERI	01
CULABÁ	01
DESCONHECIDO	27

XXVII - Os que "Vivem dos seus Jornais" (109) em 648 fogos

CIA	QTO AO SEXO	QTO A COR.	QTO AO Nº	QTO A PROPRIEDADE DE ESCRAVOS	QTO A PORCENTAGEM SOBRE OS TOTAIS DOS FOGOS
1ª	38H 01M	16B 2C 21P	39	nenhum possui escravo	12,745%
2ª	68H 02M	26B - 42P 2N	70	nenhum possui escravo	20,467%
TOTAIS	106H 03M	42B 2C 63P 2N	109	nenhum possui escravo	16,820%

XXVIII - Os que vivem dos seus jornais quanto a procedência (1ª a 2ª Clas.)

NATURALIDADE	
PIRACICABA	25
ITU	15
DESCONHECIDO	14
BRAGANÇA	11
NAZARÉ	07
SOROCABA	06
MOGI	04
ATIBAIA	03
SÃO CARLOS	03
PARNAÍBA	03
SANTO AMARO	03
PORTO FELIZ	02
SÃO ROQUE	02
JUNDIAÍ	02
CAMANDUCAIA	02
CULABÁ	02
CURITIBA	01
SÃO PAULO	01
MINAS GERAIS	01
COTIA	01
SANTA BÁRBARA	01

XXIX - Lista Geral da 1ª Cla. (306 fogos)

PROCEDÊNCIA DOS DECLARANTES	Nº de:									
	AGRICUL- TORES	JOR- NAIS	AGÉN- CIAS	ARTE- SÃOS	NEGOCI- ANTES	PROF. DIVER- SAS	PROF. RU- RAIS	S/OF. DECLA- RADOS	ESMO- LER.	TO- TAIS
ITU	36	08	04	02	04	01	08	02	01	66
PORTUGAL	03	-	02	-	02	01	-	-	-	08
PORTO FELIZ	04	01	01	01	-	01	-	-	01	09
SÃO PAULO	05	-	01	02	-	01	01	-	-	10
PIRACICABA	19	13	04	02	-	01	01	-	-	40
MOGI	03	-	-	-	-	-	-	-	-	03
DESCONHECIDO	26	03	21	04	02	01	-	02	01	60
SOROCABA	08	04	01	02	-	-	-	-	-	15
CUIABÁ	05	02	02	-	-	-	-	01	-	10
PARNAÍBA	19	04	03	-	-	01	-	-	-	27
PARATI	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01
SÃO CARLOS	04	-	-	01	01	-	02	-	-	08
IGUAPE	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01
AREAS	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01
JUQUERI	02	-	01	-	-	-	-	-	-	03
NAZARÉ	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01
COMARCA	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01
CAMPINA DA PRINCESA	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01
CURITIBA	01	01	-	-	-	01	-	-	-	03
SÃO ROQUE	04	01	-	-	-	-	-	-	-	05
BRAGANÇA	03	01	-	-	-	-	-	01	-	05
MINAS GERAIS	04	-	-	02	-	01	02	-	-	09
JUNDIAÍ	04	-	03	02	-	-	-	-	-	09
PARANAGUÁ	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01
COTIA	03	-	-	-	-	-	-	-	-	03
ARAÇARI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GUAMA	-	-	-	01	01	-	-	-	-	02
SÃO LUÍS	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01
CUNHA	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01
RIO DE JANEIRO	-	-	-	01	-	01	-	-	-	02
30 Procedências	163	39	43	20	10	10	14	08	03	310

OBS.: Ao todo, 163 Agricultores e 164 Unidades de Produção. Os 4 Administradores estão inclusos neste total.
(Vergueiro repete duas vezes)

XXX - Lista Geral da 2ª Cla. (342 fogos)

PROCEDÊNCIA DOS DECLARANTES	Nº de:									
	AGRICUL- TORES	JOR- NAIS	AGÊN- CIAS	ARTE- SÃOS	NEGOCI- ANTES	PROF. DIVER- SAS	PROF. RU- RAIS	S/OF. DECLA- RADOS	ES- MOLE- RES	TO- TAIS
DESCONHECIDO	38	11	03	01	01	01	02	02	08	66
BRAGANÇA	27	10	-	01	-	-	-	-	01	39
ITU	26	05	01	05	-	02	02	-	01	42
SÃO CARLOS	25	03	-	01	01	-	02	-	-	32
MOGI	15	04	01	-	01	-	-	-	-	21
NAZARÉ	15	07	-	-	-	-	-	01	-	23
PARNAÍBA	10	-	-	-	-	01	-	-	-	11
JUNDIAÍ	08	02	03	01	01	-	-	01	-	16
PORTUGAL	06	-	-	-	01	-	01	-	-	08
PIRACICABA	06	13	05	01	01	-	-	-	-	26
SOROCABA	03	02	01	-	-	-	01	01	-	08
CURITIBA	03	-	-	-	-	-	-	-	-	03
SANTO AMARO	03	02	-	-	-	-	-	-	-	05
ATIBAIA	03	03	-	02	-	-	01	-	-	09
OURO FINO	02	-	-	-	-	-	-	-	-	02
SANTA BÁRBARA	02	01	-	-	-	-	-	-	-	03
SÃO PAULO	02	01	-	04	-	-	01	-	-	08
PORTO FELIZ	02	01	-	01	01	-	-	-	-	05
ARAÇARI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GUAMA	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01
GOLÁS	01	-	-	-	01	-	-	-	-	02
CASA BRANCA	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01
MINAS GERAIS	01	01	-	-	-	-	-	-	-	02
JUQUERI	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01
TAUBATÉ	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01
FRANCA	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01
SÃO ROQUE	-	01	01	-	-	-	-	-	-	02
COTIA	-	01	01	-	-	-	-	-	-	02
LAJES	-	-	-	01	-	-	-	-	-	01
R. GRANDE SUL	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01
S. JOÃO DEL REI	-	-	-	-	01	-	-	-	-	02
PILAR	-	-	-	-	-	01	-	-	-	02
32 procedências	205	70	16	18	10	05	09	05	10	348

OBS.: Ao todo 204 Agricultores e 205 Unidades de Produção. Os 6 Administradores estão inclusos neste total.
(Bento Paes de Barros repete duas vezes)

XXXI - Os Eleitores (06) escolhidos em 10/08/1822 em 648 fogos

1ª CIA	2ª CIA
ITU - Cap. João José da Silva ITU - Cap. Domingos Soares de Barros PORTUGAL - Alferes Miguel Antonio Gonçalves SÃO CARLOS - Alferes Manuel de Toledo Silva CUIABÁ - Tte. João Leite de Cerqueira	ITU - Cap. Manoel de Barros Ferraz
05 eleitores: 1,633% dos fogos	01 eleitor: 0,292% dos fogos

XXXII - Eleição para Capitão-mor (01) realizada em 16/08/1822

Capitão João José da Silva (Itu - Senhor Engenho) - 1º classificado
Capitão de Ordenanças Domingos Soares de Barros (Itu - Senhor Engenho)
Tenente João Leite de Cerqueira (Cuiabá - Senhor Engenho)

XXXIII - Composição da Câmara Municipal para o Triênio 1822/1824 de acordo com a eleição de pelouros de 10/08/1822

		1ª CIA.	2ª CIA.
1ª Câmara	Juizes Ordinário	Cap. João José da Silva (Itu - Sr. Engenho) Cap. Domingos Soares de Barros (Itu - Sr. Engenho)	
	Vereadores	Alferes Miguel Antonio Gonçalves (Portugal - Sr. Engenho)	Sgto. Xisto de Quadros Aranha (Itu - Neg. de escravo) Garcia Rodrigues Bueno (Itu - Administrador de Bento P. Barros)
	Procurador	Pedro Leme de Oliveira Silva (Portugal - Sr. Engenho)	
	Juíz de Orfãos		Manuel de Barros Ferraz (Itu - Sr. Engenho)
2ª Câmara	Juizes Ordinários	Alferes Manuel de Toledo Silva (São Carlos - Sr. Engenho)	Sgto. do Número José Álvares de Castro (Itu - Partidor)
	Vereadores	Antonio Soares de Barros (Itu - Sr. Engenho) Tte. João Leite de Cerqueira (Cuiabá - Sr. Engenho)	Frutuoso José Coelho (Portugal - Sr. Engenho), substituído por Xisto de Quadros Aranha e finalmente por José Álvares de Castro.
	Procurador	Vicente do Amaral Gurgel (Itu - Sr. Engenho)	
	Juíz de Orfãos		Cap. Manoel de Barros Ferraz (Itu - Sr. Engenho)
3ª Câmara	Juizes Ordinários	Manuel Duarte Novaes (Itu - Sr. Engenho) Bento Dias de Cerqueira Leite (Cuiabá - Sr. Engenho)	Alferes Manoel Pinto de Arruda (Itu - Sr. Engenho) Alferes José Cactano da Rosa (Portugal - Sr. Engenho) (ambos substituem Bento Dias de Cerqueira Leite)
	Vereadores	Antônio José da Conceição (não se sabe exatamente a Cia.) José da Fé do Amaral (Itu - Mercador)	Alferes Joaquim de Almeida Lima (Itu - Agricultor)
	Procurador	João Pedro Córrea (portugal - Negociante)	
	Juíz de Orfãos		Cap. Manuel de Barros Ferraz (Itu - Sr. Engenho)
os 22: 3,395% dos 648 fogos		os 13: 4,248% dos 306 fogos	os 09: 2,631% dos 342 fogos

XXXIV - Patentes e Postos nas Clas. de Ordenanças (107) em 648 fogos

	AGRICULTORES		NEGOCIANTES		ARTESÃOS		PROF. RURAIS		JORNAIS		AGÊNCIAS		PROF. DIVERSAS		TOTAIS GERAIS
	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	
CAPITÃO	04	06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
ALFERES	03	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	05
TENENTE	01 Tte. Cel. 01 Tte.	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	04
SARGENTO	01	02	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	05
CABO	08	11	01	01	-	02	01	-	-	-	01	-	-	-	25
AJUDANTE	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02
SOLDADO	15	19	-	-	01	02	01	-	05	06	02	-	04	-	55
MEIRINHO DO CAMPO	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
TOTAIS	35	42	02	01	02	04	02	-	05	06	03	-	04	01	107
Correspondem a 11,882% dos totais dos fogos															Correspondem a 16,512% dos 648 fogos

FONTES

- I - Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo
1. Lista Geral dos Habitantes da 1ª Cia. de Ordenanças da Vila Nova da Constituição no ano de 1.822.
 2. Lista Geral dos Habitantes da 2ª Cia. de Ordenanças da Vila Nova da Constituição do ano de 1.822.
- II - Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba
3. 1º Livro de Atas (11/08/1822)
 4. Livro de Eleição (1822/1824)

CONTRIBUIÇÃO CULTURAL DOS MEMBROS DO IHGP

A contribuição dos membros do IHGP no campo cultural tem sido muito grande através de colaborações constantes a jornais e revistas e participação em seminários, promoções de estudos debates e palestras em escolas, igrejas, clubes de serviço e outras entidades.

Além disso, ora sob o patrocínio do Poder Público ou do Instituto, ora às próprias expensas, de vez em quando, para a nossa alegria, um novo livro vem a ser editado por um deles e, para satisfação maior ainda, com muita justiça, recebendo prêmios.

Para avaliação do leitor, aqui vai a relação dos autores e respectivas obras:

ANTONIO CARLOS NÉDER:

1 - Farmacoterapia para cirurgiões dentistas - 9ª Edição (Best-Sellers na Odontologia Brasileira)

2 - Anesteseologia Odontológica (em elaboração com Josias Vaz de Arruda)

3 - Colaboração em livros:

a) Sistematização do Ensino Público Total (de Said Dumit)

b) Endodontia (de Carlos Roberto Berger)

c) Direitos Profissionais de Odontologia (de Eduardo Daruge e Nelson Massini)

ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO COCENZA

1 - Deontologia e Legislação Farmacêutica - 1987

2 - Antes que eu me esqueça (crônicas) - 1988

ANTONIO MESSIAS GALDINO

1 - Constituição e outros temas - 1985

2 - Sugestões à Constituinte - 1987

3 - Brasil Negro (a publicar) - problema racial no Brasil

DELPHIM DA ROCHA NETTO

1 - História do XV de Novembro (de Piracicaba) - 2 volumes;

Observação: A única agremiação desportiva do Brasil e quem sabe do mundo, que tem a sua História completa em letras de forma e a mais farta ilustração.

ELIAS SALUM

1 - Memória dos 20 anos - homenagem ao IHGP nos 20 anos - 1987

ERASMO PRESTES DE SOUZA

1 - Almenara (poesias)

2 - Edições de inúmeras revistas de Cultura Religiosa

EURÍPEDES MALAVOLTA

1 - Malavolta e H. J. Kliemann - 1985 - Desordens nutricionais no cerrado - Editora Potafós - Piracicaba

2 - Malavolta E. - 1985 - Corretivos agrícolas - Fundação Cargill - Campinas

3 - Malavolta E. - 1986 - Micronutrientes na adubação - ed. Nutriplanti - Paulínia

4 - Malavolta E. - 1987 - Manuel de Calagens e adubação das principais culturas - Ed. Agronômica Ceres - São Paulo

5 - Malavolta E., G.C. Vitti, S.A. Oliveira - 1989, Avaliação do estado nutricional das plantas - Ed. Potafós - Piracicaba

6 - Malavolta E., A. Violante Netto, 1989 - Nutrição Mineral, Calagem. Gessagem e adubação de citros - Ed. Potafós - Piracicaba

7 - Malavolta E. - 1989, A.B.C. da adubação - 5ª edição - Ed. Agronômica Ceres Ltda. - São Paulo.

FLÁVIO TOLEDO PIZA

1 - Separata do trabalho de Folclore do Arquivo Municipal - São Paulo - 1965

2 - Estudos sobre o romance do Soldado Jogador (romance à moda cabocla - cantado)

FREDERICO PIMENTEL GOMES

1 - Curso de Estatística Experimental - 13ª edição

2 - Adubação de cana-de-açúcar (co-autor - Enio de M. Cardoso)

3 - Análise Matemática (co-autor Isaias R. Nogueira)

4 - Iniciação à Estatística

5 - A Estatística Moderna na Pesquisa Agro-Pecuária

6 - Experimentos de Adubação: Planejamento e Análise Estatística (co-autor Armando Conagin)

7 - Outras obras em colaboração
Diretor da Revista de Agricultura (fundada pelo Dr. Nicolau Athanassof)

GERALDO CLARET DE MELLO AYRES

1 - Inúmeros artigos e pesquisas publicadas em revistas nacionais e estrangeiras

2 - No Diário Oficial do Estado de São Paulo - Vida e Obra de Prudente de Moraes

GUILHERME VITTI

1 - Gramática Latina Sintética

2 - Manual da História Piracicabana (duas edições)

3 - História da cidade em desenhos (quadri- nhos - duas edições)

4 - Versão para o latim, de duas obras de literatura

5 - Biografia romaceada de seus bisavós e avós no dialeto trentino. (está sendo editada na Itália)

6 - Vocabulário resumido das palavras mais usadas do dialeto trentino, usado pelos tirolezes trentinos dos bairros dos tirolezes da cidade de Piracicaba, acompanhado de provérbios e frases típicas dialetais

HALDUMONT NOBRE FERRAZ

1 - Paulista Graças a Deus - (em parceria com Hugo Pedro Carradore. Parte de Genealogia)

HELLY DE CAMPOS MELGES

1 - O Livro do Zé Carlito - (poesias infantis), 1960 (obra recomendada para leitura complementar nas escolas de 1ª Grau pela Secretária da Educação do Estado de São Paulo)

2 - Na Era Atômica - 1968 (poemas)

3 - Meu Soldado - 1969 (poema)

4 - Ensaio sobre a Poesia de Paulo Setubal - 1970 - Prêmio Paulo Setubal

5 - São Paulo - paisagens seriadas da História da Cidade (35 sonetos) - obra apresentada à Academia Paulista de Letras

6 - O Sermão da Montanha - 1º livro da série o Evangelho em versos 1985

Obs.: Outras obras serão publicadas brevemente

HUGO PEDRO CARRADORE

1 - Negritude na América (Poesia), Edição Pref. Municipal de Piracicaba, SP - 1967

2 - Cururu, uma Dança ao Pé do Altar

(Folclore), Discoteca Municipal de São Paulo, SP - 1969

3 - Retrato das Tradições Piracicabanas, Edição da Pref. Municipal de Piracicaba, SP - 1978

4 - Digressões em Torno do Folclore, Editora franciscana, Piracicaba, SP - 1978

5 - Folclore no Jogo do Bicho, Ed. Tribuna Piracicabana - 1979

6 - Festa do Divino (Folclore), Ed. Pref. Municipal de Piracicaba, SP - 1981

7 - 10 Xilogravuras de Jota Barros, Edição do autor - 1981

8 - Contos Mal Contados e Outros Tantos, Ed. Pannartz, São Paulo, SP - 1982

9 - Etnografia e Folclore do Demonio, Ed. Pannartz, São Paulo, SP - 1984

10 - Paulista, Graças a Deus (novela histórica), Ed. Shekinah, Piracicaba, SP - 1986 (obra em parceria com Haldumont Nobre Ferraz)

11 - Palmares, o Drama da Liberdade (Poesia), Laserprint Editorial, São Paulo, SP - 1988

MONOGRAFIAS

12 - Cafuné. Ed. do Inst. Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Ministério da Educação e Cultural, nº 71, Recife, PE - 1979

13 - Cururu, Folclore I, Ed. Pref. Municipal de Piracicaba - 1980

14 - Festa do Divino de Piracicaba, Folclore II, 3ª edição, Ed. Prefeitura do Município de Piracicaba - 1982

15 - Festa de São João, Folclore III, Ed. Pref. do Município de Piracicaba - 1981

EM COLETÂNEA

16 - Encontro com o Folclore - Umbanda e Defumações, Ed. F. Vanconcellos, nº 15, Guanabara, Rio de Janeiro, 1972

17 - É Tempo de Poesia - Ao Admirável Mundo Novo, Carnaval, Horizonte, Ed. Soma, São Paulo, Sp - 1980

18 - Defesa da Cultura Nacional - Realidade e Folclore - 1983

JAIRO RIBEIRO DE MATTOS

1 - Estudo da preparação vegetativa do gradíolo (obra técnica) - 1984

2 - Aspectos da densidade do bananal no

litoral do Est. S. Paulo (Tese Doutorado) - 1969

3 - Folhetos referentes a trabalhos de divulgação de agricultura a paisagens

JAYRA BOUCAULT ARRUDA

1 - Falando com Fernanda - 1978

2 - Há uma nova obra para 1992

JOSÉ LUIZ GUIDOTTI

1 - Aventuras na Bacia do Rio da Prata - 1991

JULIO SEABRA INGLEZ DE SOUZA

1 - 1948 - A História de São Roque vista por um agrônomo. In: Revista de Agricultura: XXIII: - 12 Piracicaba

2 - 1930 - Notas para a história de viticultura mineira. In: O Estado de S. Paulo: 12, 19 e 22/janeiro: I, II, III. São Paulo

3 - 1952 - Braz Cuba: o primeiro viticultor do Brasil. In: Chácaras e Quintais. 85(5): 559-561. São Paulo

4 - 1959. O Vale do São Francisco, uma fabulosa e inteiramente nova região brasileira de viticultura. In: Chácaras e Quintais 100(5): 755-756

5 - 1959. Origem do vinhedo paulista. Jundiá, Prefeitura Municipal - 321 p.

6 - 1964 - Sete povos das Missões, berço da viticultura gaúcha. In: Chácaras e Quintais. 110(1) 152-162. São Paulo

7 - 1966. La viticultura en el Paraguay, Asuncion, Unin. de Agric. V. Ganaderia 36 p. (mimeo)

8 - 1967 - Do mamoeiro e do mamão. São Paulo, Edit. Melhoramentos 30 p.

9 - 1970 - Jundiá: lavradores e lavouras de antanho. Pref. Municipal de Jundiá. 36 p.

10 - 1986 - Poda das plantas frutíferas, 14ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 219 p.

11 - 1969 - Uvas para o Brasil. São Paulo, Ed. Melhoramentos

12 - 1989 - São Nicolau, a primeira adega do Rio Grande do Sul. In: Informativo SBF. VIII(2): 9-10 Campinas

13 - Passifloráceas do Brasil. Piracicaba, ESALQ. 150 p. (mimeo)

LINO VITTI

1 - "Abre-te Sésamo" - 1969 (poesias)

2 - Alma desnuda - 1989 (poesias)

3 - Sinfonia Poética (poesias) de parceria com Frei Timóteo de Porangaba - 1990

MARIA CELESTINA T. MENDES TORRES

1 - Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no Tempo do Império. Ed. Academia Piracicabana de Letras - 1975

2 - Um Lavrador Paulista do Tempo do Império - 1º prêmio do Concurso sobre História de São Paulo, 1966. Separata da Revista do Arquivo Municipal, nº CLXXII. Divisão do Arquivo Histórico - Dep. de Cultura - Secretaria da Educação e Cultura, Pref. do Município de São Paulo

3 - O Jardim da Luz - 1º prêmio do Concurso Municipal de História dos Logradouros Públicos da Cidade de S. Paulo no Tempo do Império - 1967. Separata da Revista do Arquivo, nº CLXXIV.- Prof. do Município de S. Paulo, Sec. de Educação e Cultura; Divisão do Arquivo Histórico

4 - Manuel Fernandes Ramos - Um Vereador Sertanista . Aspectos da Vida Municipal de S. Paulo no século XVI, 2º prêmio do Concurso de Monografias sobre Vereadores da Câmara Municipal de S. Paulo no século XVI - 1965 (in Rev. do Arquivo Municipal CLXXIX, 1969)

5 - O Bairro do Brás - 1º prêmio do Concurso sobre História dos Bairros de São Paulo, Pref. Municipal - Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura - 1970

6 - O Bairro de Santana - 2º prêmio do Concurso sobre Bairro de São Paulo. Pref. Municipal. Secretaria de Educação e Cultura. departamento de Cultura - 1969

7 - Ibirapuera - 1º prêmio do Concurso (VIII) de Monografias sobre a História de Bairros de São Paulo. Divisão do Arquivo Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo - 1977

8 - Octávio Teixeira Mendes e sua Piracicaba - 1982

MARLY THEREZINHA GERMANO PERECIN

1 - Síntese Urbana - Edição do IHGP - 1989

(Prêmio Clio da Academia Paulistana de História em 1991)

2 - Candeias em Espelho D'Água - Ed. Loyola - 1989

3 - Artigos em Revistas Científicas e Jornais
MOACIR NAZARENO MONTEIRO

1 - Saltinho - dados históricos - 1982

2 - Retalhos da História de Rio das Pedras - 1980

3 - Aspecto da história de Capivari no final do século XIX - 1987

MOACYR O. CAMPONEZ DO BRASIL
SOBRINHO

1 - Nutrição e adubação de plantas cultivadas (co-autor e Malavolta) - obra em vários idiomas

2 - Manual de adubação (colaboração) duas edições

3 - Cultura do mamoeiro (colaboração)

MYRIA MACHADO BOTELHO

1 - Prismas - 1967 (contos)

2 - Aquarela - 1985 (contos)

NÉLIO FERRAZ DE ARRUDA

1 - Estudos Regionais Paulistas

NOEDI MONTEIRO

1 - O Centenário do Abastecimento de Água de Piracicaba - 1887-1987

a) Manual do Município de Rio das Pedras (Fev. 1991)

b) Manual do Município de Anhembi - Centenário (Abril 1991)

c) Manual do Município de Águas de São Pedro (Janeiro 1992)

TRABALHOS NA IMPRENSA

3 - A História dos Fotógrafos de Piracicaba (Tribuna de Piracicaba)

4 - As Igrejas de Rio da Pedra (Tribuna de Piracicaba)

5 - Biografias do dr. André Ferreira dos Santos - "Dr. Preto"

6 - Biografia dos Irmãos Rebouças

7 - Várias outras Biografias

ORIGINAIS MANUSCRITOS

8 - Cemitério da Saudade - antigo cemitério Protestante de Piracicaba

9 - Piracicaba da Luz a Querosene à Elétrica

10 - Do manuscrito, tipográfico ao off-set - a imprensa de Piracicaba

11 - Igrejas Evangélicas de Piracicaba

OPÚSCULOS

12 - Piracicaba a cidade das escolas - 1988

13 - Sítio dos Marques - 1989

14 - Piracicaba, cadê você? A publicar

A PUBLICAR

15 - Tratado das Águas, Higiene, Saneamento e Saúde Pública (a sair no início do próximo ano)

OSWALDO CAMBIAGHI

1 - Medicina em Piracicaba - 1984 (contribuição à sua História)

2 - Estudos Regionais Paulistas - 1989 - Presença dos Alemães

PEDRO CALDARI

1 - Memória da Vila - 1º e 2º Volume - 1990-1991 (Refere-se à Vila Rezende - Piracicaba)

WALTER RADAMES ACCORSI

1 - Estudos da longevidade e do comportamento fisiológico dos "Seelings" de Coffea arabica L. var. Mundo-novo, em função das reservas cotiledonares. W.R. Accorsi e Colaboradores

2 - Estudo das relações no período da folha de Tabebuia alba. Walter R. Accorsi e Colaboradores

3 - Estudo das relações métricas nas plantas. W.R. Accorsi e M.A. de Barros

4 - Estudos sobre a nutrição mineral do feijoeiro (Phaseolus vulgaris L. var. roxinho) W.R. Accorsi e Colaboradores

5 - Morfologia do fruto e germinação da semente de Euterpe edulia. W.R. Accorsi e M.A. de Barros

Nota: São muito vastas as publicações de pesquisa e estudos realizados pelo Walter R. Accorsi, fato que levará esta revista a publicar um capítulo especial a eles referente.

OBS.: Pelo período curto entre a iniciativa e a publicação da revista, por motivo exclusivamente involuntário, o nome de algum autor ou de alguma obra pode ter sido omitido. Solicitamos seja feita comunicação do fato à Diretoria do Instituto e no próximo número as omissões não mais existirão.

SÓCIOS DO I.H.G.P.

- 01 - Aline Coelho de Oliveira Mendes
- 02 - Antonietta R. da Cunha L. Pedroso
- 03 - Antonio Carlos de Mendes Thame
- 04 - Antonio Carlos Neder
- 05 - Antonio Henrique C. Cocenza
- 06 - Antonio Messias Galdino
- 07 - Antonio Roberto Diehl
- 08 - Aracy de Moraes Terra
- 09 - Aristeu Mendes Peixoto
- 10 - Bennur Galvão do Amaral
- 11 - Branca Motta de Toledo Sachs
- 12 - Branca Pelegrini de Moraes Barros
- 13 - Cacilda Azevedo Cavaggioni
- 14 - Caiuby de Souza Arruda
- 15 - Cloris Alessi
- 16 - Decio Azevedo
- 17 - Delphim da Rocha Netto
- 18 - Edmar José Kiehl
- 19 - Elias Salum
- 20 - Erasmo Prestes de Souza
- 21 - Erasto da Fonseca
- 22 - Eugênio Nardin
- 23 - Euripedes Malavolta
- 24 - Fernando Ferraz de Arruda
- 25 - Flávio M. Toledo Piza
- 26 - Francislidio Beduschi
- 27 - Frederico Pimentel Gomes
- 28 - Geraldo Bragion
- 29 - Geraldo Claret de Mello Ayres
- 30 - Geraldo Nunes
- 31 - Guilherme Vitti
- 32 - Gustavo Jacques Dias Alvim
- 33 - Haldumont Nobre Ferraz
- 34 - Helena Rovay Benetton
- 35 - Helly de Campos Melges
- 36 - Hugo Pedro Carradore
- 37 - Jahyra B. Arruda
- 38 - Jair Toledo Veiga
- 39 - Jairo Ribeiro de Mattos
- 40 - João Carlos Sajovic Forastiere
- 41 - José Luiz Guidotti
- 42 - José Rosário Losso Neto
- 43 - Jorge Luiz Mialhe
- 44 - Julio Seabra Inglez de Souza

- 45 - Lauro Natali
- 46 - Lino Vitti
- 47 - Ludovico Trevisan
- 48 - Luiz Fernando Penteado de Castro
- 49 - Manoel Martho
- 50 - Maria Cecília A.G. Zagatto
- 51 - Maria Celestina T.M. Torres
- 52 - Maria Dulce Bandiera Bergamin
- 53 - Marly Therezinha Germano Percin
- 54 - Mario Dedini Ometto
- 55 - Mario Dresselt Dedini
- 56 - Moacir Nazareno Monteiro
- 57 - Moacyr O. Camponez do Brasil Sobrinho
- 58 - Myria Machado Botelho
- 59 - Nair Barbosa de A. Leme
- 60 - Nélio Ferraz de Arruda
- 61 - Noedy Monteiro
- 62 - Noedi Kraenbuhl da Costa
- 63 - Noemi Silveira Wrege
- 64 - Olênio de Arruda Veiga
- 65 - Oswaldo Cambiaghi
- 66 - Otto Jesu Crocomo
- 67 - Paulo Nogueira de Camargo
- 68 - Pedro Caldari
- 69 - Pedro Chiarini Neto
- 70 - Ramiro Alves Catulé
- 71 - Sérgio Parizotto
- 72 - Umberto Cantoni
- 73 - Waldyr Martins Ferreira
- 74 - Walter Carmelo Zócolli
- 75 - Walter Radamés Accorsi
- 76 - Zahira Neder Petrini

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ao exercer o cargo de Presidente deste Instituto nestes últimos dois anos, sinto muito não poder apresentar um relatório como gostaria de fazê-lo. Todavia, com a consciência tranquila por ter realizado o que esteve ao meu alcance, trago ao conhecimento dos prezados confrades as seguintes informações por ano de mandato.

Ano de 1990

1 - Propiciamos condições para pesquisas a alunos do Curso Superior de História da UNIMEP.

2 - Participamos com outras organizações das solenidades realizadas em comemoração ao Centenário do Nascimento do escritor piracicabano, Prof. Thales Castanho de Andrade.

3 - Participamos de estudos, palestras e debates em várias classes universitárias.

4 - Classificamos e fichamos a discoteca (350 discos doados ao I.H.G.P.).

5 - Organizamos 35 álbuns de fotografias em número superior a 4.000, referentes a paisagens e vistas parciais de Piracicaba em várias épocas, prédios, autoridades, cenas e realizações administrativas de vários governos; visitantes ilustres e eventos sociais.

6 - Promovemos a solenidade de outorga de medalhas e diplomas do Mérito de Prudente de Moraes aos agraciados: Dr. Flávio Toledo Piza, Dr. Walter Radamés Accorsi e Prof^ª Marly Therezinha Germano Percim.

7 - Admitimos também em sessão solene os seguintes sócios titulares: Rev. Erasmo Prestes de Souza; José Luiz Guidotti; Prof Moacyr Nazareno Monteiro e Walter Carmelo Zócoli.

8 - Adquirimos livros, utensílios e outros bens, deixando saldo em caixa para 1991.

Ano de 1991

1 - Realizamos a solenidade precursora da Comemoração do 90º aniversário de fundação da Sociedade Sírio-Libanesa em Piracicaba.

2 - Participamos com outras entidades das comemorações do Sesquicentenário do Nascimento do Presidente Prudente de Moraes e do 1º Centenário da 1ª Constituição da República.

3 - Promovemos palestras em estabelecimentos escolares e clube de serviço.

4 - Promovemos comemoração especial juntamente com a Câmara Municipal em memória de Prudente de Moraes pelo motivo anterior.

5 - Promovemos a visita a Piracicaba e ao Instituto, do Cônsul Geral de Portugal com programação especial que durou o dia todo, terminando com palestra proferida pelo Cônsul e apresentação de conjunto folclórico português com danças típicas.

6 - Admitimos como sócios correspondentes, o senhor cônsul, Dr. Francisco Falcão Machado e o Comendador Manoel Tavares de Almeida.

7 - Demos prosseguimento ao trabalho de memória fotográfica.

8 - Aumentamos o acervo do Instituto com várias peças e documentos históricos.

9 - Participamos da entrega do Prêmio CLIO conferido pela Academia Paulistana de História à confreira Marly Therezinha Germano Percim pelo seu livro: SÍNTESE URBANA, editado por este Instituto.

10 - Estamos publicando esta Revista.

12 - Estamos deixando saldo em caixa, superior a dois milhões de cruzeiros, garantindo a publicação do próximo número.

Nota: Deixamos de publicar relação de novos sócios e de relacionar nomes dos agraciados com a outorga da Medalha do Mérito Prudente de Moraes por estarem os nomes dos propostos, sendo apreciados pelas respectivas comissões quando esta revista estava sendo impressa.

AMIGOS QUE SE FORAM

Nestes dois últimos anos, perdemos três grandes amigos e queridos confrades: Prof. Leandro Guerrini, Dr. Abner da Silva Perpétuo e Dr. Manoel Lopes Alarcon.

Três pessoas cujas vidas foram cheias de exemplos de trabalho, de amor e de solidariedade, vidas impregnadas de ideal pelas boas causas. Vidas merecedoras de profundo respeito.

Ao lado destas, lembramo-nos de outras pessoas que a esta Entidade deram também muito de si.

À vista destas lembranças, cada um de referidos amigos terá pela ordem cronológica de sua partida, nos números futuros, um estudo biográfico a ser escrito por colega que o conheceu ou acompanhou sua vida, seus sonhos e suas lutas.

Esperamos assim, estar sempre, restabelecendo a memória de cada um dos bons amigos.

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO

- 1 - História de Piracicaba em Quadrinhos
(2 volumes)
Leandro Guerrini
- 2 - História da Fundação de Piracicaba
Mário Neme
- 3 - Revista de Estudos Piracicabanos
Flávio de Toledo Piza, Alexandre G. dos Santos,
Guilherme Vitti, Nélio Ferraz de Arruda, Paulo
Nogueira Camargo, Marly Therezinha Germano
Perecin, Noedy Krahenbuhl Costa e Joaquim do
Marco
- 4 - Subsídios à Geografia de Piracicaba
Guido Ranzani
- 5 - Lendas e Crendices de Piracicaba
Waldemar Iglésias Fernandes
- 6 - Memória dos 20 Anos
(da criação do IHGP)
Elias Salum
- 7 - Estudos Regionais Paulistas
Aluizio de Almeida, Jahyra B. Arruda, Jair Toledo
Veiga e Oswaldo Cambiaghi
- 8 - Síntese Urbana
Marly Therezinha G. Perecin
- 9 - Piracicaba: Dois Estudos
Guilherme Vitti e Júlio Soares Diehl